

Maricélia Pinto Ferreira
Marina Blank
Zeneide Lígia Quintino



Projeto Menina Abusada

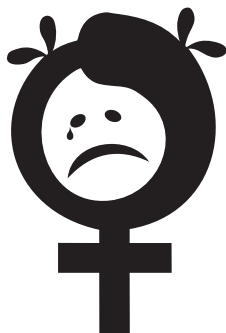
Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

**Sapé-PB
2017**



Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil



Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

Maricélia Pinto Ferreira
Marina Blank
Zeneide Lúcia Quintino

Sapé-PB
2017

ASSOCIAÇÃO MISSÃO RESTAURANDO VIDAS

Maricélia Pinto Ferreira

Presidente

Verônica da Guia de Vasconcelos

Vice-Presidente

Salesiane Katarina Ferreira da Silva

Tesoureira

Maxwillian Domingues de Lima

Secretário

PROJETO MENINA ABUSADA

Maricélia Pinto Ferreira

Idealizadora e Coordenadora

Soraya Soares da Nóbrega Escorel

Gestora do Projeto

EQUIPE TÉCNICA:

Anna Carolina Arruda Mello - Psicóloga

Ellen Barros - Psicóloga

Julieny Meireles de Oliveira – Psicóloga

Maria Juliana de Freitas – Psicóloga

Maria José Lopes – Psicóloga

Maricleide Pinto Ferreira da Silva – Psicopedagoga

Marina Blank - Cientista Social

Zagma Ribeiro - Pedagoga

Zeneide Lígia Quintino – Assistente Social

NORMALIZAÇÃO:

Nigéria Pereira da Silva Gomes

REVISÃO:

Lúcia de Fátima Figueiredo - Jornalista - DRT/PB nº 567

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Geraldo Alves Flôr – DRT 5152/98

IMPRESSÃO:

Gráfica JB

F368p Ferreira. Maricélia Pinto.

Projeto menina abusada: prevenindo a violência sexual
infantojuvenil/Maricélia Pinto Ferreira, Marina Blank, Zeneide Lígia
Quintino. - Sapé: JB, 2017.

144p.

1. Violência - infantojuvenil I. Blank, Marina II. Quintino, Zeneide
Lígia III. Título

CDU 241.12:053.2



*“Não há escuridão maior para uma criança
e para a humanidade do que a falta de
respeito pelos seus direitos.”*
Kauan Galdino Pedro da Silva



Projeto Menina Abusada
Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

Dedicatória

A Deus, que concedeu a todas as pessoas envolvidas neste Projeto a oportunidade de nos colocarmos na condição de instrumentos de transformação social. Seu fôlego de vida em nós, foi nosso sustento. Sua esperança, nos encorajou a seguir em meio a tantos obstáculos. Seu amor, nos sensibilizou e nos motivou a não aceitar a realidade dolorosa de tantas crianças e adolescentes, impulsionando-nos à construção de um novo mundo com grandes possibilidades para estes e estas.



Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMRV - Associação Missão Restaurando Vidas

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CT - Conselho Tutelar

CF - Constituição Federal

CMDCA – Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

CAOP/CAE – Centro de Apoio Operacional da Criança e do adolescente e da Educação.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FLD – Fundação Luterana de Diaconia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

PMA - Projeto Menina Abusada

PSF - Programa Saúde da Família

PSE – Programa Saúde na Escola

PPP – Projeto Político Pedagógico

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

UBS Unidade Básica de Saúde

ONG - Organização Não Governamental



Projeto Menina Abusada
Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
Contextualizando a Violência Sexual Infantojuvenil.....	19
Histórico do Projeto Menina Abusada.....	23
Primeira Etapa de Execução do PMA.....	25
Segunda Etapa de Execução do Projeto Menina Abusada.....	26
Terceira Etapa de Execução do PMA.....	27
Análise por Segmento.....	43
Conclusão.....	46
Tabela quantitativa das avaliações aplicadas por município.....	48
Modelos dos questionários aplicados nos municípios.....	48
Avaliações sintetizadas por município.....	54
Alagoa Grande.....	54
Areial.....	59
Boa Ventura.....	64
Curral Velho.....	68
Diamante.....	74

Esperança.....	78
Itaporanga.....	83
Juarez Távora.....	87
Montadas.....	90
Pedra Branca.....	92
Pilar.....	97
São José de Caiana.....	101
São José dos Ramos.....	105
Sapé.....	111
Serra Grande.....	112
Posfácio.....	119
ANEXOS.....	121
Políticas Públicas de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil no âmbito Municipal.....	123
O Papel do Psicólogo na Prevenção da Violência Sexual.....	127
Os Profissionais de Educação e de Saúde no Enfrentamento à Violência.....	129
O Ministério Público e a Implementação da Política de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual...	133
Referências.....	143

PREFÁCIO

Cara leitora, caro leitor, essa obra é uma sistematização de um dos trabalhos mais expressivos e relevantes no campo das iniciativas inovadoras de superação da violência sexual contra crianças e adolescentes. Abordar essa temática no âmbito da educação popular e de forma interdisciplinar é um dos desafios apresentados nesse material que narra algumas das atividades executadas pelo “Projeto Menina Abusada” da Associação Missão Restaurando Vidas-AMRV, com sede na cidade de Sapé – PB, mas que possui uma atuação regional em diversas cidades do Estado da Paraíba.

O projeto contou com apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) através do seu Programa de Pequenos Projetos - PPP. Essa parceria possibilitou um aprendizado mutuo entre as organizações envolvidas nessa proposta e unidas pela erradicação da violência sexual. O abuso e a exploração sexual são duas faces de uma mesma moeda e se apresentam como graves violações dos direitos humanos de meninas e meninos.

Falar sobre o abuso sexual muitas vezes é um tabu a ser desconstruído e ressignificado, tanto em espaços coletivos quanto em espaços domésticos. Diante dessa realidade, crianças, adolescentes e jovens têm sido vítimas de abuso por parte de pessoas muito próximas do seu convívio familiar e/ou ciclo de amigos e amigas. É nesse contexto que o projeto Menina Abusada tem atuado, levando informações que auxiliam as crianças, adolescentes, jovens, familiares, educadoras e educadores a identificar sinais dessa violência, possibilitando espaços de construção coletiva de estratégias com vistas ao acompanhamento das pessoas em situação de violação de direitos, fortalecimento das redes de proteção e o empoderamento das vítimas e suas famílias, visando uma participação; o de toda a sociedade no cuidado e na manutenção da garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.





Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

APRESENTAÇÃO

O livro “**Menina Abusada**” oportuniza a necessária reflexão acerca da violência sexual na tentativa de chamar a atenção de profissionais, pais, alunos e comunidade escolar em geral para o problema, não apenas suscitando e despertando a discussão do tema, como também apresentando os resultados do trabalho desenvolvido ao longo dos anos.

O livro é fruto do *Projeto Menina Abusada*, que se desenvolve em 3 (três) etapas distintas. **Na Primeira Etapa**, é feita a formação dos profissionais. **Na Segunda Etapa**, busca-se o envolvimento do público infantojuvenil, promovendo o protagonismo no ambiente escolar. Nessa etapa, o município implanta, a princípio, o *projeto piloto* em uma escola municipal indicada pela Secretaria de Educação, envolvendo crianças da *Educação Infantil* e do *Ensino Fundamental II*, e num segundo momento, posteriormente, a ação do projeto é multiplicada para outras escolas. **Na Terceira Etapa** é feito um diálogo com as famílias, através de uma palestra da Promotoria de Justiça seguida de debates. É também a etapa de *Culminância do Projeto e de Avaliação dos trabalhos*, através da análise feita por Segmento Participante dessa Avaliação.

Em todas as etapas são repassados para famílias, profissionais e crianças/adolescentes conteúdos que os auxiliam e os orientam sobre sexualidade, sobre o que é abuso e exploração sexual, assim como maneiras de prevenir e evitar esta violência e como denunciar, com isso pretendendo que as famílias que passam por casos de abuso não o ocultem, mas denunciem. Orienta-se durante as atividades do projeto a como detectar o problema da violência, como abordar as vítimas, a quem encaminhar, a obrigação legal do uso da notificação para esses casos, previsão e responsabilidade legal.

A **Segunda Etapa**, a mais importante, por envolver diretamente o público infanto-juvenil, está dividida **em três momentos**:

1) **Mobilização Escolar** - através das reuniões com pais ou responsáveis, planejamento com corpo docente, gestão e equipe de especialistas da escola, com definição de cronograma de atividades.

2) **Ativismo** - envolve o período de execução em sala de aula das atividades pedagógicas planejadas, que contemplam três semanas de trabalho, sendo cada semana norteadas pelo material de apoio específico para professores:

1ª semana - Conhecendo o corpo e a sexualidade – tema da semana é “*Nem tão rosa, nem tão azul*”; **2ª semana** - Violência Sexual – tema da semana é “*Olhos nos meus olhos*”; **3ª semana** - Formas de Prevenção. – tema da semana é “*Quando o amor faz a diferença*”.



3) **Integração** – é o momento de mobilização de toda comunidade escolar, com exposição das atividades desenvolvidas, formalização da inclusão da Educação Sexual no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e assinatura do Termo de Compromisso com o Ministério Público local, para disseminar o *Projeto Menina Abusada* em todas as escolas do município.

O projeto é realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social das cidades que fazem a adesão, por intermédio do Ministério Público. Nesse sentido, está estruturado em três eixos: **educação, saúde e ação social.**

No eixo da Educação, é realizada uma capacitação dos profissionais da área: *professores(as) e técnicos(as)*, para que estes atores possam atuar posteriormente como agentes multiplicadores, na abordagem do tema em sala de aula e centros de atendimento. Os profissionais são orientados quanto aos aspectos legais e às formas de encaminhamento em caso de suspeita ou comprovação de violência sexual sofrida por algum aluno da comunidade escolar.

No eixo da Saúde, a partir da capacitação, pretende-se que os profissionais exerçam suas atividades como agentes protetores, inserindo em seu cotidiano de trabalho o uso da **notificação obrigatória** em caso de atendimento às vítimas de violência sexual. São prestadas orientações quanto às questões legais e às formas de encaminhamento em casos de constatação ou suspeita de violência sexual.

No eixo da Assistência Social, é feita a sensibilização e a capacitação dos profissionais da área para que possam dialogar entre si sobre a temática da violência sexual, assim como dialogar com o Ministério Público e demais profissionais, seja da saúde ou da educação, assim como famílias, crianças e adolescentes.

A ideia do livro é, pois, divulgar os resultados do trabalho já realizado ao longo dos anos de existência do projeto e despertar sobre o assunto, orientando como agir diante de um caso de violência sexual, ensinando estratégias de ação capazes de prevenir a ocorrência de crime sexual ou denunciar os casos já ocorridos, por meio do **DISQUE 100** (Disque Denúncia Nacional) ou **DISQUE 123** (Disque Denúncia Estadual).

O livro se propõe, enfim, a apresentar o problema e mostrar os meios preventivos para coibir a proliferação da violência sexual contra crianças e adolescentes, que afeta negativamente a vida de muitos deles no Estado da Paraíba. Tal violência não faz parte apenas da história de vida de uma criança ou um adolescente, mas de vários. E muitas dessas histórias já tiveram um fim

trágico e já deixaram marcas profundas. Não se trata de uma **“Menina ou Menino Abusado”**, mas de milhares deles. Disseminar a prevenção por meio deste livro é, pois, a estratégia encontrada para alcançar um número maior de crianças e adolescentes vítimas dessa violação.

Seres humanos precisam ser considerados como humanos e precisam ser respeitados em sua individualidade. O livro caminha nessa direção, deixando antever que somente por meio da formação e do diálogo sobre o tema com todos os atores se pode prevenir a ocorrência da violência sexual, fomentar um conjunto de ações organizadas e viabilizar a intervenção política, técnica e financeira para coibir a sua proliferação.

Desde 2012, a segunda etapa do projeto é realizada em parceria pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente, do Ministério Público do Estado da Paraíba – **CAOP/CA/MPPB**, e a Associação Missão Restaurando Vidas.

Como etapa final da execução do Projeto Menina Abusada, a Fundação Luterana de Diaconia – **FLD** - aprovou o projeto de avaliação apresentado pela Associação Missão Restaurando Vidas, o que possibilitou a apresentação e divulgação dos resultados através do presente livro. Portanto, se queremos ajudar crianças e adolescentes, precisamos antes de tudo trabalhar a prevenção. Para tanto, entre outras coisas, **uma ação é necessária: “Prevenção com Intersetorialização das Áreas de Saúde, Educação e Assistência Social”**.

Soraya Soares da Nóbrega Escorel

Promotora de Justiça

Coordenadora Estadual do Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente e da Educação –
CAOP/CAE/MPPB





Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

Contextualizando a Violência Sexual Infantojuvenil

A violência sexual contra crianças e adolescentes é compreendida como um fenômeno de degradação social, presente em quase todas as civilizações, sua origem perde-se no tempo. Durante o processo histórico da humanidade, ela é alimentada diariamente através de mecanismos sociais como linguagem, hábitos, educação, dominação, discriminação, competição, consumo, status, etc.

No Brasil, a violência sexual infantojuvenil vem tomando proporções gigantescas ao longo dos anos e atualmente é considerada um dos problemas sociais mais graves da nossa história, tendo como fator determinante para sua perpetuação a desproteção jurídica, ausência de políticas públicas sociais e a fragmentação das redes de apoio locais, o que compromete diretamente a eficácia na execução, efetivação e aplicabilidade das políticas públicas existentes.

Entende-se por violência sexual todo ato sexual não consentido, ou tentativa não desejada, mediante força ou ameaça, sendo praticado tanto por conhecido, familiar ou por um estranho. A violência sexual é uma violação à liberdade e à dignidade sexual. Pode ser classificada por:

1) **abuso sexual**, configura-se como todo ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente com a finalidade de estimular sexualmente a criança ou o adolescente, ou utilizá-las(os) para obter satisfação sexual. Geralmente está ligado a uma relação de poder, nesses casos não há fins lucrativos;

2) **exploração sexual**, há sempre a finalidade de lucro e comércio, a criança e a(o) adolescente são tratadas(os) como um objeto sexual. Na maioria dos casos há um aliciador, que faz o intermédio de crianças/adolescentes e clientes.

A violência sexual foi uma das piores violações sofridas por nossas crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil, tais fatos são ignorados nos registros e relatos históricos do país, pois não havia uma compreensão humanística em relação às crianças, portanto, não eram socialmente vistas, tampouco legalmente protegidas.

Somente após a Constituição Federal de 1988, a história de violações aos direitos de crianças e adolescentes toma novos rumos ao declarar em seu Art. 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esse reconhecimento da criança e da(o) adolescente como sujeito de direito implementou a doutrina da proteção integral no ordenamento jurídico brasileiro, com intuito do país se reconciliar com o histórico de negação e de ausência de proteção por parte do Estado.

A conquista do Artigo 227, representa o resultado das amplas articulações e mobilizações populares que compreenderam que toda a estrutura alocada pelo Estado (órgãos, código de menores, etc.) nunca foi suficiente para proteger nossas crianças dos diversos tipos de violências sofridas, inclusive, a violência sexual, que fez parte da contextualização histórica das crianças brasileiras.

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto destas lutas históricas, regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, e, conseqüentemente, a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente. No caput do Artigo 1º o ECA enfatiza veementemente: “Esta Lei dispõe sobre a **proteção integral à criança e ao adolescente**”. Ratifica ainda:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Mesmo com a conquista do ECA, nos anos 90, a situação em relação à violência sexual infantojuvenil tornou-se insustentável, alcançando índices alarmantes divulgados pela imprensa nacional, principalmente após instauração da Comissão de Inquérito Parlamentar – CPI da Prostituição Infantil, como ficou conhecida nacionalmente, em 1993.

Nos relatos da CPI (1994, p. 607) foram identificados vários tipos de exploração sexual. As modalidades encontradas foram: a) Exploração de criança e adolescente de rua; b) Exploração de crianças e adolescentes pobres que moram com as famílias, e nesses grupos aparece sempre a figura do agenciador, e entre eles, familiares; e c) Exploração de adolescentes de classe média; é possível que essa prática esteja associada ao incentivo da própria mídia e do consumismo.

Alguns fatores são determinantes para o esclarecimento do fenômeno da exploração sexual infantojuvenil, são eles: a) condições socioeconômicas; b) as condições de pobreza da família (CPI, 1993-1994, p.499); c) fatores culturais – (CPI, 1993-1994, p.88.89) e d) o fracasso das políticas públicas.

No I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado em 1996 em Estocolmo (Suécia), ficou definido como exploração sexual comercial de crianças:

“O uso de uma criança para propósitos sexuais em troca de dinheiro ou favores em espécie entre a criança, o cliente, o intermediário ou agenciador e outros que se beneficiam do comércio de crianças para esse propósito.”

Conforme o citado Congresso, vislumbra-se quatro dimensões da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que estão interligadas:

a) Prostituição; b) Pornografia (tanto a produção, como distribuição e consumo); c) Turismo sexual; e d) tráfico de crianças e adolescentes para fins comerciais e sexuais.

Somente em 2001, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual foi implementado como uma **política pública nacional de enfrentamento à problemática**, com objetivo de fomentar um conjunto de ações organizadas, viabilizando a intervenção política, técnica e financeira que venha coibir a proliferação da violência sexual infantojuvenil (Brasil, 2001). Seu quadro operacional está estruturado em torno de seis eixos: 1) Análise da situação; 2) Mobilização e Articulação; 3) Defesa e Responsabilização; 4) Atendimento; 5) Prevenção; e 6) Protagonismo Infantojuvenil.

O alcance das conquistas jurídicas e sociais voltadas para o público infantojuvenil teve a participação fundamental da sociedade civil organizada, que no exercício de sua cidadania, promoveu a construção de um novo discurso e ação do Estado, sendo, inclusive, coparticipantes na implementação e gestão de políticas públicas. Ressalta-se que todos os esforços, inclusive legais, foram necessários para a efetiva proteção integral de crianças e adolescentes, para concretizar a ideia de “prioridade absoluta” sendo de fundamental importância a articulação de todos para construirmos um Brasil mais justo e mais seguro para todas e todos.

A realidade vivenciada por crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é cruel, pois são revitimizadas pela omissão do Estado, o que resulta em violações contínuas pela inobservância ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. Contudo, para mudar essa situação, faz-se necessário não apenas o reconhecimento de seus direitos, mas a efetivação deles na sua integralidade como prioridade absoluta.

A exploração sexual infantojuvenil não é algo regionalizado, mas já está instalada em todo território nacional, porém, ocorre de maneiras diferentes em cada região. Na **Região Nordeste**, destacamos os Estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Em Pernambuco, Ceará e partes da Paraíba pesquisas apontam a existência de turismo sexual, redes extremamente organizadas que movimentam o mercado do sexo principalmente em Pernambuco. Em Fortaleza, adolescentes são envolvidas na prostituição, alugam apartamentos com estrangeiros para servir de local de ponto de encontro. A Paraíba tornou-se visível pela baixa idade de crianças sendo exploradas. Em

Natal, as adolescentes costumam frequentar prostíbulos e “fazer ponto”, circulam nas boates, bares e afins. No Nordeste, o roteiro da prostituição infantojuvenil é ofertado com reservas de pacote.

A Região Norte, caracteriza-se pela presença dos “gatos”, que são os aliciadores, que atuam na negociação direta com as famílias, o lócus do garimpo e o desaparecimento de meninas. Belém sedia discretamente as casas de trânsitos. O fato de ser zona de fronteira e de grande extensão territorial, agrava a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes. Existe um fluxo pesado, permanente e organizado de meninas entre o Acre e Rondônia, várias das quais são destinadas aos garimpos ou casas de prostituição. Essas meninas sofrem atrocidades e muitas delas desaparecem de suas casas. Na Região Sul, a caracterização da prostituição é predominantemente urbana e nela se destacam a pobreza e o aliciamento. Em Porto Alegre, foram denunciadas quadrilhas especializadas em traficar e prostituir crianças e adolescentes. O fato das crianças serem de famílias muito pobres, religiosas e como princípios morais rígidos, dificulta a volta delas para casa. Na Região Sudeste, a prostituição caracteriza-se pela ocorrência dos mesmos fenômenos já citados: pobreza, aliciamento e migração. Podemos também identificar a existência de um trinômio que está sempre presente: o café, as drogas e as violências. As vítimas nesta região são submetidas a um regime de escravidão, quase sempre por contrair débitos relacionado ao consumo de drogas ilícitas.

Em síntese, podemos dizer que a exploração está presente em todo país, mas de acordo com a região, esse acontecimento possui características particulares. Podemos assim afirmar que, de um modo geral, a exploração infantojuvenil no **Nordeste** está associada ao **turismo sexual**; na região Norte, aos garimpos e regiões fronteiriças; nas grandes metrópoles brasileiras como Rio e São Paulo, à vida noturna e à prostituição por dívida; na região Sul, às quadrilhas especializadas em traficar e prostituir crianças e adolescentes.

A acentuada desigualdade socioeconômica no Estado da **Paraíba** propicia a proliferação da exploração sexual infantojuvenil. As crianças e adolescentes são submetidas à prática de atos de qualquer natureza para obtenção de recursos, na maioria das vezes, para sustentar a própria família. A situação se torna mais grave pela falta de políticas socioeconômicas que envolvam investimentos nos setores produtivos, que viabilizem o aumento da arrecadação no Estado e tornem os municípios mais independentes. Durante décadas não foram priorizados investimentos no planejamento e execução de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, geração de renda, habitação e saneamento básico, colocando os municípios paraibanos em situação de vulnerabilidade para enfrentar os problemas sociais.

A exploração sexual infantojuvenil é uma violação de direito praticada contra a criança e o adolescente e que coloca em risco sua integridade física e psicológica, merecendo a devida atenção por parte de toda sociedade. Frente a essa realidade e ao compromisso de continuar escrevendo essa história de luta

continua de assegurar uma existência digna a toda cidadã e todo cidadão, é que a Associação Missão Restaurando Vidas idealizou uma proposta de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, o Projeto intitulado “Menina Abusada”, que desde o ano de 2010, vem trabalhando em municípios da Paraíba com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e do Ministério Público Estadual, mobilizando a sociedade local, capacitando e sensibilizando e as e os profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, promovendo meios de defesas às possíveis vítimas, o protagonismo infantojuvenil e a articulação dessas e desses profissionais para a construção e sistematização de políticas de atendimento ao público infantojuvenil nas respectivas áreas.

Este livro de avaliação apresentará os resultados acumulados nesse período de experiência de execução do projeto nos municípios entre 2011 e 2015 a partir das informações adquiridas após a aplicação de questionários com participantes dos diferentes segmentos: alunos e alunas do Ensino Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos – EJA, famílias, professoras(es), equipe gestora e conselho tutelar.

Histórico do Projeto Menina Abusada

Em 2010, a Associação Missão Restaurando Vidas – AMRV (entidade jurídica de direito privado, não governamental e sem fins lucrativos), através de sua representante legal, Maricélia Pinto Ferreira, percebendo que os casos de abuso e exploração sexual infantojuvenil aumentavam progressivamente na cidade de Sapé-PB, elaborou uma proposta inovadora para o enfrentamento à violência sexual infantojuvenil na região. Houve o entendimento de que mobilizar apenas a sociedade não era o suficiente, pois a omissão dos casos por parte dos profissionais de atendimento era algo absurdo, e, neste aspecto, o novo projeto trazia a proposta direcionada à formação de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, com objetivo de sensibilizá-las(os), capacitá-las(os) quanto à forma de abordagem das vítimas, como detectar o problema, a quem encaminhar, a obrigação legal do uso da notificação para esses casos, previsão e responsabilidade legal. Com a autorização da Promotora de Justiça, Fabiana Lobo, agregou-se a esta nova proposta o Teatro de Rua Menina Abusada, e conseguiu-se mobilizar recursos junto à Fundação Luterana de Diaconia - FLD, localizada em Porto Alegre- RS.

O novo Projeto “Menina Abusada” oferece formação de profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes, com foco em três eixos: Educação, Saúde e Assistência Social. Por se tratar de um projeto inovador, logo recebeu apoio do então Procurador-Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que firmou parceria com a Associação para expandir o Projeto a outros municípios da Paraíba. O Projeto foi iniciado em João Pessoa, capital do Estado, com o foco apenas na Educação, contou com o apoio das Secretarias de Educação do Estado da Paraíba e do Município de João Pessoa.

Inicialmente, o projeto foi implantado em dez escolas da capital paraibana, sendo cinco municipais e cinco estaduais, indicadas pelos Conselhos Tutelares das cinco regiões de João Pessoa, seguindo o critério da quantidade de incidência de casos registrados naqueles Conselhos.

No final do ano de 2010, a Associação Missão Restaurando Vidas, ainda com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia, conseguiu que o Projeto Menina Abusada entrasse nos projetos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado da Paraíba, recebendo adesão por parte dos Promotores de Justiça do Estado para execução em 16 municípios paraibanos, na seguinte ordem: João Pessoa, Sapé, São José dos Ramos, Pilar, Alagoa Grande, Juarez Távora, Esperança, Areial, Montadas, Itaporanga, Pedra Branca, Diamante, Curral Velho, Serra Grande e São José de Caiana, que se estendeu até o ano de 2011. Em 2012, o Projeto Menina Abusada foi apresentado no Seminário Internacional para Superação da Violência - Dove (*Dotac Overcoming Violence Exchange*), realizado de 24 a 28 de setembro, em Recife, ocasião em que foi publicado oficialmente um livro sobre os projetos apoiados pela FLD, dentre eles o Projeto Menina Abusada.

No mesmo ano (2012), a Associação Missão Restaurando Vidas idealizou a segunda etapa do projeto a ser realizada em parceria com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Criança e do Adolescente, do Ministério Público – CAOP/CA, mais uma vez sendo apoiado pela Fundação Luterana de Diaconia – FLD, de Porto Alegre - RS, executada nos 16 municípios paraibanos que participaram no ano anterior da primeira etapa do projeto. Devido à grande repercussão do Projeto e pela importância dele para o enfrentamento a situações de violência, a FLD incluiu o Projeto Menina Abusada nos Projetos estratégicos da Fundação, garantindo o apoio financeiro por mais três anos.

O município de Sapé, sede da AMRV, vive uma luta contínua no enfrentamento à violência sexual e exploração infantojuvenil, mobilizando autoridades e a sociedade para coibir tal prática. Neste sentido, elaborou um projeto de Lei com propostas de enfrentamentos a serem realizadas no município, fundamentado nos resultados do Projeto Menina Abusada, aprovado por unanimidade naquela Casa Legislativa. No Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente – CMDCA, em que a AMRV tem assento, foi criada a Comissão Temática de Enfrentamento à Violência Sexual para subsidiar a atuação do CMDCA no tocante às implementações de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência sexual, verifica-se, porém, que a falta de comprometimento por parte das gestões municipais em implementar ações ou políticas de prevenção tem sido um obstáculo gravíssimo para a transformação da realidade na cidade.

O apoio da Fundação Luterana de Diaconia ao Projeto Menina Abusada foi decisivo para a grande repercussão e para que a Associação Missão Restaurando Vidas enfrentasse novos desafios como, por exemplo, o município de Jaguarão-RS, fronteira com Uruguai, no qual o PMA foi bem recepcionado,

com perspectivas de implantação naquele município. Foram os recursos alocados pela FLD que possibilitaram a realização do “Projeto Menina Abusada”, o qual antes era apenas um sonho, trazendo com a sua concretização vários colaboradores, que deram vida a essa iniciativa. Destacamos também a atuação do Ministério Público Estadual que, através do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente e Educação – CAOP/CAE, bem como dos Órgãos de Execução, viabilizaram a articulação com os municípios, garantindo a disseminação do Projeto através da assinatura do termo de compromisso e do monitoramento das ações, consolidando-se como um parceiro fundamental.

Como etapa final da execução do PMA, a FLD aprovou o projeto de avaliação apresentado pela Associação Missão Restaurando Vidas, o que possibilitou a apresentação e divulgação dos resultados através do presente livro.

Objetivo do Projeto Menina Abusada

Coibir a proliferação da violência sexual contra crianças e adolescente no Estado da Paraíba, através da sensibilização e formação dos profissionais de educação, saúde e da assistência social, da inclusão da educação sexual no currículo do Ensino Fundamental, da promoção dos mecanismos de defesa e do protagonismo infantojuvenil.

Primeira Etapa de Execução do PMA

Propõe a sensibilização, articulação e formação dos atores e atrizes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. É realizado em parceria com as Secretarias Municipais das cidades participantes. Está estruturado em três eixos: **educação, saúde e ação social.**

No eixo da **Educação**, temos como resultados a sensibilização e a capacitação das e dos profissionais da área, professoras(es) e técnicas(os). A intenção é que estes atores e atrizes passem a atuar como agentes multiplicadores, estando preparadas e preparados para abordagem do tema em sala de aula e centros de atendimento. As e os profissionais serão orientadas(os) quanto às questões legais e às formas de encaminhamento em caso de suspeita de violência sexual sofrida por alguma aluna ou algum aluno da comunidade escolar. Este eixo é o mais estratégico e fundamental para o alcance dos objetivos do Projeto Menina Abusada, porque no ambiente escolar é realizada a conscientização através da informação e inclusão da educação sexual nas escolas públicas municipais, desde a educação Infantil ao Ensino Fundamental II, promovendo assim os meios de defesa às possíveis vítimas e o protagonismo infantojuvenil, envolvendo, é claro, toda comunidade escolar. Além de trabalhar a função social da escola, como interlocutora da rede de proteção.

No eixo da **Saúde**, são desenvolvidas ações de sensibilização e capacitação das e dos profissionais da área, envolvendo agentes comunitários de

saúde, médicas(os) e técnicas(os) do Programa de Saúde Familiar – PSFs, para integração destas e destes profissionais. Como resultado, espera-se que, a partir da capacitação, exerçam suas atividades como agentes protetores, inserindo em seu cotidiano de trabalho o uso da notificação obrigatória em caso de atendimento às vítimas de violência sexual. São orientadas(os) quanto às questões legais e às formas de encaminhamento em casos de constatação ou suspeita de violência sexual. Desde o ano de 1998, setores da área de saúde, através da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), realizam campanhas de prevenção de acidentes e violência na infância, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar as e os profissionais do setor para reconhecer, notificar e tratar os casos de maus tratos e abuso sexual, gerando, desde então, resultados positivos.

No terceiro eixo, da **Assistência Social**, buscamos como resultado a sensibilização e a capacitação das e dos profissionais da área, entre técnicas(os) do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, Centro de Referência especializada em assistência social - CREAS, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e demais profissionais que trabalham nos programas de atendimento às crianças e aos adolescentes, vinculados à Secretaria de Assistência Social do município. O eixo da **Assistência Social**, em razão de ser uma política pública de atendimento socioassistencial, para sua integralização, oferece vários serviços dentre eles: Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – que tem como público-alvo crianças e adolescentes, mulheres e pessoas idosas, pessoas com deficiências e suas famílias, que vivenciam situações de ameaça e violações de direitos por ocorrência de abandono, ***violência física, psicológica ou sexual, violência sexual***, situação de rua, vivência de trabalho infantil e outras formas de submissão a situações que provocam danos e agravos à sua condição de vida que as impedem de usufruir de autonomia e bem-estar. [grifo nosso].

ENCONTROS	AÇÕES - PRIMEIRA ETAPA
1ª	Sensibilização e Formação dos profissionais de Educação e Assistência social
2ª	Sensibilização e Formação dos profissionais de Educação e Assistência social
	Realização de Audiência Pública com os atores da Rede de proteção para mobilização da rede de atendimento à criança e ao adolescente.

Segunda Etapa de Execução do Projeto Menina Abusada

Nesta etapa, o projeto busca o envolvimento do público infantojuvenil, promovendo o protagonismo no ambiente escolar. Cada município implantou seu projeto piloto em uma escola municipal indicada pela Secretaria Municipal de Educação, envolvendo crianças da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II. Essa etapa está dividida **em três momentos**:

1) **Mobilização Escolar** - através das reuniões com pais ou responsáveis, planejamento com corpo docente, gestão e equipe de especialistas da escola, com definição de cronograma de atividades.

2) **Ativismo** - envolve o período de execução em sala de aula das atividades pedagógicas planejadas, que contemplam três semanas de execução, sendo cada semana norteada pelo material de apoio específico para professoras(es):

1ª semana - Conhecendo o corpo e a sexualidade – tema da semana é “Nem tão rosa, nem tão azul”; 2ª semana - Violência sexual – tema da semana é “Olhos nos meus olhos”; 3ª semana - Formas de prevenção. – tema da semana é “Quando o amor faz a diferença”.

3) **Integração** – é o momento de mobilização de toda comunidade escolar, com exposição das atividades desenvolvidas, formalização da inclusão da Educação Sexual no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e assinatura do Termo de Compromisso, assinado com Ministério Público local, para disseminar o Projeto Menina Abusada em todas as escolas do município.

ENCONTROS	AÇÕES - SEGUNDA ETAPA
1º	Apresentação do material de apoio e preparação de docentes para o uso adequado dos manuais em sala de aula
	Elaboração do cronograma das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula durante as três semanas.
	Reunião com as famílias
2º	Oficinas e atividades práticas com estudantes
3º	Culminância do Projeto Menina Abusada na Escola e Mobilização

Terceira Etapa de Execução do PMA

Análise Realizada por Segmento Participante da Avaliação

Avaliação Ensino Fundamental I

No Ensino Fundamenta I, estão inseridas crianças entre 06 a 09 anos de idade e foram ouvidas cinco crianças em cada escola nessa faixa etária. Grande parte das crianças afirmou que antes do Projeto Menina Abusada as escolas já havia trabalhado conteúdos relacionados à educação sexual, mesmo que superficialmente. Boa parte dos livros didáticos utilizados em sala de aula já traz em seu conteúdo cuidados com o corpo. Mas o material do Projeto Menina Abusada e as atividades propostas trabalham de forma mais dinâmica e esclarecedora tais conteúdos. Evidenciaram ainda, que o desempenho das(os)



professoras(es) na apresentação dos conteúdos facilitou a compreensão das crianças sobre o conceito de violência sexual.

Quase todas as crianças entrevistadas consideraram que tiveram uma boa participação no Projeto, todas responderam que gostaram de ter participado e de terem trabalhado diferentes temas como: o conhecimento do corpo; situações de perigo; mecanismos de defesa; violência sexual e outros. Foi claramente detectado que o fator de maior destaque do ponto de vista das crianças em relação ao Projeto Menina Abusada foi o aprendizado no tocante à defesa em situação de perigo.

Os temas abordados facilitaram a compreensão de que nem todo toque em seus corpos é aceitável, mesmo que tenha vindo de algum familiar e caso estejam em situação de risco, podem denunciar o/a agressor(a).

As atividades pedagógicas do Projeto Menina Abusada proposta para essa faixa etária evidenciaram de forma educativa e lúdica meios de defesa em casos de risco pessoal.

Avaliação Ensino Fundamental II

No Ensino Fundamental II, estão inseridas adolescentes entre 12 a 14 anos de idade e foram ouvidas cinco adolescentes em cada escola nessa faixa etária. As e os adolescentes avaliaram de forma positiva a articulação da escola com os órgãos de defesa da criança e do adolescente durante a execução do Projeto Menina Abusada. Também afirmaram que o Projeto aborda uma prática de inclusão, o trabalho conjunto entre escola, famílias, CRAS, Conselho Tutelar e coordenação do Projeto Menina Abusada, a conscientização da população dos municípios a partir da mobilização da comunidade escolar e também a importância do acompanhamento psicológico às vítimas de abuso. Apontaram como fator agravante da vulnerabilidade de crianças e adolescentes a baixa condição econômica das famílias.

Após participarem das atividades propostas pela PMA, a maioria dos entrevistados são capazes de distinguir as diversas formas de violência sexual. O desempenho das(os) professoras(es) na apresentação dos conteúdos facilitou a compreensão das e dos adolescentes sobre o conceito de violência sexual. Quase todas e todos adolescentes consideraram que tiveram uma boa participação no Projeto.

Identificaram como fator mais relevante o acesso à informação. Praticamente todas e todos destacaram o quanto aprenderam com relação à violência sexual, de como lidar com um caso de abuso, como se defender de possíveis agressores, como superar preconceitos no tocante às vítimas (que perdem a confiança em si e outros(as), se isolando) e encorajar para efetuar a denúncia.

A informação aqui citada age como importante ferramenta de prevenção, pois foi, de acordo com as avaliações, somente com o Projeto Menina Abusada

que a temática foi trabalhada nas escolas, a partir de um diálogo aberto e fatos que fazem parte do cotidiano das e dos jovens, uma ousadia apreciada pelas e pelos adolescentes que fizeram parte do projeto.

Os materiais didáticos foram elogiados nas avaliações, assim como as atividades propostas, que, além da função explicativa, cumpriram uma função mobilizadora, despertando o desejo das e dos adolescentes de atuarem como protagonistas de sua própria história, multiplicando o que aprenderam na escola para a comunidade, a fim de coibir os casos de violência sexual, principalmente contra mulheres, em seus municípios.

Avaliação EJA

No Ensino para Jovens e adultos estão inseridos adolescentes a partir de 15 anos e em distorção idade/série e foram ouvidos cinco jovens em cada escola. Em análise, destacamos o relato de um jovem adulto do sexo masculino, do município de Curral Velho, que respondeu ao questionário de avaliação da execução do Projeto Menina Abusada e avaliou de forma positiva o trabalho realizado, declarando que “O PMA trouxe atividades pedagógicas de prevenção a DST’s, AIDS e gravidez na adolescência, assuntos que ainda não tinham sido trabalhados anteriormente na escola”. Tal declaração foi confirmada pelos 08 (oito) entrevistados dos municípios de São José dos Ramos e Areial.

Destacaram o desempenho das(os) professoras(es) na apresentação dos conteúdos, facilitando a compreensão sobre o que é violência sexual. Consideram ter tido uma boa participação nas atividades pedagógicas propostas.

O material disponibilizado pelo Projeto abordou amplamente questões de violência tanto contra meninas quanto meninos. Avaliaram a abordagem em sala de aula sobre a igualdade de gênero como boa, apenas o jovem/adulto de Curral Velho avaliou como média, justificando a avaliação com a afirmação de que não há desigualdade de gênero. A partir dessas falas, podemos afirmar que justiça de gênero é provavelmente um ponto que deve ser reforçado na abordagem em sala de aula, o corpo docente precisa ser preparado para trabalhar com segurança este conteúdo.

Considerando que as escolas convidaram profissionais de fora da comunidade escolar para ministrar palestras de conscientização, os jovens externaram que essa ação contribuiu para maiores esclarecimentos sobre quais são os mecanismos de defesa em situação de perigo.

Avaliação Famílias

A maior parte das famílias que participaram do Projeto Menina Abusada foi encaminhada pela própria escola, apenas uma foi encaminhada pelo Ministério Público e outra pela Secretaria de Educação do município.

Com relação à participação das famílias, detectamos que poucas famílias participaram de todas as atividades do Projeto. Na etapa da mobilização escolar,

(dia da abertura) em que foram realizadas as reuniões de pais com a participação do Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente – CAOP/CAE, cerca de metade dos pais e responsáveis participaram da atividade, bem como, da culminância do projeto promovido pela escola, (encontro de encerramento), e alguns participaram da execução durante as três semanas de atividades pedagógicas.

Ressalta-se que, o envolvimento dos pais durante todas as semanas de atividades na escola é essencial para o resultado do PMA, conforme orientação de toda equipe do Projeto MA, em fase de planejamento. Porém, segundo os relatos das famílias, grande parte delas, nunca tinha participado de outro projeto que discutisse violência sexual contra crianças e adolescentes.

Destacamos nos relatórios que quase dois terços das famílias entrevistadas conhecem ações que existem em seus municípios de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e que depois do Projeto Menina Abusada quase todas as famílias conhecem a existência e o funcionamento do DISQUE 100, apesar de pouquíssimas já terem utilizado. Metade delas tem conhecimento de casos de abuso sexual que ocorreram em seus municípios, na maioria dos casos o agressor foi um desconhecido, mas várias apontam alguém próximo à família e, em alguns casos, um familiar.

As famílias apontam que há uma mudança pessoal de comportamento após participarem das ações do Projeto Menina Abusada. Mães, pais e responsáveis destacam que aumentaram os cuidados, passaram a observar com mais atenção o comportamento de filhas e filhos, melhoraram a comunicação com as crianças e adolescentes, conscientizaram-se sobre o assunto e têm a informação de como agir diante de um caso de violência sexual.

Os pontos positivos da experiência de participação no Projeto Menina Abusada enumerados nos questionários foram muitos.

O principal ganho familiar com o Projeto Menina Abusada foi o esclarecimento sobre a temática. As famílias se apropriaram de conteúdos que as e os auxiliam em como orientar filhas e filhos sobre sexualidade, o que é abuso e exploração de crianças e adolescentes, maneiras de prevenir e evitar esta violência e como denunciar. A metodologia do Projeto foi elogiada, transmitindo as informações sobre o assunto de maneira clara. O envolvimento nas atividades na escola e fora dela despertou maior comprometimento com a educação de filhas e filhos.

Poucas famílias apontaram pontos negativos na participação no PMA, mas algumas críticas foram levantadas, como o receio de transmissão deste conhecimento (que envolve sexualidade) às crianças e adolescentes. O corpo docente de quase todas as escolas em que o PMA foi trabalhado aponta como maior obstáculo de execução das atividades o tabu por parte das famílias em tratar sobre a temática da sexualidade com suas filhas e seus filhos. As famílias também apontaram críticas metodológicas, que o Projeto teve curta duração, que é necessária maior mobilização da comunidade municipal geral, as e os

familiares participaram pouco e o Projeto Menina Abusada não teve boa divulgação em seu período de execução.

As sugestões das famílias de ações que poderiam ser aprimoradas para continuidade do projeto foram em todos os municípios na mesma linha: ampliar o Projeto Menina Abusada para mais escolas e áreas rurais, trabalhar anualmente o Projeto, mobilizar mais setores sociais para além da comunidade escolar, maior apoio da Secretaria de Educação e outros serviços municipais e estaduais e seguir com palestras de conscientização ao longo do ano.

Também foi sugerido que sejam trabalhados temas como drogas, violência física e psicológica, gravidez na adolescência e pedofilia. Os questionários de professoras(es), gestoras(es) e técnicas(os) também mostram que estes temas são grandes problemas sociais nos municípios em que o Projeto Menina Abusada foi executado, sendo uma preocupação não só das famílias, da mesma forma que exploração sexual de crianças e adolescentes também é uma preocupação expressada nos questionários.

As propostas de ações de enfrentamento à violência sexual nos municípios deixam clara a necessidade de ampliação e reforço do Projeto Menina Abusada. Diversas famílias pedem que haja mais projetos sobre o tema, frequência de execução, participação da população geral, distribuição de materiais educativos, mais palestras de pessoas capacitadas a abordar a temática, oficinas para cada faixa etária, orientação lúdica com teatro, música e paródias como apresentadas na culminância do PMA nas escolas, preparar mais crianças e adolescentes para saberem se defender de supostos agressores, continuidade do incentivo à denúncia e cuidado de mães e pais, campanhas para o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

De forma geral, percebemos a preocupação das famílias que participaram do Projeto Menina Abusada com a ampliação e continuidade da conscientização sobre a violência sexual através de discussões coletivas. As famílias também propõem uma atuação mais ativa por parte da gestão municipal, Conselho Tutelar e outros órgãos de defesa de crianças e adolescentes, dando melhores condições para que as famílias que passam por um caso de abuso não ocultem, mas sim denunciem.

Avaliação Professoras e Professores

A maioria dos entrevistados afirmou que o problema da violência sexual infantojuvenil está crescendo em boa parte dos municípios, impactado pela grande desigualdade econômica social, baixo apoio dos representantes legais, falta de informação sobre o assunto, abandono escolar, gravidez precoce. Faltam ações contínuas e efetivas. Outro fator identificado foi a lentidão no processo de investigação e a responsabilização do agressor, fato este, que propicia o temor em efetuar a denúncia, apesar da conscientização social.

Professoras e professores destacam que parte do problema da violência sexual contra crianças e adolescentes é resultado da falta de estrutura familiar,

muitos pais e mães não acompanham o desenvolvimento dos filhos e filhas, por não terem informação suficiente, não existe uma orientação adequada e a violência se reflete no comportamento dos alunos e alunas.

Durante toda a execução dos Projeto Menina Abusada verificou a omissão das famílias no tocante a orientação dos filhos(as). Educar, informar, dialogar é um dever dos pais ou responsáveis e deve ser aprimorado na Escola. Verificou-se ainda que, a maioria dos pais, pertencentes a outra geração, nunca receberam orientações por parte de seus genitores e que, não se sentem à vontade para dialogar com seus filhos. Perpetuar a ausência do diálogo entre os familiares é vulnerabilizar a criança e o adolescente, pois ao surgirem as dúvidas e questionamentos inerentes a sua fase de desenvolvimento, eles vão buscar essas respostas muitas vezes com pessoas não indicadas ou através de meios não adequados, como por exemplo, internet.

O consumo de drogas é apontado com um dos principais fatores causadores da violência sexual infantojuvenil, assim como a desigualdade social, a deficiência dos programas sociais e a impunidade. Em relação aos problemas sociais, foram identificados os mesmos que são causadores da violência sexual, acrescentando a questão do desemprego, violência urbana e prostituição.

A prevenção a estes fatores se dá, principalmente, através de palestras de conscientização, projetos pedagógicos envolvendo diretamente alunas, alunos e famílias e a articulação da Rede de Proteção. Muitos questionários apontam que este combate ainda é insuficiente e que não atinge a comunidade geral nos municípios.

A iniciativa da parceria com o Projeto Menina Abusada nas escolas da rede pública partiu principalmente do Ministério Público e Secretaria de Educação. As e os docentes indicam que a escolha dos municípios em que o Projeto Menina Abusada foi executado se deu pela detecção de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e indicação do problema em debates.

Nas escolas, os e as principais responsáveis pela implementação do Projeto foram gestão escolar e equipe pedagógica, com apoio de alunas, alunos e famílias. O maior obstáculo enfrentado durante a implementação do Projeto foi, na opinião de professoras e professores, a quebra de tabu por parte das famílias sobre sexualidade. Muitas famílias foram resistentes com relação à temática trabalhada, o que prejudicou a participação de muitas pessoas no desenvolvimento do Projeto.

De acordo com os professores, os familiares expressaram preocupação com a forma que seria desenvolvido o Projeto, por tratar-se de um “assunto delicado”. As escolas também tiveram esta preocupação. Parte dos conteúdos gerou insegurança na equipe pedagógica em trabalhar com crianças e adolescentes, medo de não dar conta da abordagem, refletindo que o tabu de falar sobre sexualidade não teve que ser superado apenas pelas famílias. Também apontam a timidez das alunas e dos alunos. Estas dificuldades foram trabalhadas

através de palestras e debates, também com profissionais da saúde, diálogos com as famílias, conscientização iniciada pelo Ministério Público, envolvimento das crianças e jovens de forma prazerosa. Foram atendidas em torno de quatro mil famílias/ crianças e adolescentes em todos os municípios envolvidos no Projeto Menina Abusada.

Professoras e professores avaliaram que os principais impactos desde a implementação do Projeto Menina Abusada foram: a apropriação sobre o tema tanto no âmbito escolar quanto familiar, conscientização das famílias, descoberta de casos que até então não eram considerados como abuso sexual, informação de como denunciar, encorajamento à denúncia, identificação de possíveis casos, conhecimento de como lidar em situações de abuso, aproximação escola e famílias e uma maior abertura na comunidade para abordar o tema.

Os entrevistados também apontaram como o maior efeito positivo, o esclarecimento sobre a violência sexual infantojuvenil. O acesso à informação é o melhor meio de prevenção dessa prática. Crianças, adolescentes e famílias foram conscientizadas, aprendendo como se defender contra agressores e passaram a identificar quem são os órgãos de proteção caso ocorra um caso de abuso, sentindo-se seguras e seguros para denunciar, mesmo os casos em que o agressor seja um familiar. Na maioria dos municípios, foram detectados casos de violência sexual durante o desenvolvimento do Projeto. A conscientização da comunidade escolar e famílias através das atividades propostas e as discussões sobre a importância da efetivação da denúncia, resultou no encaminhamento dos casos detectados. Em um dos municípios, uma adolescente que era abusada por seu próprio pai, se sentiu segura para denunciar, tendo ela e família informações suficientes de como buscar apoio e que decisões tomar.

A metodologia de aplicação do PMA foi muito elogiada por professoras e professores. Todas e todos confirmaram que facilitou o trabalho pedagógico sobre o tema na escola. Destacaram a transversalidade, diversidade, dinâmica envolvente que atenderam as necessidades das e dos educandos e deu segurança ao corpo docente para a abordagem do assunto. O material disponibilizado pelo Projeto Menina Abusada também foi avaliado como acessível e didático, fácil de trabalhar em sala de aula e trata o tema de forma responsável e lúdica. Apesar de considerarem o material excelente, criticaram o pouco tempo de duração da execução do projeto nas escolas. A execução das atividades em sala de aula se desenvolveu principalmente através de vídeos, cartazes, livros, paródias, entrevistas, danças, panfletos, dramatizações teatrais, desenhos, análise de letras de músicas e rodas de conversa. Cada turma desenvolveu as atividades específicas de sua idade. O trabalho com educação infantil teve que ser mais sucinto em alguns municípios, por causa da dificuldade de compreensão pela idade.

As e os docentes avaliaram como fundamental a inclusão da Educação Sexual no currículo escolar como forma de prevenção a várias formas de violência sexual, principalmente porque o projeto pedagógico possibilita que as

alunas e alunos a conheçam seus próprios corpos e se conscientizem sobre a violência sexual, ficando mais alertas. Este é um assunto que surge a todo o momento e tende a ser ignorado em sala de aula, com a Educação Sexual têm-se mais chances de trabalhar o assunto, enriquecendo o aprendizado de quem ensina e de quem aprende, as professoras e os professores afirmam que este é um dos maiores problemas sociais enfrentados em sala de aula. Muitas famílias não conversam com clareza sobre sexualidade com crianças e adolescentes, tanto por falta de conhecimento quanto por vergonha (tabu). O trabalho na escola propicia condições de informar, esclarecer e conscientizar jovens e também famílias, aumentando as chances de prevenção e defesa.

Nos questionários aplicados, várias sugestões foram expostas por professoras e professores que contribuíram para o aprimoramento do Projeto Menina Abusada, tais como: Implantar o Projeto Menina Abusada no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, realizar um projeto especificamente com as famílias, antes de trabalhar com as crianças e adolescentes, que o PMA seja estendido para mais setores na comunidade, para além das escolas, envolvendo a rede de Proteção municipal, com mais apoio do Ministério Público e outros órgãos municipais e estaduais, que mensalmente haja uma palestra ou atividade sobre o tema, aberta para toda a população, que seja realizada uma reunião de avaliação com todas e todos envolvidas e envolvidos no PMA, em cada município, e planejamento conjunto de novas ações.

Vale salientar que a maior preocupação dos professores é de fato, com a duração da execução do PMA. Na visão da equipe pedagógica, é muito importante a continuidade do Projeto, que ele tenha sustentabilidade e que não seja um trabalho isolado e pontual.

A proposta do Projeto Menina Abusada realmente é de incluir o Projeto no PPP da escola e que a Secretaria de Educação do Município dissemine as ações para todas as escolas do Município. Compartilhamos das mesmas preocupações e concordamos que é necessário um empenho conjunto para que seja garantida a continuidade do impacto das ações.

Avaliação Gestoras(es) Escolares e Técnicas(os)

A avaliação de gestoras(es) escolares e técnicas(os) foi muito parecida com a de professoras e professores que fizeram parte da execução do Projeto Menina Abusada em cada município.

Os maiores problemas sociais apontados foram desemprego, desigualdade social, desestrutura familiar, violência, uso de bebidas alcoólicas e drogas por adolescentes, falta de investimento público em saúde e educação, alto índice de gravidez na adolescência e exploração sexual. A desinformação e falta de conhecimento sobre a gravidade do abuso e exploração sexual são fatores que aumentam a dimensão do problema da violência sexual. Muitas crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade, por situação

econômica de pobreza e desemprego que direcionam para prostituição. A gravidez na adolescência gera também altos níveis de evasão escolar, além do crescimento do consumo de drogas e bebidas alcoólicas entre adolescentes (fator este recorrentemente destacado nas respostas dadas pela comunidade escolar a esta avaliação). A falta de estrutura familiar e as condições sociais geram a omissão dos pais no acompanhamento de suas filhas e filhos. A desinformação gera medo de denunciar e muitos casos de abuso e exploração não chegam às autoridades. O Projeto Menina Abusada foi executado em muitos municípios pequenos, os números absolutos de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes não expressam a real situação, uma vez que a maior parte dos casos de abuso não são notificados e permanecem no anonimato, especialmente quando os abusadores são pessoas do convívio mais próximo da vítima. Essa realidade está sendo aos poucos modificada através de projetos sociais como o Menina Abusada, palestras, manifestações em vias públicas, aulas informativas e denúncias ao Conselho Tutelar. Parcerias com órgãos públicos, como CRAS, e Conselho Tutelar. Em alguns municípios também são feitas visitas às famílias em situação de maior vulnerabilidade. Algumas e alguns gestoras e gestores também afirmam que não há um enfrentamento efetivo a estes fatores, que o Conselho Tutelar se mantém neutro em alguns casos, falta acompanhamento por parte dos serviços sociais. A escola é colocada como principal fonte de informação sobre a violência sexual, é no ambiente escolar que são realizadas as tentativas de conscientização através de palestras. Como destacam gestoras(es) e técnicas(os), orientação ainda é a melhor prevenção, essa abordagem sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é necessária e deve ser contínua.

A gestão escolar em conjunto com equipe pedagógica é a principal responsável pela Execução do Projeto Menina Abusada, com a parceria iniciada pelo Ministério Público – CAOP/CAE e coordenação do PMA. Em poucos municípios houve a participação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente (SGD) na implantação do PMA. O Conselho Tutelar acompanhou, de alguma forma, a execução do PMA em todos os municípios. O Projeto Menina Abusada atendeu além das famílias, crianças e adolescentes diretamente ligadas e ligados às escolas também, de forma indireta, a comunidade geral dos municípios, estendendo em alguns casos o envolvimento até a áreas rurais, com mobilizações, passeatas, panfletos, faixas e cartazes produzidos pela comunidade escolar.

O tabu em trabalhar sexualidade, devido ao preconceito das famílias, foi o maior obstáculo para implementação do Projeto na escola, também na opinião de gestoras(es) e técnicas(os). As famílias não aceitam conversar sobre sexualidade com as filhas e filhos. A gestão apontou também o obstáculo de resistência de aceitação por parte dos e das docentes. Houve uma insegurança inicial em trabalhar um tema novo, e a dificuldade do trabalho interdisciplinar. A resolução para implementação do Projeto Menina Abusada foi uma série de palestras e diálogos realizados pelo Centro de Apoio Operacional da Criança e do

Adolescente e da Educação – CAOP/CAE/MPPB, e equipe do Projeto para conscientizar as pessoas envolvidas sobre a importância da prevenção à violência sexual. O curto tempo de desenvolvimento do Projeto Menina Abusada também foi uma dificuldade encontrada.

No tocante ao agravo da violência sexual infantojuvenil, relataram que oscila muito de acordo com a realidade de cada município. Alguns apontam que o uso de drogas é um agravante do problema. Muitas e muitos gestoras e gestores não sabem informar com certeza o número de casos no município. Vários sinalizaram que a probabilidade é que o problema seja minimizado com o aumento das discussões sobre a temática e com intensificação da informação no âmbito da escolar. Mas ainda apontaram a existência do medo de denunciar, o que justifica a necessidade de permanência do Projeto Menina Abusada na escola.

O maior impacto do PMA sobre o problema da violência contra crianças e adolescentes é, novamente, na opinião das e dos gestoras e gestores, o esclarecimento sobre o assunto. A conscientização da população diante do problema leva à busca de soluções. Com a participação de alunas e alunos aumentou a atenção dada à questão. Destacam o conhecimento de como lidar com os casos que por ventura venham acontecer no município. Com a abordagem do tema, alguns casos que não eram identificados como abuso sexual, foram detectados e denunciados pelas famílias. Apesar da conscientização, algumas famílias ainda omitem casos. Daí a importância que a conscientização seja contínua e a metodologia do Projeto Menina Abusada deveria ser aplicada não apenas uma vez.

A comunidade escolar ficou mais segura em trabalhar o tema depois de participarem do projeto, estimulando a integração escola/famílias/ alunas(os). Um dos efeitos descritos como positivos foi o início de diálogos mais abertos entre famílias e filhas(os), prevenção participativa familiar, conhecimento para familiares detectarem casos de violência sexual e como prevenir e combater. As crianças e adolescentes conheceram mais sobre seus corpos, estando mais atentas e atentos sobre como se protegerem.

Por sua relevância, é importante destacar um caso em que toda comunidade escolar apoiou uma criança que se defendeu e denunciou alguém que tentou violentá-la após ter sido conscientizada durante o trabalho nas escolas. É fundamental que os efeitos positivos perdurem para além do período de execução do projeto, que o desejo despertado nas comunidades em prevenir a violência sexual infantojuvenil seja incentivado de forma permanente.

Todas(os) gestoras(es) e técnicas(os) avaliaram que a metodologia de aplicação do Projeto Menina Abusada facilitou o trabalho pedagógico sobre o tema nas escolas. O Projeto, ao colaborar com ferramentas de abordagem do assunto por parte das(os) docentes com alunas e alunos e ao trazer uma excelente dinâmica de atividades propostas, foi um importante suporte pedagógico. Destacaram como o problema da violência sexual é abordado de forma didática e de fácil compreensão, estimulando a participação e o empenho das(os) educadoras(es) em inovações

pedagógicas. A metodologia do PMA leva o tema considerado tabu para dentro das salas de aula, cria oportunidades de **diálogo** e esclarecimento entre pais/alunas(os)/ professoras(es), possibilitando melhoria dos trabalhos realizados. Outro ponto destacado é a boa adaptação metodológica a cada faixa etária. O material disponibilizado pelo PMA foi positivamente avaliado, com muitas informações sobre o tema, muito rico para ser trabalhado em sala de aula. Os recursos do material se somam aos debates propostos, vídeos, cartazes, coreografias e peças teatrais que deram concretude ao tema e foram uma forma de estender a discussão para além da comunidade escolar. A maioria das escolas, segundo as gestões, incluiu o Projeto Menina Abusada no Projeto Político Pedagógico (PPP), com toda a dinâmica de atividades propostas pelo PMA.

Gestoras(es) e técnicas(os) sugeriram, da mesma forma que professoras e professores, que dessem continuidade ao trabalho desenvolvido durante a execução do Projeto Menina Abusada, estendendo para mais escolas da rede municipal de ensino e mais municípios, trabalhando de forma conjunta. Uma das formas de continuidade das ações se daria com a implementação no Projeto Político Pedagógico de todas as escolas da rede pública. Uma grande preocupação expressa nas respostas das avaliações é com o engajamento de mais pessoas, autoridades e órgão públicos, envolvendo mais segmentos da sociedade ou seja a ampliação e fortalecimento das redes de apoio local.

Os entrevistados e as entrevistadas, sugeriram mais políticas públicas de apoio às famílias e maior envolvimento por parte das Promotorias de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente. Levar mais palestras para o público geral é uma ação considerada importante por gestoras e gestores, incentivando também mais participação das famílias durante a execução das atividades do Projeto Menina Abusada. Outra sugestão é a ampliação do conteúdo abordado, como discussão sobre consumo de bebidas alcoólicas e drogas **ilícitas** por jovens, um dos problemas recorrentes nas avaliações apresentadas. Foi sugerido também que se tragam depoimentos pessoais em apresentações para os pais. Permanece a preocupação de que a execução do Projeto seja vivenciada na prática da comunidade municipal, não só na teoria dentro das salas de aula.

Avaliação Conselho Tutelar

Na avaliação dos Conselhos Tutelares, o papel do Projeto Menina Abusada é o enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. As e os jovens dos municípios foram informadas e informados sobre a exploração sexual, cuidados com seus corpos e sexualidade. O Projeto envolveu vários setores, para além das famílias e estudantes. O conhecimento sobre a temática promoveu uma conscientização coletiva de incentivo à denúncia. O Projeto Menina Abusada foi considerado pelos Conselhos Tutelares como de grande importância nos municípios, bem apropriado pelas (PARA AS) comunidades e apresentando bons resultados positivos.

Conforme os relatos dos conselheiros e conselheiras tutelares, para melhor integrar as ações de prevenção à violência infantojuvenil nos municípios é necessária uma série de medidas, tais como: maior acompanhamento das Promotorias de Justiça local e do próprio Conselho Tutelar, conscientização social, através de palestras nas escolas, serviços de educação e saúde, órgãos públicos ligados ao atendimento de crianças e adolescentes, políticas sociais para efetivação dos direitos de crianças e das adolescentes, conscientização através da continuidade do Projeto Menina Abusada, mais projetos sobre exploração sexual nas escolas, na sociedade, no município, com acompanhamento das famílias, outros projetos que trabalhem com famílias de uma forma mais ampla, com acompanhamento do Conselho Tutelar, projetos de esporte e educação, em parceria com o município, ações permanentes de prevenção ao abuso e exploração sexual, pois segundo as pessoas entrevistadas, é um problema crescente e a maioria dos casos não são registrados pelas famílias em geral, pelo Conselho Tutelar em parceria com CMDCA, CREAS, CRAS e NASF.

Os conselheiros e conselheiras reconhecem que as ações desenvolvidas no Projeto Menina Abusada retornam em denúncias de abuso sexual e consequente prisão de denunciados. Por esta razão, faz-se necessário continuar desenvolvendo as atividades de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, incentivando as denúncias e a punição eficaz de agressores. Parte das equipes dos Conselhos Tutelares acredita que estas medidas já vêm sendo tomadas, mas em alguns municípios expressam a preocupação com o reforço das medidas tomadas e necessidade de maior apoio do Ministério Público com medidas judiciais. Muitas vezes as medidas são trabalhadas em projetos, mas não são efetivadas posteriormente.

Um dos desafios enfrentados e que comprometeu o desenvolvimento do Projeto Menina Abusada foram mudanças de gestão em Secretarias de Educação, não dando continuidade à política de apoio aos trabalhos iniciada pela gestão anterior. No município de Montadas, por exemplo, nem chegou a realizar a culminância do projeto na escola. As novas e novas conselheiras e conselheiros nem sempre estiveram aptas e aptos a avaliarem o impacto do PMA, pois não tinham informações do período de execução.

Verificou-se que muitos Conselhos Tutelares não tinham os dados estatísticos de casos de violência sexual atendidos no município em anos anteriores, o que dificultou a medição dos efeitos práticos das ações de prevenção do Projeto Menina Abusada.

Outro fator que, segundo as conselheiras e conselheiros, obstaculizou o desenvolvimento do projeto e a continuidade das ações foram as condições econômicas dos municípios e ainda, a dificuldade de articular a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em alguns casos, não envolvendo ativamente o Conselho Tutelar na execução do Projeto, falhando na divulgação da proposta e atividades.

As pessoas entrevistadas identificaram como causa a ausência de muitos

familiares nas atividades desenvolvidas por falta de comprometimento, de conscientização e também pela cultura do machismo, assim como gestoras(es) e docentes.

Em alguns municípios, se relatou que o Projeto Menina Abusada foi trabalhado apenas na época de sua divulgação e logo depois não foi dado continuidade às ações propostas.

Em geral, as conselheiras e os conselheiros avaliaram que o projeto é uma proposta de extrema importância na prevenção ao abuso e exploração sexual nos municípios, e deve ser visto com um olhar voltado para a concretização das ações implementadas, devendo ser contínuas para promoção da conscientização, informação e incentivo à denúncia. Todas as conselheiras(os) dos municípios de Alagoa Grande, Serra Grande, Boa Ventura, Itaporanga, São José dos Ramos e Areial afirmaram a desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, o machismo e as questões socioeconômicas como fatores causadores da violência sexual, não havendo uma única resposta para essa questão.

Número de casos de violência sexual atendidos pelos Conselhos Tutelares no período de 2011 até 2015.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011	2	10	8	4
2012	4	13	17	0
2013	7	22	21	8
2014	7	9	15	1
2015	3	14	16	1

Você saberia identificar as causas da violência sexual no seu município?

- ◆ Desestrutura familiar (12)
- ◆ Questões econômico-sociais (3)
- ◆ Ausência de políticas públicas (5)
- ◆ Machismo (02)
- ◆ Outras causas: Falta de informação

Respostas das perguntas objetivas na soma dos questionários de todos os municípios:

Ensino Fundamental I

- A escola já havia trabalhado conteúdos relacionados à educação sexual?
Sim – 62 ☞ Não – 5 ☞ Superficialmente – 2
- Os conteúdos apresentados pelo Projeto Menina Abusada que sugerem cuidados com o corpo estão inseridos nos livros didáticos já utilizados em sala de aula?
Sim - 38 ☞ Não - 31 ☞ Superficialmente – 0



● Nas atividades pedagógicas realizadas em sala de aula, ficaram claros os meios de como se defender de situações de perigo?

Sim - 68 ☐ Não - 1 ☐ Superficialmente – 0

● O desempenho da professora e do professor na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - 68 ☐ Não - 1 ☐ Superficialmente – 0

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa – 68 ☐ Ruim - 0 ☐ Média – 1

Ensino Fundamental II

● Como você avalia a articulação da escola com os órgãos de defesa da criança e do adolescente durante o Projeto?

Boa – 31 ☐ Ruim – 2 ☐ Excelente – 24
Não houve articulação – 0

● Você é capaz de distinguir as diversas formas de violência sexual?

Sim - 42 ☐ Não - 5 ☐ Superficialmente – 10

● Você afirmaria que o Projeto aborda uma prática de inclusão?

Sim – 49 ☐ Não - 2 ☐ Superficialmente – 6

● O desempenho do(a) professor(a) na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - 55 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente – 2

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa – 46 ☐ Ruim - 0 ☐ Média – 11



Alunas e Alunos EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

● A escola já havia trabalhado atividades pedagógicas de prevenção às DST's, AIDS e gravidez na adolescência?

Sim - 10 ☐ Não - 1 ☐ Superficialmente - 0

● Como você avalia a abordagem, em sala de aula, sobre a igualdade de gênero, realizada pelo Projeto Menina Abusada?

Boa - 10 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 1

Justifique sua avaliação da abordagem:

- Não tem desigualdade de gênero ()

● Você acha que os conteúdos apresentados pelo Projeto contribuíram para promover mecanismos de defesa em situações de perigo?

Sim - 11 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

● O desempenho da professora ou do professor na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - 10 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 1

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa - 11 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

Perguntas para as famílias

● Por quem você foi encaminhada (o) para participar do Projeto Menina Abusada?

♦ Escola - 50

♦ Conselho Tutelar - 0

♦ Ministério Público - 1

♦ Secretaria de Educação - 2

● Quais as atividades do projeto que você participou? E sua filha ou filho?

- ♦ Mobilização das famílias - 19
- ♦ Execução das atividades na escola - 44
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 29

● Você já tinha participado antes de outro projeto que discutiu a violência sexual de crianças e adolescentes?

Sim - 14 Não - 39

● Em sua opinião, há uma mudança pessoal no seu comportamento após participar das ações do projeto?

Sim - 48 Não - 5

● Você tem conhecimentos de casos de abuso sexual em seu município?

Não - 12 Sim - 41

Qual a proximidade?

- ♦ Um desconhecido (17)
- ♦ Alguém próximo à família (14)
- ♦ Familiar (10)

● Você conhece a existência e o funcionamento do DISQUE 100?

Sim - 45 Não - 08

● Você já utilizou esse serviço?

Sim - 03 Não - 50

● Você conhece as ações que existem no seu município de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes?

Sim - 43 Não - 10

Conselho Tutelar

● Qual o número de casos de violência sexual atendidos pelo Conselho Tutelar no período de 2011 até 2015?

(Número de casos de exploração sexual na coluna 2, número de abusos sexuais na coluna 3. Da soma destes casos tanto de exploração quanto de abuso sexual, quantidade que ocorreu contra meninas na coluna 4 e na última coluna quantidade que ocorreu contra meninos).

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011	3	10	9	4
2012	3	7	10	0
2013	8	14	16	6
2014	3	6	8	1
2015	3	9	12	0

● Você saberia identificar as causas da violência sexual no seu município?

- ◆ Desestrutura familiar (12)
- ◆ Ausência de políticas públicas (5)
- ◆ Machismo (02)
- ◆ Questões econômico-sociais (3)
- ◆ Outras causas:
- ◆ Falta de informação

Análise geral

O expressivo número de crianças e adolescentes envolvidas(os) com o PMA, de forma proativa, nos revela o perfil das e dos estudantes das escolas participantes, jovens que almejam atuar como protagonistas na construção de uma nova realidade social. A receptividade das escolas ao projeto fica comprovada no registro da mobilização escolar envolvendo alunas(os), equipe gestora, famílias, técnicas(os) e educadoras(es). Observamos que os índices obtidos na abordagem quantitativa demonstram um resultado satisfatório.

Muitas crianças e adolescentes não tinham consciência de que sofrem violência sexual, a partir da abordagem da temática em sala de aula, durante três semanas de execução do Projeto, foram percebidas situações de abalo emocional nas vítimas. Nestes casos, cabe às e aos profissionais ouvir, apoiar e fazer os devidos encaminhamentos, essa é uma obrigação legal, conforme versa o Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ações pedagógicas podem resultar na prevenção à violência sexual. Professoras e professores são profissionais que possuem um papel fundamental na prevenção às diversas violações de direitos da criança e do adolescente, pois as vítimas demonstram características próprias, que expressam, mesmo sem verbalizar, a violência sofrida. A professora ou o professor, através da observação das alterações do comportamento e nos registros do desempenho escolar das e dos estudantes, tem a possibilidade de identificar que há algo de errado e que tem a responsabilidade legal de agir, como comentado



anteriormente. Portanto, detectamos a necessidade de formação continuada para docentes, em especial as e os que trabalham com a primeira infância.

Constata-se que uma parcela significativa das e dos profissionais da educação não estão preparadas (os) para trabalhar a Educação Sexual em sala de aula, pois a maioria das escolas nunca havia feito a abordagem da temática de forma adequada antes do projeto, por vários motivos, aqui destacamos três deles: falta de um material adequado, ausência de conhecimento de docentes e resistência das famílias.

Outro aspecto importante é que as escolas já estão sendo inseridas na busca pela proteção integral, a prova disso é que mais da metade das escolas participantes busca, mesmo que discretamente, ou que indiretamente, o apoio do Conselho Tutelar, Saúde e CREAS. Percebam que estes três são atores que, obrigatoriamente, têm atuação no ambiente escolar, e que já estão inseridos nestes espaços em razão do papel social que exercem. O Conselho Tutelar tem o dever legal de atuar junto às escolas, no que se refere à proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente; as Secretarias de Saúde dos municípios vêm desenvolvendo ações em parceria com as Secretarias municipais de Educação em razão do Programa Saúde na Escola – PSE, que aproxima cada vez mais essas duas políticas universais e, por fim, o CREAS que, em seus acompanhamentos e na elaboração de relatórios e laudos, sempre busca contato com a escola. O compromisso social da comunidade escolar com as questões sociais vivenciadas na comunidade faz surgir um novo modelo de escola, a “Escola Cidadã”, que nasce desse processo de articulação, ação, planejamento e troca de conhecimentos, com a finalidade de melhorar seu fazer pedagógico com fito em uma Educação funcional.

Assim, entende-se que, conforme os dados, uma parte das escolas nunca realizou trabalhos em parceria com a Rede de Proteção, e, algumas delas declararam, isso ocorre em razão da falta de comunicação entre as organizações que compõem a Rede de apoio local, a escola ainda tem dificuldade de se colocar como interlocutora da rede de proteção e, conseqüentemente, exercer sua função social. Com a implantação do Projeto Menina Abusada, essa aproximação aumentou consideravelmente, pois durante a execução do projeto, a maioria das escolas atuou junto ao Conselho Tutelar e outros órgãos, como Ministério Público - MP, Secretaria Municipal de Saúde, CREAS, CRAS, CMDCA, PM, entre outros, realizando uma articulação e atuação entre Escola e a rede de proteção.

O material de apoio utilizado facilitou a execução das atividades e compreensão da temática. Gestoras(es) e docentes declararam que o material é de fácil interpretação e bastante atualizado, seguindo uma sequência lógica. Tiveram o mesmo entendimento quanto à metodologia apresentada, que é esclarecedora e satisfatória, declararam ainda que o próprio Projeto já direciona para uma estratégia que facilita sua execução.

Em análise, percebemos que o Projeto Menina Abusada foi o marco inicial para as escolas, no que se refere à Gestão Democrática do Ambiente Escolar, pois

se apresentou como uma estratégia para consolidar a função social da escola, que é trazer para seu Macroambiente os organismos sociais, órgãos de controle, Conselhos e famílias. O Projeto entende que a educação é um processo de construção coletiva. Nessa relação de Gestão Democrática, fundamentada por uma pedagogia dialógica, temos um tripé: ESCOLA - FAMÍLIA – SOCIEDADE, em que existe uma corresponsabilidade, em que todos e todas estão diretamente ligados à função de proteger e garantir os direitos da criança e da(o) adolescente com prioridade absoluta.

Neste sentido, o Projeto promoveu a integração nas escolas participantes. Constata-se que o Projeto Menina Abusada é um instrumento eficaz de conscientização das famílias sobre a necessidade de uma educação familiar participativa, promovendo no seio da família diálogos abertos entre familiares, principalmente no que se refere à educação sexual.

Considerando que as famílias, em sua maioria, não possuem instrumentos/apropriação para um diálogo aprofundado sobre a sexualidade, especialmente no que se refere à justiça de gênero, com destaque para as meninas que normalmente tem a sua sexualidade reprimida e estereotipada, entendemos que fomentar essas informações primárias sobre o corpo, a reprodução e gênero no ambiente familiar, propicia o fortalecimento do vínculo afetivo entre seus membros, restando à escola o apoio para uma orientação técnica às famílias e aos alunos e alunas.

A família quando silencia sobre questões relativas à sexualidade é sua forma particular de se educar. Nesses casos, a escola assume um papel fundamental de trabalhar a família e esclarecer sobre os perigos correlatos da falta de informação que vulnerabiliza as crianças e adolescentes a situações de violências e abusos, bem como da obrigação e função social da escola de preparar o cidadão para a vida e para o exercício de cidadania plena.

A melhor prevenção é através da informação e este processo de informação/prevenção deve se dar com a integração da escola/família.

Conforme os dados levantados, percebemos que infelizmente muitos pais e mães não acompanham o processo de ensino/aprendizagem de suas filhas e seus filhos, por entenderem que a obrigação de educar é apenas da escola, mas que com estratégias motivacionais esta é uma realidade que pode ser transformada. Evidenciado que iniciativas como o Projeto Menina Abusada ocasionam a ruptura desse entendimento por parte das famílias, de uma educação unilateral, e não coletiva, compreendendo que o senso de responsabilidade deve ser compartilhado por todos (escola-família-sociedade). O desenvolvimento da criança tem influência direta da família, da escola e da comunidade em que está inserida. E quanto mais oportunidades a criança tiver de expressar-se e vivenciar fatos novos, mas se desenvolverá intelectual e emocionalmente.

A implementação do Projeto Menina Abusada nas escolas foi surpreendente, e terá continuidade por partes dos municípios, parte deles já inseriu o Menina Abusada no Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP.

Nesta ótica, espera-se que as organizações governamentais e gestoras e

gestores públicos tenham o tema como pauta central e trabalhem pela efetivação das políticas públicas de prevenção à violência sexual, adotando uma postura pró-ativa no interesse de público.

Conclusão

Idealizado com uma concepção de gestão governamental, no âmbito municipal, de caráter intersetorial, para nortear a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência Sexual infantojuvenil, o Projeto Menina Abusada está fundamentado nos eixos de Mobilização e Articulação; Prevenção e Protagonismo Infantojuvenil do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, merecendo destaque as características: 1) Formação dos profissionais de educação, saúde e assistência social; 2) Articulação da rede de proteção; e 3) Promoção do protagonismo infantojuvenil. Ações que podem ser implementadas nas esferas Estaduais e Municipais como cumprimento das metas estabelecidas pelo referido plano, e que enfatiza os eixos acima descritos.

O Projeto Menina Abusada permite verificar que a educação é um processo de construção coletiva, contínua e permanente para a formação do indivíduo, tendo na escola o ambiente favorável para esta formação, pois trabalha com o conhecimento, com valores, senso crítico, atitudes e formação de hábitos. Neste sentido, busca-se despertar a escola para assumir uma nova postura frente aos problemas da sociedade contemporânea, primando por uma educação transformadora, consciente e responsável.

A função social da escola está pautada no compromisso assumido por todas e todos que a integram, com a finalidade de materializar o sentimento de justiça social alicerçado nos princípios de igualdade e liberdade, basilares para a existência do Estado Democrático de Direito.

A atuação de professoras e professores vai mais além do que apenas promover o aprendizado, deve atuar na contribuição para o desenvolvimento psicológico, emocional, e consequentemente social da criança e adolescente, identificando os casos de violações de direitos, maus tratos e violência sexual, principalmente na primeira infância.

Constata-se que a experiência vivida pelos municípios, em relação à prevenção da referida problemática, norteia as implementações de ações na mesma linha de atuação.

A sistemática da metodologia do projeto Menina Abusada fomenta a inter-relação de políticas públicas como instrumento de prevenção, inclusive, o associativismo social, para a interação dos diversos segmentos sociais com essas políticas preventivas, resultando na participação ampliada de setores, órgãos, instituições e pessoas que militam na defesa e garantia de direitos da criança e adolescente.

A metodologia do Projeto tem como objetivo capacitar profissionais

para o atendimento eficaz, específico e articulado e, ainda, envolver as crianças e adolescentes no processo da transformação dessa realidade sociocultural.

A avaliação das etapas desenvolvidas nos municípios nos direciona para um caminho exitoso no tocante à prevenção da violência sexual, que é a disseminação da informação aos profissionais, às famílias e às possíveis vítimas (crianças e adolescentes).

Verificamos que a omissão de alguns atores sociais que compõem a Rede de Proteção, fragmenta o atendimento ao público infantojuvenil prejudicando a eficiência no resultando.

É necessária a articulação de toda Rede de Proteção para que esse atendimento seja prioritariamente, integral, com alcance à necessidade tanto da criança, quanto da família, em todos os aspectos, pois assim preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A ausência de públicas sociais básicas, consideradas direito de todas as pessoas e dever do Estado, a exemplo da saúde e da educação, configura violação aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Tendo em vista que a violência sexual é considerada pelo Ministério da Saúde como uma questão de saúde pública, as ações de prevenção devem estar presentes nas unidades básicas de saúde inseridas nas comunidades, porém, **não** distantes de seus problemas sociais.

No que se refere à política de assistência social, que não são universais, destinada apenas ao universo dos que estão em estado de necessidade permanente ou transitório, é obrigação do município efetivar a inclusão destes à proteção especial, que tem como objetivo assegurar a integridade física, psicológica e moral daqueles que têm seus direitos ameaçados ou violados. São as medidas especiais de proteção, como entidades de acolhimento institucional ou em outra modalidade, programas protetivos em meio aberto, programas de prevenção e redução da violência familiar, social e institucional, e também à proteção dos adolescentes privados de liberdade, conforme determina o art. 87 da Lei nº 8.069/1990. Neste grupo incluem-se também as vítimas de violência sexual.

Precisamos avançar mais, promovendo o fortalecimento do atendimento em Rede nos municípios e ainda, a elaboração e implementação do plano decenal intersetorial de prevenção à violência sexual.

Certos de que a implementação do Projeto Menina Abusada, a articulação da rede de proteção e a elaboração/implementação do plano municipal prevenção à violência sexual, no âmbito dos municípios, resultarão a médio prazo, em uma transformação considerável correlatas à violência sexual.

Tabela quantitativa das avaliações aplicadas por Município

Municípios/ Questionários	Alagoa Grande	Areial	Boa Ventura	Curral Velho	Diamante	Esperança	Itaporanga	Juarez Távora
Ensino Fundamental I	5	5	5	5	5	5	4	5
Ensino Fundamental II	5	5	5	4	5	5	4	-
Educação de Jovens e Adultos	-	5	-	1	-	-	-	-
Famílias	5	4	2	5	5	4	4	5
Professoras e Professores	6	5	6	6	3	3	2	5
Gestoras(es) escolares e Técnicas(os)	2	4	2	3	1	2	1	3
Conselho Tutelar	1	1	1	1	1	1	1	1

Municípios/ Questionários	Montadas	Pedra Branca	Pilar	São José de Caiana	São José dos Ramos	Sapé	Serra Grande
Ensino Fundamental I	0	5	4	5	10	0	6
Ensino Fundamental II	5	5	1	5	3	0	5
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	5	0	-
Famílias	0	3	3	2	6	0	5
Professoras e Professores	0	4	2	6	5	0	4
Gestoras(es) escolares e Técnicas(os)	0	2	4	5	4	0	2
Conselho Tutelar	1	1	1	1	5	0	4

Modelos dos questionários aplicados nos municípios

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

♦ A escola já havia trabalhado conteúdos relacionados à educação sexual?

Sim - ☞ Não - ☞ Superficialmente -

♦ Os conteúdos apresentados pelo Projeto Menina Abusada que sugerem cuidados com o corpo estão inseridos nos livros didáticos já utilizados em sala de aula?

Sim - ☞ Não - ☞ Superficialmente -

● Nas atividades pedagógicas realizadas em sala de aula, ficaram claros os meios de como se defender de situações de perigo?



Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente –

● O desempenho do(a) professor(a) na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente –

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa – ☐ Ruim - ☐ Média –

● Você gostou de ter participado do Projeto Menina Abusada? Justifique.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

● Como você avalia a articulação da escola com os órgãos de defesa da criança e do adolescente durante o Projeto?

Boa - ☐ Ruim – ☐ Excelente – ☐ Não houve articulação –

● Você é capaz de distinguir as diversas formas de violência sexual?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente –

● Você afirmaria que o Projeto aborda uma prática de inclusão?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente –

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

● O desempenho do(a) professor(a) na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente –

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa – ☐ Ruim - ☐ Média –

● Você gostou de ter participado do Projeto Menina Abusada? Justifique.

Alunas e Alunos EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

● A escola já havia trabalhado atividades pedagógicas de prevenção às DST's, AIDS e gravidez na adolescência?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente -

● Como você avalia a abordagem, em sala de aula, sobre a igualdade de gênero, realizada pelo Projeto Menina Abusada?

Boa - ☐ Ruim - ☐ Média -

Justifique sua avaliação da abordagem:

● Você acha que os conteúdos apresentados pelo Projeto contribuíram para promover mecanismos de defesa em situações de perigo?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente -

Comente de que forma:

● O desempenho do(a) professor(a) na apresentação dos conteúdos facilitou sua compreensão sobre o que é violência sexual?

Sim - ☐ Não - ☐ Superficialmente -

● Em relação a sua participação nas atividades pedagógicas propostas pelo Projeto Menina Abusada, você considera:

Boa - ☐ Ruim - ☐ Média -

● Você gostou de ter participado do Projeto Menina Abusada? Justifique.

FAMÍLIAS

● Por quem você foi encaminhado(a) para participar do Projeto Menina Abusada?

- ◆ Escola -
- ◆ Conselho Tutelar -
- ◆ Ministério Público -
- ◆ Secretaria de Educação -



● Quais as atividades do projeto que você participou? E o seu(sua) filho(a)?

● Você já tinha participado antes de outro projeto que discutiu a violência sexual de crianças e adolescentes?

Sim - ☐ Não -

● Em sua opinião, há uma mudança pessoal no seu comportamento após participar das ações do projeto?

Sim - ☐ Não -

Quais:

● Quais os pontos positivos dessa experiência como membro participante do projeto?

● E os aspectos negativos? Quais foram?

● Você teria alguma sugestão sobre outras ações que poderiam ser aprimoradas para a continuidade do projeto em seu município?

● Você tem conhecimentos de casos de abuso sexual em seu município?

Sim - ☐ Não -

Se sim, o agressor era:

() alguém próximo à criança

() um desconhecido

() um familiar

● Você conhece a existência e o funcionamento do DISQUE 100?

Sim - ☐ Não -

● Você já utilizou esse serviço?

Sim - ☐ Não -

● Você conhece as ações que existem no seu município de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes?

● Você tem propostas de ações de combate à violência sexual no seu município?

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Em sua opinião, qual é o principal problema social de seu município?

Qual é, em sua opinião, a dimensão do problema da violência sexual infantojuvenil neste município? E quais os principais problemas sociais que impactam este problema? (Se possível, comparar com outros municípios)

- Quais são os principais fatores causadores da violência sexual infantojuvenil neste município?

- Como estes fatores estão sendo combatidos?

- Quando o Projeto Menina Abusada foi implantado neste município, nesta escola?

- De quem partiu a iniciativa da parceria?

- Você sabe por que este município foi escolhido para participar do Projeto Menina Abusada?

- Aqui na escola, quem foram os principais responsáveis pela implementação do projeto?

- Quais foram os obstáculos e/ou dificuldades que tiveram que ser enfrentados durante a implementação do projeto na escola? Quais foram os mais relevantes? E como eles foram resolvidos?

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Quantas famílias/crianças e adolescentes foram atendidas pelo Projeto Menina Abusada, nesta escola?

11) Em sua opinião, o problema da violência sexual infantojuvenil, neste município, está se agravando ou, pelo contrário, está cedendo? Por quê?

12) Desde a implementação do projeto Menina Abusada na escola, na sua avaliação, quais foram os seus impactos sobre o problema da violência sexual infantojuvenil?

13) A implementação do projeto produziu efeitos positivos? Quais?

14) A metodologia de aplicação do Projeto Menina Abusada facilitou o trabalho pedagógico sobre o tema na escola?

15) Qual é a sua avaliação sobre o material disponibilizado pelo Projeto Menina Abusada?

16) Como foi a execução das atividades em sala de aula?

17) Durante o desenvolvimento do projeto, ocorreu algum caso de violência sexual no município?

18) Avalie a importância da inclusão da educação sexual no currículo escolar como forma de prevenção:

19) Você teria alguma sugestão para contribuir para o aprimoramento do Projeto neste e em outros municípios?



GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

● Qual você acha que é o principal problema social de seu município? Qual é, em sua opinião, a dimensão do problema da violência sexual infantojuvenil neste município? E quais os principais problemas sociais que impactam este problema? (Se possível, comparar com outros municípios)

● Quais são os principais fatores causadores da violência sexual infantojuvenil neste município?

● Como estes fatores estão sendo combatidos?

● Quando o Projeto Menina Abusada foi implantado neste município, nesta escola?

● De quem partiu a iniciativa da parceria?

● Você sabe por que este município foi escolhido para participar do Projeto Menina Abusada?

● Aqui na escola, quais foram os principais responsáveis pela implementação do projeto?

● Quais foram os obstáculos e/ou dificuldades que tiveram que ser enfrentados durante a implementação do projeto na escola? Quais foram os mais relevantes? E como eles foram resolvidos?

● Houve participação da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente (SGD) na implantação do projeto neste município? Como você avalia essa participação?

● O Conselho Tutelar acompanhou, de alguma forma, a execução do projeto na escola?

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

12) Quantas famílias/crianças e adolescentes foram atendidas pelo Projeto Menina Abusada, nesta escola?

13) Em sua opinião, o problema da violência sexual infantojuvenil, neste município, está se agravando ou, pelo contrário, está cedendo? Por quê?

14) Desde a implementação do projeto Menina Abusada na escola, na sua avaliação, quais foram os seus impactos sobre o problema da violência sexual infantojuvenil?

15) A implementação do projeto produziu efeitos positivos? Quais?

16) A metodologia de aplicação do Projeto Menina Abusada facilitou o trabalho pedagógico sobre o tema na escola?

17) Qual a sua avaliação sobre o material disponibilizado pelo Projeto Menina Abusada?

18) Durante o desenvolvimento do projeto, ocorreu algum caso de violência sexual no município?

19) Houve inclusão do Projeto Menina Abusada no Plano Político Pedagógico (PPP) da escola?



20) Você teria alguma sugestão para contribuir para o aprimoramento do Projeto neste e em outros municípios?

CONSELHO TUTELAR

● Em sua opinião, qual o papel do projeto neste município? Este papel foi bem definido?

● Em sua opinião, que medidas precisam ser tomadas para melhorar a integração das ações de combate à violência sexual infantojuvenil neste município?

● Você acha que estas medidas vêm sendo tomadas?

● Qual o número de casos de violência sexual atendidos pelo Conselho Tutelar no período de 2011 até 2015?

(Marque o número de casos de exploração sexual na coluna 2, o número de abusos sexuais na coluna 3. Da soma destes casos tanto de exploração quanto de abuso sexual, marque a quantidade que ocorreu contra meninas na coluna 4 e na última coluna marque a quantidade que ocorreu contra meninos).

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				

● Você saberia identificar as causas da violência sexual no seu município?

() desestrutura familiar

() ausência de políticas públicas

() machismo

() questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)

Outras:

● Você seria capaz de identificar obstáculos que comprometeram o desenvolvimento do Projeto Menina Abusada no município e suas causa?

Avaliações sintetizadas por município:

♦ ALAGOAGRANDE

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 05 Não - 0 Superficialmente – 0



Sim - 0 ☐ Não - 05 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

• Sim, porque aprendemos sobre o que é o abuso sexual, como pode acontecer e como nos defender.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 02 ☐ Ruim - 0 ☐ Excelente - 03 ☐ Não houve articulação - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

• Sim, porque aprendemos como se defender dessa violência. Esse projeto foi um presente para nossa escola. Que os pais fiquem mais em alerta com o que acontecem com seus filhos. Aprendemos de que forma a violência sexual pode afetar a vida futura da vítima.

FAMÍLIAS

♦ Escola - 05

♦ Conselho Tutelar - 0

♦ Ministério Público - 0

♦ Secretaria de Educação - 0

♦ Mobilização das famílias - 0

♦ Execução das atividades na escola - 05

♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 05

Sim - 01 ☐ Não - 04



Sim – 05  Não - 0

Quais: conversar sem preconceito e timidez sobre esse assunto. Ficamos sabendo como funciona o disque 100 e seus objetivos.

Mais informações sobre o assunto, principalmente sobre os órgãos de apoio.

- a troca de informações, a clareza de ideias aprendidas de forma coletiva.
- não foi citado nenhum aspecto negativo.
- A própria escola pode continuar com as ações. Mais ações voltadas às famílias, de uma forma mais contínua.

♦ Sim.

♦ Familiar- 02

♦ Alguém próximo à criança- 02

♦ Um desconhecido- 01

Sim- 05  Não- 0

Sim - 05  Não - 0

Sim - 05  Não – 0

● Maior engajamento entre Conselho Tutelar, escolas e autoridades responsáveis.

Que as autoridades pudessem resolver a questão de crianças e jovens no horário da noite nas ruas. Definir um horário para voltar para casa à noite.

Que as autoridades públicas e as pessoas que as compõem se posicionem firmes e eficazes ao combate a essa violência causadora de danos irreversíveis.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) Desestrutura familiar, desemprego e drogas.
- 2) Ausência do domínio familiar sobre os filhos. Falta de orientação dos pais e de uma estrutura familiar adequada.
- 3) Falta de limite dos filhos pelas famílias e de orientação dos pais.
- 4) Nas escolas, com esse projeto Menina Abusada. Ações realizadas em parceria entre Secretaria de Educação, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- 5) No ano de 2014.
- 6) Ministério Público

7) O nosso índice de prostituição é muito alto. E pelos casos de abusos registrados pela promotoria.

8) Gestores, professores, funcionários e coordenadora pedagógica.

9) Falta de palestras com o Ministério Público. E o fator tempo prejudicou a realização das atividades

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Em torno de 250 alunos

11) Não temos muito conhecimento. As informações ainda são restritas.

12) O esclarecimento muito contribuiu, pois percebe-se que o tema tem sido tratado de forma mais aberta e natural. Os alunos estão mais abertos para falar sobre o tema em questão, entre eles e com suas famílias.

13) Conscientização. As informações serviram de alerta.

14) Sim. A contribuição de cada membro da escola possibilitou e facilitou a execução do projeto.

15) O material é muito bom.

16) Ocorreu de forma positiva, com palestras, vídeos, pesquisas, debates, jogos didáticos e diferentes atividades sobre o assunto.

17) Não

18) Seria bom, porém já é inserido nas aulas. Considero necessário, pois a informação é a arma principal da prevenção. Tudo é importante quando o objetivo é defender e orientar os jovens.

19) A presença mais ativa dos participantes. Que a execução durasse o ano inteiro, com palestras e seminários.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

1) A desestruturação familiar tem gerado diversos problemas no nosso município, inclusive a questão das drogas. Violência social, falta de assistência às famílias por parte dos órgãos públicos.

2) Tem se identificado este grave problema com bastante ênfase, talvez o excesso de confiança dos pais, a falta de diálogo sobre o assunto. Segundo dados do CREAS, os índices de violência sexual são alarmantes pela quantidade de casos atendidos.

3) O excesso de confiança e a falta de informação, através do diálogo. Impunidade para os culpados diante dos casos ocorridos.

4) Através de projetos desenvolvidos nas escolas e acompanhamento de diversas esferas com nossas crianças e adolescentes. A Secretaria de Educação tem realizado palestras com o Conselho Tutelar, com pais de alunos e com os alunos para conscientização de toda a comunidade escolar.

5) Em 2015.



- 6) CREAS, Secretaria de Educação, com apoio do Ministério Público.
- 7) Devido ao aumento quantitativo de casos de abusos contra nossas crianças.
- 8) Gestores professores e pedagogos.
- 9) Tivemos uma aluna que foi violentada sexualmente e tivemos mais cautela em trabalhar com o tema. Muita cautela por ser um assunto tão difícil para todos.
- 10) Tivemos todo o apoio do CREAS.
- 11) Sempre muito presente, não só apenas nesse projeto, mas em todas as outras ações de prevenção.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) Em média. 400 pessoas
- 13) Está se agravando devido à impunidade dos órgãos competentes.
- 14) Bastante significativa, pois tivemos palestras com os pais para alertá-los dos males que este tipo de abuso pode acarretar na vida de uma criança.
- 15) Com certeza, pois nossas crianças estão mais orientadas e alertas sobre o assunto. Alunos e famílias mais abertos ao diálogo em possíveis casos ocorridos.
- 16) Sim, pois usamos metodologia adequada para nossa faixa etária.
- 17) Excelente.
- 18) Sim. Ocorreu um caso com uma das nossas alunas.
- 19) Sim.
- 20) Que seja levado para todos os municípios do nosso estado, para todas as escolas.

CONSELHO TUTELAR

- 1) Muito proveitoso, apesar das dificuldades familiares existentes em nossa cidade.
- 2) Que os órgãos competentes façam visitas nas áreas de risco social e campanhas educativas para coibir essa problemática.
- 3) Sim.
- 4) Número de casos na tabela abaixo.

Alagoa Grande	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011				
	2012	01	01	02	
	2013		06	04	02
	2014		02	02	
	2015		04	04	

- 5) Desestrutura familiar, questões econômico-sociais e outras causas.

6) A falta de interesse por algumas categorias, os pais, principalmente, e alguns setores competentes.

♦ AREIAL

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 04 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 01

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

• Sim, porque agora podemos nos cuidar melhor, a gente pode se defender na hora certa. Ficamos mais informados sobre a violência sexual que vem ocorrendo em nosso país. Aprendemos a diferenciar um toque carinhoso de um abuso.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Excelente - 0 ☐ Não houve articulação - 0

Sim - 01 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 04

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

Como denunciar, como é o abuso, como se evitar, como saber lidar e não ter medo de denunciar, pois abuso sexual é crime. Como lidar com uma pessoa que tenha sido abusada e como denunciar o crime.

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

• Sim, porque aprendemos em como se defender. Hoje sabemos o que é abuso e o que não é.

Alunas e Alunos EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Sim - 05 ☐ Não - ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

Justifique sua avaliação da abordagem:

Porque se falou de forma ampla, sem preconceito e respeito pelo próximo. Passamos a entender melhor as situações. Todos tiveram a liberdade de se expressar.

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Comente de que forma:

Porque nos informa de como se defender de situações de perigo, como as drogas e o abuso sexual. E outros tipos de preconceito: racial, social, etc. Nos informou que o perigo pode estar nos bares, nas festas ou em outros lugares.

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

● Sim, pois aborda vários assuntos sobre os fatos da realidade do dia a dia de cada um. Nos prepara para educar melhor nossos filhos.

FAMÍLIAS

◆ Escola - 04

◆ Conselho Tutelar - 0

◆ Ministério Público - 0

◆ Secretaria de Educação - 0

◆ Mobilização das famílias - 0

◆ Execução das atividades na escola - 01

◆ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 03

Sim - 0 ☐ Não - 04

Sim - 03 ☐ Não - 01

Quais: Maior esforço pra educar e proteger os filhos.

Me sinto mais esclarecida para orientar outras pessoas.

Me orientou para um diálogo mais aberto no âmbito familiar. Hoje posso



afirmar que estou mais alerta aos sinais que por ventura meus filhos apresentem sobre algum tipo de abuso.

- Adquirir mais conhecimento para repassar para nossos filhos.

Conscientização do perigo que este problema causa a todos.

- Nenhum.

- Visitas de psicólogos às famílias que já passaram por esta situação.

Visitas domiciliares por parte dos profissionais do município.

Capacitação profissional para identificar e diagnosticar os casos de violência sexual, bem como promover intervenções preventivas e terapêuticas para as crianças e adolescentes e para suas famílias.

♦ Sim. 02

♦ Familiar- 02

♦ Alguém próximo à criança- 0

♦ Um desconhecido- 0

♦ Não- 02

Sim - 03 ➡ Não - 01

Sim - 0 ➡ Não - 04

Sim - 03 ➡ Não - 01

12) Realização de palestras com adultos abordando o tema e mostrando as consequências decorrentes deste problema. Que a população ligue mais para o disque 100, se souber de um caso. Campanhas periódicas de sensibilização e de mobilização envolvendo todas as organizações públicas e privadas.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

1) Desigualdades sociais, econômicas e culturais. Elevado número de jovens envolvidos com drogas e o problema da prostituição.

2) As famílias estão desestruturadas, que resultam em adolescentes que não respeitam pais, professores e são violentos nas escolas. A falta de compromisso dos responsáveis para com as crianças e adolescentes. Fala-se pouco do assunto no seio familiar.

3) Desigualdades sociais. E não existem no município projetos de apoio às crianças e adolescentes.

4) As escolas trabalham com a prevenção. Existem programas sociais e projetos implantados pelas secretarias. E através de denúncias ao Conselho Tutelar.

- 5) No ano de 2014.
- 6) Parceria do Ministério Público com a Secretária de Educação.
- 7) Para combater o problema e aprimorar nosso trabalho com alunos e famílias.
- 8) Equipe pedagógica
- 9) Falta de experiência em conversar esse tema com adolescentes e crianças. A dificuldade de informar sem chocar os alunos. Os cuidados com a reação dos pais. Isso foi resolvido com atenção sobre os conteúdos e a forma de falar com as crianças.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 10) Em torno de 280 crianças e adolescentes.
- 11) Felizmente não está se agravando. Há uma parceria com as famílias, as escolas e o Conselho Tutelar, onde a união faz surgir a proteção.
- 12) Realizamos um trabalho de prevenção. Os alunos passaram a se envolver mais nas discussões sobre o assunto e até mesmo denunciar certas situações. Os impactos surgiram a partir da aplicação do tema, pois alguns professores não tinham o conhecimento de como desenvolvê-los em sala de aula.
- 13) Sim, chegando a diminuir os casos. Os alunos demonstraram menos inibição ao falar sobre o assunto e mais confiança nos professores. Orientação e conhecimento sobre o tema.
- 14) Sim. Tínhamos dúvidas sobre o tema e agora temos mais segurança para debater sobre a questão. Como professor, ficou claro o caminho a seguir, uma segurança no desenvolvimento das ações. Nas séries iniciais houve maior resistência, no 4º e 5º ano, o trabalho foi mais fácil porque os conteúdos estão inclusos no currículo.
- 15) Muito bom, dinâmico e objetivo. Mas também difícil de ser repassado sem profissionais que nos orientem considerando que os temas são polêmicos e nos deixam intimidados.
- 16) Através de diálogos, vídeos, palestras, cartazes, apresentação de poesias, músicas, fotos, textos, entrevistas com vítimas e leituras.
- 17) Não temos conhecimento.
- 18) Muito boa, pois esse é um dos caminhos para minimizar o problema. É importante porque mesmo não tendo casos explícitos, pode ser que alguma criança sofra em silêncio, e com o tema trabalhado, ela “fale”.
- 19) Trabalhar com as famílias. Que os professores tenham uma formação de curta duração com psicólogos, nos orientando como conversar com o aluno, quando desconfiarmos que ele estar sendo abusado sexualmente.



GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) A violência. A quantidade de jovens envolvidos com drogas, principalmente o álcool. Adolescentes começam uma vida sexual cedo demais.
- 2) Moderada. A falta de estrutura familiar contribui muito para este problema. As vítimas são de famílias que possuem uma estrutura familiar sem regras e limites. Não existe diálogo entre pais e filhos.
- 3) A desigualdade social e econômica. A falta de estrutura familiar e de orientação sexual. Os jovens estão muito liberais, sem limites em casa.
- 4) Através de trabalhos de prevenção, informações e ações de mobilização. As escolas trabalham com a prevenção
- 5) 2014
- 6) Da Secretaria Municipal de Educação e do Ministério Público.
- 7) Para unir forças e combater esse problema (registro de casos).
- 8) Equipe pedagógica da escola
- 9) A adesão dos profissionais para trabalhar a temática, pois alguns apresentaram resistência. Houve um impacto em primeiro momento por ser um tema novo. Foram solucionados a partir do debate sobre o projeto. Tem famílias que ignoraram trabalhar esse tema.
- 10) Sim, bem atuante. Eles apresentaram o projeto para a comunidade.
- 11) Sim, acompanhou de forma direta e indireta, realizando palestras e debates.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) Em torno de 250 alunos (crianças e adolescentes).
- 13) Acredito que estar cedendo muito. Não é do nosso conhecimento nenhum registro de casos.
- 14) Melhorou a questão da prevenção.
- 15) Com a sociedade sensibilizada para o problema, diminui o registro de casos. Confiança e desenvoltura dos alunos nas atividades. Descobrimos que na própria escola temos crianças que já foram exploradas sexualmente.
- 16) Sim. Esclareceu melhor como trabalhar a problemática.
- 17) Muito enriquecedor, material de ótima qualidade. Ter um material específico para o professor.
- 18) Desconhecemos
- 19) Sim.
- 20) Que este trabalho fosse ampliado para as famílias. Mais formação para trabalharmos com alunos e pais. Mais palestras com os pais. Ter uma continuidade para outras escolas.



CONSELHO TUTELAR

1) O projeto tem uma ótima proposta social, é indispensável. No nosso município o mesmo não teve o reconhecimento e não foi dada a devida importância pelo poder público municipal.

2) Mais programas e projetos educativos que possam retirar as crianças e os adolescentes das ruas, em completa situação de risco.

3) Não.

4) Nenhum caso foi citado pelos entrevistados.

5) Deseestrutura familiar e ausência de políticas públicas por parte da gestão municipal.

6) Falta de interesse do poder público, principalmente das escolas que não desenvolvem trabalhos que envolvam essa temática.

♦ BOAVENTURA

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 0 ☞ Não - 05 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

Sim, porque nós aprendemos a nos defender com o projeto.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 0 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 05 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

As atividades realizadas através de palestras, panfletagens, caminhadas, oficinas, teatro, diálogos entre os alunos, atividades diversas, aulas, filmes, entre outros.



Sim - 05 ➡ Não - 0 ➡ Superficialmente - 0

Boa - 05 ➡ Ruim - 0 ➡ Média - 0

Sim, porque foi uma forma de nos alertar e aprendemos como denunciar e que não podemos nos calar. Ajudou bastante a esclarecer dúvidas sobre abuso. Abriu nossos olhos. Colocar em prática o que aprendemos. Aprendemos como a violência ocorre e que não devemos nos calar

FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 02
- ♦ Conselho tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 01
- ♦ Execução das atividades na escola - 02
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 02

Sim - 02 ➡ Não - 0

Sim - 02 ➡ Não - 0

Quais: Hoje temos outra visão sobre o abuso infantojuvenil. Maior conhecimento para outras pessoas. Posso ajudar pessoas com o que aprendi.

A questão do tempo que foi muito curto.

Durasse mais tempo.

Sim.

- ♦ Familiar - 0
- ♦ Alguém próximo à criança - 02
- ♦ Um desconhecido - 0

Sim - 0 ➡ Não - 03

Sim - 0 ➡ Não - 03

Sim - 03 ➡ Não - 0

12) Tirar as crianças e os adolescentes da rua, principalmente no horário da noite.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) Falta de estrutura familiar e o uso de drogas.
- 2) A principal causa é a negligência familiar. E medo de denunciar e a falta de provas.
- 3) Falta de informação das famílias e o medo de denunciar.
- 4) Através de palestras e projetos educativos com o CRAS. Ações informativas dentro da escola e **palestras**.
- 5) 2014
- 6) Ministério Público.
- 7) Devido ao alto índice de denúncias no Vale do Piancó, sendo que eram denúncias falsas.
- 8) Todo o corpo docente da escola
- 9) Trabalhos realizados com grupos numerosos, o que dificultou a aprendizagem.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 10) Toda a comunidade escolar.
- 11) Esse problema é difícil de combater plenamente, pois há o medo de se fazer a denúncia, havendo, portanto o agravamento do caso.
- 12) Os impactos foram positivos, uma vez que tornaram-se claras a existência do problema e suas consequências.
- 13) Sim. Clareza quanto ao problema e levar a criança a reconhecer quando está passando por abuso sexual.
- 14) Sim. Cada oficina foi trabalhada de forma dinâmica e lúdica. A metodologia facilitou bastante, pois para cada tópico eram usados métodos diferentes.
- 15) Foi facilitador porque auxiliou e instigou a participação do alunado.
- 16) Tarefas didáticas e lúdicas com músicas, pinturas, colagens e textos envolvendo as temáticas.
- 17) Não
- 18) Seria de grande importância para a educação, como medida social. Uma medida social de combate ao sexo precoce de maneira contínua, essencial à educação.
- 19) Como as temáticas são divididas, seria interessante para melhor efetividade que acontecesse todos os anos.
Um mapeamento de violência sexual nas escolas do município todos os anos.
Implantar o projeto em todas as escolas em todos os anos.
As avaliações das ações deveriam ser feitas em tempo real.



GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

1) A falta de controle e limite por parte das famílias com relação aos seus filhos e o problema das drogas.

2) No nosso município, não existe um índice elevado desse tipo de violência. Falta de proteção das famílias.

3) A falta de informação e de diálogo.

4) Através de projetos municipais.

5) 2014

6) Ministério Público.

7) Devido ao alto índice de denúncia na região do Vale do Piancó.

8) Todo o corpo docente e discente da escola.

9) Trabalhar com grupos grandes dificultaram as ações na escola. A solução foi dividir em grupos menores para ter êxito no trabalho. A resistência de algumas famílias

10) Não

11) Sim, apoiando com palestras e informações.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

12) Toda a comunidade escolar

13) O índice não é alto e depois do projeto não houve nenhum caso.

14) Positivo, devido às informações que os alunos adquiriram para poder debater sobre o tema. Eles se sentem mais à vontade para abordar a problemática.

15) Bastante informações, diálogos, esclarecimentos sobre sexualidade e conscientização.

16) Sim, porque fala mais abertamente sobre o tema

17) Muito bom.

18) Não

19) Sim.

20) Que houvesse uma avaliação logo após o término de cada atividade. O projeto é ótimo.

CONSELHO TUTELAR

1) Reconhecemos que o projeto foi bem definido, pois tem a finalidade de prevenir e combater a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

2) Promover campanhas educativas com distribuição de panfletos para sensibilizar a população sobre a importância de combater a violência sexual.

3) Sim. Só que essas medidas têm que acontecer de forma contínua.

4) Número de casos na tabela abaixo.

Boa Ventura	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011				
	2012		01	01	
	2013		01	01	
	2014				
	2015				

5) Desestrutura familiar e ausência de políticas públicas.

6) Não houve nenhum obstáculo. O projeto teve boa aceitação e contou com participação de técnicos da rede de proteção.

♦ CURRALVELHO

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Porque aprendemos sobre o Projeto e a violência e o abuso sexual.

- Sim. Porque aprendemos sobre o Projeto e a violência sexual que está ocorrendo no Brasil inteiro. Graças a Deus que aqui no município não aconteceu.

- Sim. Porque aprendemos sobre o Projeto e a violência e o abuso sexual. Graças a Deus que não veio para Curral.

- Sim. Porque aprendemos sobre o Projeto e a violência sexual que está ocorrendo no Brasil inteiro. Graças a Deus que aqui no município não aconteceu.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 4 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 0 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Acompanhamento com a psicóloga, conversar com criança ou adolescente abusada, aquelas que são carentes.

- Psicóloga, a criança que foi abusada se torna uma pessoa diferente na população. Incluir CRAS, pais, Conselho Tutelar, inclusão social do Projeto.

- Psicóloga, conversar com quem foi abusada e com as outras crianças para terem muito cuidado, principalmente os mais pobres, que não têm uma boa condição de vida.

- Maioria das crianças e adolescentes abusadas são pobres e não têm boas condições.

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 2 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 2

- Sim. Porque isso eu aprendi várias coisas e aprendemos o que é certo e o que é errado pelo assunto trabalhado.

- Sim. Aprendi muito sobre as diferenças, o que é violência sexual, entre o que é certo e errado. Faixa etária que as crianças são abusadas e o preconceito das que sofreram abuso.

- Sim. Aprende o que é certo e o que é errado, apresenta coisas de abuso de crianças e adolescentes e deixa pessoa bastante informada.

- Sim. Porque aprendi várias coisas em relação ao assunto que foi trabalhado.

Alunas e Alunos EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Sim - 0 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 0 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 1

Justifique sua avaliação da abordagem:

- Não tem desigualdade de gênero

Sim - 1 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Comente de que forma:

- Com as falas das pessoas do projeto

Sim - 1 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 1 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Porque têm muitas coisas falando em violência de meninas e meninos.

FAMÍLIAS

- ♦ Escola – 5
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias – 2
- ♦ Execução das atividades na escola - 1
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 4

Sim - 3 ☞ (1 na escola e na Igreja Ação Evangélica) ☞ - Não - 2

Sim – 5 ☞ Não - 0

Quais:

- Passei a olhar meus filhos, cuidar melhor deles. Prestar atenção no seu comportamento no dia-a-dia.
- Projeto ajuda a ter mais cuidado com os filhos
- Cuidar melhor do meu filho
- Ter mais cuidado com meu filho
- Ajuda a ter mais cuidado com nossos filhos
- Muitos
- Várias mudanças na vida do meu filho
- Como orientar os meus filhos na área sexual
- Aprendi a cuidar melhor da minha família
- Pessoa esquece os cuidados que tem que ter com as crianças
- Cuidar mais dos filhos
- Não falar coisas feias na frente dos outros
- Mais palestras na escola e nos serviços sociais

Não – 5 ☞ Sim - 0

Sim- 5 ☞ Não- 0

Sim - 0 ☞ Não - 5

Sim - 1 ☞ Não - 4

- Gostaria que fosse trabalhado mais sobre esses temas, nas escolas, nas igrejas e centros sociais. Com palestras, peças teatrais sobre o tema, músicas e paródias.



- Ter mais projetos para orientar as crianças e adolescentes do município.
- Mais projetos com palestras, incentivar os pais a cuidar melhor de seus filhos.
- Criar um projeto para cidade para cuidar de crianças e adolescentes.
- Ter mais projetos para orientar crianças e adolescentes.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Falta de ocupação todos indicaram este problema
- Desconheço todos desconhecem ou preferiram não comentar
- Bebidas alcoólicas, drogas, deficiências dos programas sociais, falta de respeito com os familiares. Todos indicaram os mesmos fatores.
- Através da influência das escolas, CRAS, Conselho Tutelar. Com palestras, conscientização aos donos de estabelecimentos comerciais. Todos deram a mesma resposta.
- 2014
- Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público em conjunto com as escolas municipais e estaduais.
- Provavelmente por ter sido detectado indicação do assunto em debate.
- interesse público
- Diretora, professoras(es), alunas(os), pessoal de apoio, pais de aluna(os) e toda comunidade
- A quebra de tabu por parte das famílias sobre sexualidade, por se tratar do abuso sexual e sexualidade na adolescência, além de homossexualidade.
- Timidez por parte dos alunos.
- Foram resolvidos com palestras e debates, envolvimento de toda comunidade.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 10) - Fundamental I e II e toda a comunidade indiretamente
- 11) - Estável, devido à comunidade estar consciente, por se tratar de um assunto tão complexo e à preocupação e aos cuidados dos familiares e órgão competentes.
- Estável, participação do Conselho Tutelar e da Justiça, orientação das famílias e escolas.
- Instável, depende da época do ano, apoio moral, social e familiar
- 12) - Na idealização do Projeto pode-se observar a importância de trabalhar “um projeto de interesse social” com a participação dos alunos e familiares.
- Coisas simples que na família até não era algo proibido de se falar.
- 13) - Sim, respeito e conhecimento do corpo e de abuso sexual, abusada e abusador.



- 14) - Sim, conhecimento do corpo, sexo e sexualidade.
- Temas transversais nas ciências humanas e biológicas
- 15) - Favorável
- 16) - Através de vídeos, livros, cartazes, paródias, entrevistas e danças.
- 17) - Não, nada chegou ao conhecimento da comunidade.
- 18) - A favor, pois se trata de conhecimento que necessariamente ajuda no projeto pedagógico.
- Leva o aluno a conhecer o seu próprio corpo e conscientização sobre abuso sexual.
- É um assunto que surge a todo o momento no ambiente escolar e até então era ignorado.
- 19) - Sim. Que o projeto seja verdadeiramente utilizado na sociedade.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Desemprego
- Jovens menores de 18 anos dirigindo motocicletas
- Desinformação, falta de conhecimento da gravidade do caso
- Falta de cuidado dos responsáveis, desajuste familiar, que deixa crianças às margens da sociedade, ficando vulneráveis a este perigo
- Dimensão razoável em comparação a outros municípios; neste município crianças não bebem, não fumam, não usam drogas, estão menos expostas às relações sexuais, não é culpa da criança, ela não está menos exposta
- Desinformação, desajuste familiar, falta de acompanhamento das famílias com seus filhos
- Projetos sociais como PMA, em parceria com órgãos públicos e Conselho Tutelar. Orientação ainda é a melhor prevenção, é preciso tocar no assunto sempre
- Palestras com famílias, apresentação do Projeto, manifestações em vias públicas
- 2014
- Ministério Público
- Ministério Público provavelmente detectou algum problema/ caso no município
- Evitar estender problema das cidades vizinhas
- Gestor escolar, professores e professoras, Secretarias e alunas(os)
- Gestão, corpo docente e corpo discente
- Preconceito por parte das famílias
- Conscientizar as pessoas sobre o combate à violência sexual
- Não existe rede no município
- Sim, de forma participativa



Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

12) - 90% das famílias

13) - Não se agravou, nem cedeu. Tende a ceder com mais discussão sobre o tema.

14) - Conscientização da população diante do problema e busca de soluções.

15) - Sim, informação da população, expor a realidade, dar ciência da existência do assunto e como pode ser combatido

- Famílias começaram a manter mais diálogo com filhos. Crianças aprenderam a conhecer mais seu corpo.

16) - Sim, ajudou docentes a saberem abordar o assunto com alunas e alunos. Suporte pedagógico.

17) - Recurso que veio somar nos debates. Vídeos, cartazes, peças teatrais deram concretude ao tema e pôde ser visto por todos.

- Bem trabalhado em sala de aula

18) - Não

19) - Sim

20) - Engajar mais pessoas, autoridades, órgãos públicos. Políticas públicas de apoio às famílias.

- Trabalho mais contínuo

CONSELHO TUTELAR

- Papel do Projeto foi bem definido, combater e prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes.

- Mais acompanhamento, mais palestras nas escolas, serviços de educação e saúde, órgãos públicos ligados ao atendimento de crianças e adolescentes.

- Sim, mas é preciso reforçar mais.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011		1		X
2012				
2013				
2014				
2015				

(x) desestrutura familiar

() ausência de políticas públicas

() machismo

() questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)

- Não.



♦ DIAMANTE

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 3 ☞ Não - 2 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Ensina como ter cuidados com nosso corpo e evitar este tipo de violência.

- Sim. Ensina a se defender.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 2 ☞ Ruim - 2 ☞ Excelente - 1 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 3 ☞ Não - 2 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 2 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 3

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Ajudar pessoa que foi vítima de abuso sexual, enturmar esta criança, apoio das amigas e amigos

- Ajudar pais a explicarem coisas sexuais

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Gostei muito. Ajudou a compreender o que, como acontece e formas de se defender, ficar mais atento. Previne

- Sim. Poder ajudar pessoas que passaram por agressão

FAMÍLIAS

♦ Escola - 5

- ♦ Conselho tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 1
- ♦ Execução das atividades na escola - 5
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 1

Sim - 0 ➡ Não - 5

Sim - 5 ➡ Não - 0

Quais:

- Ensinar crianças a não brigarem com os amigos, respeitar professores
- Mudou a maneira de comunicação com filhas
- Conscientização de toda comunidade
- Levar conhecimento
- Maneiras de evitar violência contra crianças
- Não houve
- Ter o PMA todos os anos nas escolas
- Mobilização da população e das crianças
- Secretário de Educação esteja comprometido e exija que outras escolas também trabalhem o PMA

Não - 4 ➡ Sim - 1

Se sim, quem era o agressor?
(x) um desconhecido

Sim - 3 ➡ Não - 2

Sim - 0 ➡ Não - 5

Sim - 3 ➡ Não - 2

- Participação constante por parte do município para o tratamento deste assunto com mais frequência nas escolas
- Depende da estrutura familiar
- Melhorar o trabalho do Conselho Tutelar pra evitar casos de violência.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Drogas e bebida alcoólica
- Desconheço, todos desconhecem
- Estrutura familiar. Todos indicaram o mesmo fator
- Com palestras em sala de aula com alunas(os) e famílias. Todos deram a mesma resposta.

- 2014

- Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público e gestão escolar
- Indicação da Secretaria de Educação
- Diretora, professoras(es)
- Insegurança de trabalhar certos conteúdos com as(os) alunas(os), timidez

- Medo de não dar conta do conteúdo

Foram resolvidos de uma forma prazerosa, em que alunas(os) se envolvessem com o conteúdo, obtendo ótimo resultado.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) - Em média 40 famílias, 156 crianças

11) - Desconhecem casos de violência sexual infantojuvenil no município

12) - Conhecer o Projeto e poder ajudar jovens do município.
Conhecimento de como lidar com estas situações, caso aconteça.

13)- Sim, esclarecimento.

14) - Sim, muito

15) - Riquíssimo, fácil de trabalhar.

16) - Através de vídeos, livros, cartazes, paródias, entrevistas e danças.

17) - Não.

18) - Seria maravilhoso, pois sendo incluído no currículo, teremos mais chances de trabalhar o assunto com as(os) alunas(os).

19) - Sim. Trabalhar primeiro com as famílias.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Prostituição, drogas. Desestruturando famílias.
- Drogas e prostituição. Gravidez na adolescência, crianças sem amparo.
- Falta de responsabilidade de muitos pais ao não darem limites aos filhos e filhas.

- Não estão sendo combatidos. Conselho Tutelar se mantém neutro na maioria do tempo. Escola ainda tenta conscientizar através de palestras sobre vários temas sociais atuais.



- 2014
- Secretaria de Educação e gestão escolar
- Ministério Público iniciativa, indicação da Secretaria
- Direção escolar, professores e professoras
- Insegurança em trabalhar com um tema novo.
- Não houve.
- Sim

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) - Em média 40 famílias, 156 estudantes
- 13) - Não conhece casos.
- 14) - Conhecimento de como lidar com os casos que por ventura venham acontecer no município.
- 15) - Sim, esclarecimento.
- 16) - Sim, muito, pois trouxe uma dinâmica de atividades.
- 17) - não respondeu
- 18) - Não
- 19) - Sim, com toda a sua dinâmica de atividades.
- 20) - Que o projeto seja trabalhado em mais escolas do município ao mesmo tempo.

CONSELHO TUTELAR

- Sim
- Conscientização da sociedade em geral.
- Nem sempre.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011		1		
2012				
2013				
2014				
2015				

- (x) desestrutura familiar
- () ausência de políticas públicas
- () machismo
- () questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)
- Condições financeiras do município.



♦ ESPERANÇA

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Porque é preciso fazer alguma coisa para parar o abuso sexual

- Sim, porque agora sabemos o que é certo

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 0 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 5 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 4 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Conversas, vídeos, cartazes, palestras, aulas, apresentações para toda comunidade.

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 1

Boa - 4 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 1

- Sim. Pude mostrar aos meus amigos a realidade que muitas crianças sofrem e como podem ser resolvidas, quando há solução. ♦

- Sim. Muito, porque a gente conhece o que acontece e pode ajudar.

Sim. O Projeto nos ensina muitas coisas, ajuda a aprender como a gente pode ter cuidado. As apresentações e os vídeos são muito bons.

- Não, é ruim.

FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 4
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 4
- ♦ Execução das atividades na escola - 4
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 4

Sim - 2  Não - 2

Sim - 4  Não - 0

Quais:

- Como lidar e tomar decisões sobre o assunto
- Esclarecimento sobre o assunto e como foi abordado.
- Não houve
- Trabalhos sobre drogas, violência física e psicológica, gravidez na adolescência e pedofilia.

Não - 2  Sim - 2

Se sim, quem era o agressor?
(x) alguém próximo à família

Sim - 3  Não - 0

Sim - 0  Não - 4

Sim - 4  Não - 0

- Palestras nas comunidades abordando o assunto.
- Mais palestras nas escolas, movimentos de rua e pessoas capacitadas para debater o assunto abordado.
- Conscientização das famílias

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Drogas e violência (física e psicológica)



- Dimensão moderada, casos isolados.

Falta de estrutura familiar e violência, refletem no comportamento das(o) alunas(os)

- Má estrutura familiar, falta de acompanhamento de dependentes de drogas

- Crescente consumo de drogas

- Projetos contra drogas realizados nas escolas com crianças e adolescentes. Palestras com famílias.

- 2013

- Ministério Público em parceria com Secretaria Municipal de Educação.

- Devido aos casos existentes no município.

- Gestão escolar, professoras(es), alunas(os), famílias.

- Tabus da maioria das famílias sobre sexualidade, falta de esclarecimento para diálogo.

Através de reuniões e palestras realizadas por profissionais de saúde, professoras (es) e Ministério Público.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) - Em torno de 320 crianças e adolescentes.

11) - Agravando, fácil acesso às drogas.

12) - Maior esclarecimento sobre o tema, tanto no âmbito escolar quanto familiar.

- Famílias foram conscientizadas, informaram casos ocorridos.

- Descoberta de casos que antes não eram considerados abuso sexual.

13) - Sim, esclarecimento e consequente prevenção.

- Sim, maior integração e diálogo entre escola/famílias/alunas(os)

14) - Sim

15) - Ótimo, esclareceu entendimento de pais e alunas(os)

16) - Palestras, vídeos, atividades escritas e orais, rodas de conversa.

17) - Sim.

18) - Fundamental para preservação e prevenção das crianças

- Previne acontecimento de outros casos

19) - Sim. Continuidade do Projeto, levando maior esclarecimento do assunto a todos os pais e discentes do município.

- Ocorrer mais vezes ao longo do ano

- Estender para mais setores na comunidade e outros municípios.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Proliferação das drogas



- Violência
- Dimensão muito grande. Atinge classes menos favorecidas
- Moderada, reflete no comportamento das(os) alunas(os)
- Pobreza, falta de estrutura familiar
- Crescimento do consumo de drogas
- Palestras, aulas informativas e vídeos sobre os assuntos
- 2013
- Ministério Público e Secretaria de Educação
- Altos índices de prostituição infantil
- Devido aos casos existentes no município
- Gestor escolar, professores e professoras, orientadora pedagógica, famílias e alunas(os)
- Abordar o tema com as(os) alunas(os), tabu sobre o tema
- Tabu das famílias sobre sexualidade

- Não ☞ - Sim

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) - 279 crianças e adolescentes
- 13) - Agravando pelo uso e compra de drogas.
- Tende a diminuir com divulgação e esclarecimento sobre o assunto.
- 14) - Esclarecimento sobre o assunto, descoberta de casos que não eram considerados como abuso sexual.
- Com a participação das(os) alunas(os) aumentou o respeito ao assunto.
- 15) - Sim, prevenção participativa familiar, integração escola/família/alunas(os)
- Sim, até a forma de se vestirem melhorou, exposição menor dos corpos.
- 16) - Sim, pois foi abordado de forma natural.
- Sim, houve maior empenho das(os) educadoras(es) novas buscas.
- 17) - Muito bom, cria oportunidades de esclarecimento entre pais/alunas(os)/professoras(es)
- 18) - Sim
- 19) - Sim
- 20) - Ministério Público oferecer maior assistência às crianças, sempre levando palestras, etc.
- Haver continuidade do Projeto, estender para outras escolas e comunidade.

CONSELHO TUTELAR

- Sim. Os jovens e crianças do município foram informados sobre sua vida sexual e outros assuntos importantes.

- Projetos que trabalhem não só a questão da criança e adolescente, e sim da família em geral. Com acompanhamento do Ministério Público e Conselho Tutelar. Projetos como lazer, esporte e educação, em parceria com o município. Ações de combate ao abuso e exploração sexuais, pois é um problema crescente e a maioria dos casos não são registrados.

O Conselho Tutelar em parceria com CMDCA, CREAS, CRAS e NASF desenvolve todos os anos ações permanentes nas escolas da rede pública municipal e estadual, com ênfase no mês de maio, por causa do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Comemorando o 18 de maio através de palestras, sensibilização, entrevistas, distribuição de material informativo, caminhadas com alunos. Estas ações retornam em denúncias de abuso sexual e consequente prisão de denunciados. Faz-se necessário continuar desenvolvendo ações de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

- Sim, a população está sendo conscientizada e denunciando casos de abuso e exploração sexual

- Não, é preciso maior apoio do MP, na maioria das vezes o CT toma as medidas cabíveis, mas os órgãos superiores que são responsáveis pelas medidas judiciais, não dão encaminhamento.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011		8	x	
2012		5	x	
2013		8	x	
2014		5	x	
2015		7	x	

(x) desestrutura familiar

() ausência de políticas públicas

() machismo

() questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)

Outras causas:

Vulnerabilidade e exposição das crianças e adolescentes, ausência dos pais

- O PMA é de grande importância no combate ao abuso e exploração sexual no município. Nós do CT não participamos ativamente, pois não fomos informados e convidados, o que impossibilita a participação durante o processo. Faltam melhor articulação e parceria da Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes. Falta divulgação.

♦ ITAPORANGA

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Boa - 04  Ruim - 0  Média - 0

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 02  Ruim - 0  Excelente - 02  Não houve articulação - 0

Sim - 02  Não - 0  Superficialmente - 02

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

Palestras, filmes, textos, caminhadas, palestras com o conselho tutelar, palestras com promotor, professores(as).

Sim - 04  Não - 0  Superficialmente - 0

Boa - 04  Ruim - 0  Média - 0

Sim Aprendi coisas que não conhecia. Gostei demais de ter participado e se eu souber de alguém que está cometendo este crime, eu ligaria para a polícia imediatamente e para o disque 100. Tivemos a oportunidade de aprender muito sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Aprendi a valorizar meu corpo, aprendi sobre assédio, abuso e agora sei diferenciar. Eu queria agradecer por ter tido a oportunidade de trabalhar num projeto tão valioso e importante.

FAMÍLIAS

♦ Escola - 04

♦ Conselho Tutelar - 0

♦ Ministério Público - 0



- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 0
- ♦ Execução das atividades na escola - 04
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 0

Sim - 0 ➡ Não - 04

Sim - 04 ➡ Não - 0

Quais: Conhecimento sobre o abuso sexual. Facilidade de se expressar com as crianças. Aprendemos como orientar nossos filhos e outras famílias. Repassar nosso conhecimento.

Os novos conhecimentos. Melhorou a forma de se expressar com as crianças, pois aprendemos a conversar mais abertamente sobre o assunto.

Nenhum.

No momento, nenhuma.

Sim.

Familiar- 0

Alguém próximo à criança- 02

Um desconhecido- 02

Sim - 03 ➡ Não - 01

Sim - 0 ➡ Não - 04

Sim - 03 ➡ Não - 01

12) Que nossas autoridades municipais possam planejar ações para nossas crianças e adolescentes. E que não haja impunidade para o agressor. Que o projeto continue em nosso município.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto

1) Falta de estrutura familiar, as drogas e os problemas gerados pelo seu uso indiscriminado.

2) Não chega a ser tão alto comparando a outros municípios, como: Patos, Campina, João Pessoa, Isso ocorre devido à falta de orientação familiar.

Falta de segurança e de informação da população. A própria cultura local,

permitindo determinados costumes e tendo medo de denunciar os casos. Resultam problemas como violência, ausência de direitos, prostituição e miséria.

3) Falta de orientação familiar, necessidade financeira, mais empenho na educação por parte dos pais. Pobreza, com falta de informação e preconceito.

4) Através de projetos inseridos nas escolas. Existem políticas públicas para diminuir esses problemas. Orientações nas escolas e alguns projetos que envolvam os jovens e adolescentes.

5) 2014

6) Da Promotoria em parceria com a Secretária de Educação do município

7) Para que houvesse um combate antes que aumentasse o índice de violência sexual.

8) Toda a comunidade escolar.

9) A resistência de algumas famílias. Não houve dificuldades na implementação. Os pontos importantes foram o envolvimento da comunidade escolar e a aceitação da maioria das famílias em receber as orientações. Acredito que houve pouco tempo para trabalhar as ações. Sendo muitas ações para cada semana de trabalho, de acordo com o projeto.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Toda a escola foi envolvida, da educação infantil ao ensino fundamental - 9º ano e suas famílias.

11) Hoje é mais denunciado devido ao esclarecimento das pessoas e projetos trabalhados nas escolas. Acredito que está diminuindo, devido às informações e à atuação dos Conselhos e outros órgãos de defesa e de ação social.

12) As informações e poder contar com o apoio da promotoria foram importantes nessa problemática.

Houve uma melhoria devido à informação e a conscientização por parte da população.

13) Sim. Abrangeu maiores conhecimentos e abertura para a procura dos seus direitos. O envolvimento da comunidade escolar com este problema social, a informação correta sobre os órgãos sexuais e outros assuntos que eles consideravam tabus.

14) Com certeza, foi muito bem distribuídos com temas extremamente necessários. A metodologia foi bem dinâmica e envolvente.

15) Ótimo, não deixando a desejar. O material foi bem produzido, atual e de grande valia para todos.

16) Seguimos todo o material oferecido e complementamos com outras atividades.

17) Sim

18) É importante que seja incluído no currículo da escola essa temática. A experiência com o projeto nos deu essa certeza. Muito importante porque a informação é a melhor prevenção.

19) Que seja implantado no currículo de todas as escolas. O projeto foi muito bom e de grande importância para a sociedade. Como sugestão, acredito que deveria ter um tempo cronometrado para sua execução para evitar contratempos. Mais de forma como está é bem proveitoso, mas acredito que têm muitos conteúdos para cada semana.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) Drogas e prostituição.
- 2) A falta de estrutura familiar é que leva crianças e adolescentes a se envolverem no mundo das drogas e prostituição.
- 3) A falta de estrutura familiar e a situação financeira que é difícil.
- 4) Através de programas, projetos, ações nas escolas, etc.
- 5) 2014
- 6) Ministério Público
- 7) Ajudar a combater a prostituição infantil.
- 8) Gestores, pais, professores, técnicos, alunos e coordenadores.
- 9) No início houve rejeição por parte de algumas famílias
- 10) Sim, superando os objetivos desejados.
- 11) Sim

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) A comunidade escolar, alunos e pais da educação infantil do 9º ano.
- 13) Regular: pelo fato de crianças e adolescentes estarem envolvidos com as drogas.
- 14) Teve impacto de conscientização por parte de alunos e familiares.
- 15) A questão da conscientização dos alunos, das famílias, de todos que participaram das atividades.
- 16) Sim, além da comunidade escolar, abrangeu grande parte do município
- 17) De boa qualidade pedagógica.
- 18) Não.
- 19) Sim.
- 20) Sim, que seja expandido a todo município, para que a população tome conhecimento do objetivo do projeto.

CONSELHO TUTELAR

- 1) Sim.
- 2) Participação maior da sociedade, da família, escola com adesão dos gestores municipais.

- 3) Sim.
- 4) Nenhum caso foi citado pelos entrevistados.
- 5) Desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, machismo e questões econômicas e sociais.
- 6) Nenhum.

♦ **JUAREZ TÁVORA**

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

Sim. Aprendemos a nos defender e nos proteger do perigo.

FAMÍLIAS

♦ Escola - 05

♦ Conselho Tutelar - 0

♦ Ministério Público - 0

♦ Secretaria de Educação - 0

♦ Mobilização das famílias - 05

♦ Execução das atividades na escola - 05

♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 05

Obs.: As 05 famílias participaram das 03 fases.

Sim - 0 ☞ Não - 05

Sim - 05 ☞ Não - 0

Quais: Ficamos mais atentos para o problema. Melhorou a segurança de falar sobre o assunto. Passou mais seguranças e cuidados para nossos filhos. Passamos a ter mais atenção e cuidado com nossos filhos.



A conscientização. Orientação para nossos filhos, conscientização para os pais e mais cuidado com o corpo.

Os pais receosos por trabalharmos um tema polêmico. As mães que não entenderam a proposta e pensaram que seriam aulas de incentivo ao sexo.

Parcerias com outras escolas, secretárias e outros órgãos de apoio

Sim.

♦ Familiar- 0

♦ Alguém próximo à criança- 0

♦ Um desconhecido- 05

Sim - 05 Não - 0

Sim - 0 Não - 05

Sim - 05 Não - 0

12) Abranger o trabalho para outros municípios. Palestras em outras escolas, mais orientação, melhorar a divulgação. Mais projetos contra a violência e o uso de drogas

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto

1) As drogas, seguida da prostituição infantojuvenil e o desemprego.

2) Desestrutura familiar com pais viciados, filhos em situação de abandono pelas famílias, prostituição infantojuvenil.

3) Filhos(as) abandonados nas ruas por famílias desestruturadas economicamente e outras questões.

4) O Conselho Tutelar tem realizado um ótimo trabalho.

5) 2014.

6) Secretaria de Educação.

7) Pela grande incidência de prostituição infantojuvenil.

8) Equipe pedagógica, técnicos da Secretaria, professores e diretores.

9) A aceitação das crianças, adolescentes e famílias para trabalhar o tema.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Em torno de 550 crianças e adolescentes.

11) Está se agravando, crianças e adolescentes nas ruas sem nenhum apoio das famílias.

12) O debate sobre um assunto novo que atinge toda a população, mas pouco se dialoga sobre a gravidade da situação.

13) Todos que participaram adquiriram novos conhecimentos.

- 14) Sim. Favoreceu a execução das atividades.
- 15) Muito bom.
- 16) Satisfatória, uso de vídeos, aulas expositivas, panfletos, dramatizações e outros.
- 17) Sim. Ocorreu um fato.
- 18) É de fundamental importância para preveni-los da violência sexual infantojuvenil.
- 19) Que as palestras possam ser voltadas para os pais. Maior participação da promotoria e um tempo maior de execução.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) Prostituição, drogas e uso de álcool.
- 2) A falta de estrutura familiar, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis.
- 3) Famílias desestruturadas e drogas.
- 4) Através de ações realizadas pelo Conselho Tutelar e Secretaria de Educação Municipal.
- 5) 2012.
- 6) Ministério Público.
- 7) Pelo grande índice de prostituição infantojuvenil.
- 8) Equipe técnica e professores.
- 9) A sensibilização dos responsáveis, o tempo para discussão, as reuniões com as famílias, professores e equipe pedagógica.
- 10) Não houve.
- 11) Sim.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) Em torno de 550 crianças e adolescentes
- 13) Está se agravando. Falta de atividades educativas para envolvê-las e outras questões relacionadas às famílias.
- 14) Os impactos ainda são poucos
- 15) A conscientização das crianças e dos adolescentes.
- 16) Sim.
- 17) Material muito bom.
- 18) Alguns casos.
- 19) Não.
- 20) Que a promotoria pudesse acompanhar melhor as atividades

CONSELHO TUTELAR

1) Sim. Foi bem definido e o seu papel foi muito importante. Os jovens e as crianças ficaram mais informados sobre sua vida sexual e outros assuntos importantes também.

2) Projetos que trabalhem não só a questão da violência para crianças e adolescente, e sim a família em geral, com acompanhamento do Ministério Público e Conselho Tutelar. Estes projetos seriam de lazer, esporte e educacional, em parceria com o município na zona rural. Temos muitos casos, mas na maioria das vezes, estes casos não são registrados.

3). Não, pois precisamos de apoio do Ministério Público, porque na maioria das vezes o Conselho Tutelar toma as medidas cabíveis e os órgãos superiores ficam responsáveis pelas medidas judiciais.

4) Número de casos na tabela abaixo.

Iuarez Távora	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011	01	-	01	-
	2012	-	-	-	-
	2013	01	01	02	
	2014	01	-	01	-
	2015	-	-		-

5) Deseestrutura familiar e outras causas como a ausência dos pais na educação dos filhos. Separação dos pais que causam o abandono.

6) Não encontramos obstáculos, pois o município necessita do projeto para diminuir os caso de abuso e exploração, Que seja um projeto que aconteça na prática e não fique só no documento.

♦ MONTADAS

Município não realizou culminância do Projeto

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 3 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 2 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 1

Sim - 2 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 2

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Falar com público da escola sobre violência sexual.



Sim -4 ☞ Não -0 ☞ Superficialmente – 1

Boa –4 ☞ Ruim-0 ☞ Média – 1

- Sim. Pudemos falar sobre o assunto abertamente
- Sim. Aprendemos muitas coisas que não conhecia
- Sim. Projeto aborda bem o assunto.

CONSELHO TUTELAR

- Sim. Projeto teve grande importância para o município, pois trabalhou com toda a sociedade, envolvendo profissionais de vários setores, famílias e alunas(os).

- Políticas sociais que trabalhem e, acima de tudo, efetivem, o direito de crianças e adolescentes.

- Não. Deveria ser dado maior olhar a tais medidas, pois muitas vezes são trabalhadas em projetos, porém não são efetivadas.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				

(x) desestrutura familiar

(x) ausência de políticas públicas

() machismo

() questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)

Outras causas:

Vulnerabilidade e exposição das crianças e adolescentes, ausência dos pais

- Sim. O Projeto foi trabalhado apenas na época de sua divulgação e logo depois foi esquecido. Enquanto trata-se de um projeto de extrema importância, que deve ser visto com um olhar voltado para a concretização das ações implementadas.

Houve mudança de Secretário de Educação durante o período do Projeto. Não deu continuidade à política iniciada com o Projeto na gestão anterior.

♦ PEDRABRANCA

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 4 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 1

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Porque foi ensinado como se defender em caso de violência sexual.
- Sim. Ensina-nos a ter cuidado com o corpo.
- Sim. Além de educativo, é gratificante fazer parte deste projeto.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 2 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 3 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 3 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 2

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Palestras, caminhadas, cartazes, vídeos, dramatizações mostrando como crianças são abusadas, atividades com profissionais da área.

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 4 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 1

- Sim. Oportunidade de aprender mais sobre o assunto.
- Sim. O tema foi abordado de maneira ousada, trabalhando cartazes, professores sempre relacionando o tema à aula. Palestras e vídeos explicando causas, mostrando como se proteger de agressores e abuso sexual.
- Sim. Ficamos mais atentas. Considero este o melhor projeto que já aconteceu na escola.
- Sim. Aborda fatos que ocorrem no nosso dia-a-dia e com crianças e



adolescentes que são agredidas, até mesmo pelos pais. Aprendemos como nos defender e não ficarmos caladas ao sermos abusadas por um agressor.

- Sim. Foi muito importante o que foi trabalhado, depois do projeto entendemos a gravidade de uma realidade triste da sociedade. O pior é saber que o número de casos de violência contra a mulher no Brasil cresce. O PMA nos alertou sobre tudo isso, agora a escola e as(os) alunas(os) estão juntos para tentar diminuir este número.

FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 3
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 1
- ♦ Execução das atividades na escola - 0
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 2

Sim - 1 ☞ Não - 2

Sim - 2 ☞ Não - 1

Quais:

- Tornar-se mais consciente sobre o assunto.
- Informação de como agir diante de um caso vivido.
- Esclarecimento, deixou bem claro o assunto.
- Orientação e conscientização das famílias e toda sociedade sobre o que é abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Despertou mais firmeza e comprometimento com a educação dos nossos filhos.
- Pouca participação dos pais e sociedade. Pouca divulgação.
- Pouco tempo de duração, precisa de mais mobilização na comunidade.
- Projeto fosse trabalhando a cada ano os casos do município
- Mais divulgação sobre o Projeto. Total apoio da parte dos governantes, para que este projeto fosse trabalhado não só nas escolas, mas também nas comunidades rurais, principalmente as mais distantes, em todos os municípios.
- Continuar as palestras e debates, conscientizando famílias, crianças e adolescentes.

Não - 0 ☞ Sim - 3

Se sim, quem era o agressor?

- (x) familiar
- (x) alguém próximo à criança
- (x) um desconhecido

Sim- 3 ➡ Não- 0

Sim - 0 ➡ Não - 3

Sim - 3 ➡ Não - 0

- Mais palestras, com apresentações lúdicas, distribuição de materiais educativos, debates que reforçam a campanha do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual.

- Implantar horário integral nas escolas, que seja trabalhado o eu e o outro, mostrando consequências em denegrir a imagem dos outros e a própria.

- Trabalhar em grupos de mesma faixa etária, oferecer oficinas para jovens desenvolverem sua criatividade.

- Conscientizar diariamente famílias e crianças através de discussões coletivas, preparar crianças e adolescentes para saber se defender de supostos agressores.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Desestrutura familiar todas indicaram este problema
- Dimensão média. Grande desigualdade social.
- Famílias não estão acompanhando o desenvolvimento dos filhos, não orientam sobre cuidados com o corpo, com pessoas de seu convívio.
- Desestrutura familiar
- Desigualdade social
- Falta de diálogo entre pais e filhos, falta formação adequada para pais.
- Livre acesso à tecnologia, filmes e vídeos pornográficos
- Adolescentes frequentando boates sem acompanhamento
- Impunidade
- Através de encaminhamentos aos assistentes sociais, Conselho Tutelar, Ministério Público. Parceria serviços sociais do município e MP.
- 2014
- Ministério Público
- Todos os municípios da Comarca de Itaporanga. O Ministério Público observou elevado número de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes na Comarca.
- Secretaria de Educação, Direção, Coordenação, professoras(es)



- Preocupação das famílias, e também da escola, com como seria desenvolvido o projeto, por tratar-se de um tema delicado.

Foi resolvido com trabalho de conscientização iniciado pelo Ministério Público e continuado pela escola.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) - Cerca de 500 crianças, adolescentes e suas famílias.

11) - Se agravando. Mesmo após o desenvolvimento do trabalho com o projeto ainda se ouve notícias de novos casos.

Faltam ações contínuas e efetivas. Processo de investigação lento. Temor em denunciar, apesar da conscientização. Punição dos agressores, impunidade.

12) - População teve acesso à informação de como denunciar, encorajamento de denúncias, identificar possíveis casos.

- Denúncia de casos que até então não eram conhecidos.

- Maior abertura da comunidade para abordar o tema

- Esclarecimento de crianças e adolescentes.

13) - Sim, conscientização das crianças, adolescentes e pais. Sabem se defender de agressores e quem procurar, caso ocorra abuso.

- Segurança para denunciar.

- Acesso à informação, evitando novos casos.

14) - Sim, segurança para o corpo docente trabalhar o tema. Metodologias diversificadas para atender necessidades dos educandos.

15) - Ótimo, facilita trabalho em sala de aula, trata tema de forma responsável e lúdica.

16) - Através de palestras, leitura de panfletos, vídeos, dramatizações, coreografias, desenhos, confecção de um mural, música com o tema e análise da letra.

17) - Sim. Uma adolescente denunciou o assédio do pai.

18) - Fundamental. Muitas famílias não falam com clareza sobre sexualidade com crianças e adolescentes, falta de preparo e vergonha.

- Muitos casos de violência sexual podem ser evitados.

- Propicia condições de informar, esclarecer e conscientizar educandos.

19) - Extensivo e mais abrangente para toda comunidade do município.

- Mais frequente, contínuo.

- Ministério Público abranger outros órgãos municipais.

- Reunião de avaliação do projeto e planejamento de novas ações.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Desestrutura familiar

- Uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes
- Médio em comparação com outros municípios. Alguns casos, outros não são denunciados. Falta acompanhamento familiar.
- Desestrutura familiar e desigualdade social
- Acompanhamento de alguns serviços sociais do município, como CRAS 2014
- Ministério Público
- Ação trabalhada em toda comarca de Itaporanga
- Gestor escolar, professores e professoras, Secretarias e alunas(os)
- Conscientização das famílias, resistência dos pais, assunto delicado. Resolvido com palestras realizadas pela Promotoria e equipe.
- CRAS participou ativamente, auxiliando mobilizações e palestras.
- Sim

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) - Cerca de 500 crianças e adolescentes.
- 13) - Agravando.
- Cedendo, maior conscientização da comunidade escolar.
- 14) - Encorajamento para famílias denunciarem casos.
- Conhecimento sobre o problema da violência sexual
- 15) - Maior segurança para comunidade escolar trabalhar o tema
- Esclarecimento para famílias detectarem casos de violência sexual.
- 16) - Sim, possibilitou melhoria dos trabalhos realizados.
- 17) - Rico, muitas informações importantes sobre o tema.
- 18) - Sim
- 19) - Sim
- 20) - Estender para toda comunidade
- Ampliar conteúdos abordados
- Contínuo

CONSELHO TUTELAR

- Papel do Projeto foi bem definido, prevenção, alerta e denúncia.
- Conscientização através da continuidade do Projeto.
- Punição eficaz dos agressores.
- Sim, mas é preciso mais eficiência.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011	2	1		x
2012	3	2	x	
2013	7	5	x	x
2014	2	1	x	x
2015	3	2	x	



- (x) desestrutura familiar
- () ausência de políticas públicas
- () machismo
- (x) questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)
- Ausência de muitos pais nas atividades desenvolvidas (baixa participação), por falta de comprometimento, não consciência e machismo.

♦ **PILAR**

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 2 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 1

Sim - 2 ☞ Não - 2 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 3 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 3 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 3 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 1

- Sim. Alerta para as crianças que participaram sobre perigos
- Sim. Por causa das brincadeiras e trabalhos.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 0 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 1 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 1 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 1 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

- Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?
- Violência, abuso sexual físico e psicológico, assédio.

Sim - 1 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 1 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Projeto interessante, ensinou a se proteger contra abuso sexual.



FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 1
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 1
- ♦ Secretaria de Educação - 1
- ♦ Mobilização das famílias - 0
- ♦ Execução das atividades na escola - 2
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 1

Sim - 1  Não - 2

Sim - 1  Não - 2

Quais:

- Tem muita coisa errada
- Não houve

Não - 0  Sim - 3

Se sim, quem era o agressor?

- (x) familiar
- (2) um desconhecido

Sim - 1  Não - 1

Sim - 0  Não - 3

Sim - 2  Não - 0

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Pais não têm controle na educação dos filhos
- Problema dos pais darem muita liberdade para crianças e adolescentes.
- Não vejo nenhum combate. Somente orientação nas escolas.
- 2014
- Secretaria Municipal de Educação.
- Suspeita na escola de casos de abuso sexual.
- Equipe pedagógica.



Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 10) - Não sabe.
- 11) - Não há nenhum combate à violência sexual.
- 12) - Descoberta de caso de abuso sexual na escola na época do Projeto
- Notícias de que abusos acontecem nas próprias famílias das crianças
- 13) - Sim, orientações sobre o problema, alerta, criança denunciar quando for abusada.
- 14) - Sim
- 15) - Fácil uso
- 16) - Peças, poemas, danças. Cada turma desenvolveu as atividades específicas de sua idade.
- 17) - Sim.
- 18) – Nenhuma resposta foi registrada.
- 19) - Haver a cada mês palestra na cidade sobre o tema, não só para crianças, mas para toda população.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Desemprego
- Desigualdade Social
- Alto índice de gravidez na adolescência
- Uso de drogas e bebidas alcoólicas por adolescentes
- Prostituição
- Falta de investimento em educação e saúde
- Grave. Muitos casos não chegam às autoridades, medo de denunciar.
- Falta de estrutura familiar e condições sociais. Direciona para prostituição.
- Falta de estrutura familiar
- Crescimento do consumo de drogas e álcool
- Falta de políticas públicas sobre o tema
- Trabalho mínimo do Conselho Tutelar, CAPS desenvolve bom trabalho.
- Palestras nas escolas e programas sociais
- 2014
- Ministério Público e Secretaria de Educação
- Altos índices de violência sexual no município
- Professores e professoras
- Curto tempo de desenvolvimento do Projeto
- Dificuldade interdisciplinar do tema
- Obstáculos de aceitação por parte dos docentes
- Resolução através de muito diálogo
- Não. ☞ - Sim



Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) - 90% da comunidade escolar
- 13) - Agravando. Famílias cada vez mais desestruturadas
- 14) - Mais teórico do que prático.
 - Precisa ser executado mais de uma vez
- 15) - Na época da execução sim. Despertou desejo da comunidade em prevenir violência e exploração, inclusive prostituição.
 - Conscientização de crianças e adolescentes.
- 16) - Sim, levou o tema para sala de aula
 - Fácil aplicação e compreensão, estimula participação.
- 17) - Ótimo
- 18) - Sim (muitos)
- 19) - Não
- 20) - Mais participação das famílias
 - Envolver segmentos da sociedade em geral
 - Execução do projeto na prática, além da teoria.
 - Se tornar um Projeto contínuo na Rede Municipal de Ensino.

CONSELHO TUTELAR

- 1) Diminuir o índice de exploração e abuso sexual referente a crianças e adolescentes.
- 2) Incentivo do poder municipal para diminuir os casos de violência que vêm aumentando em nosso município.
- 3) Não, porque não existe apoio do poder municipal. Os professores trabalham o tema em sala de aula, mas sem uma continuidade.
- 4) Número de casos na tabela abaixo.

Pilar	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011	05	03	08	-
	2012	03	02	05	-
	2013	04	02	06	-
	2014	06	02	08	-
	2015	07	03	10	-

- 5) Desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, machismo e questões econômicas e sociais
- Outras causas: alto índice de filhos em famílias desestruturadas.
- 6) Falta de interesse por parte do município.



♦ SÃO JOSÉ DE CAIANA

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 4 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 0 ☞ Não - 5 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 4 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 4 ☞ Não - 1 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Consciência sobre abuso sexual, denunciar quando alguém toca seu corpo.

- Sim. Aprender sobre sexualidade

- Sim. Cuidado para não tocarem no seu corpo, mesmo da família.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 4 ☞ Ruim - 0 ☞ Excelente - 1 ☞ Não houve articulação - 0

Sim - 2 ☞ Não - 2 ☞ Superficialmente - 1

Sim - 3 ☞ Não - 2 ☞ Superficialmente - 0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

- Buscar ajuda, denunciar no disque 100, não isolamento

- Identificar assédio na rua.

- Palestras, passeatas.

Sim - 5 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 5 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0

- Sim. Ajuda crianças e adolescentes a se defenderem, aprenderem sobre o assunto.

- Sim. Orientação das pessoas.

- Sim. Ajuda quem é abusado e perde a confiança.



FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 3
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 1
- ♦ Execução das atividades na escola - 0
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 1

Sim - 1  Não - 1

Sim - 2  Não - 0

Quais:

- Conhecimento sobre o assunto.
- A forma como assunto foi transmitido para as crianças.
- Medo do conhecimento para meu filho
- Projetos que envolvam crianças e adolescentes

Não - 0  Sim - 2

Se sim, quem era o agressor?

- (x) alguém próximo à criança
- (x) um desconhecido

Sim - 2  Não - 0

Sim - 1  Não - 1

Sim - 2  Não - 0

- Conselho Tutelar atuar de forma melhor, CREAS dar mais condições para as famílias que passam por abuso, para que não escondam caso e levem para instâncias maiores.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

- Prostituição (infantil)



- Violência sexual
- Álcool (alcoolismo) e outras drogas
- Desestrutura familiar
- Crescente, mas menor que outros municípios.
- Falta de informação e estrutura familiar
- Falta de apoio dos representantes legais
- Abandono escolar, gravidez precoce
- Desestrutura familiar
- Ausência de programas sociais de combate à violência sexual
- Falta de conhecimento sobre o tema
- Projetos dentro da escola.
- 2014
- Ministério Público
- Todos os municípios da Comarca de Itaporanga. Ministério Público

observou elevado número de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes na Comarca.

- Gestores, coordenação pedagógica, docentes
- Rejeição do assunto por parte das famílias. Tabu sexualidade, baixa participação.

Resolvido com palestras sobre a importância do assunto.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) - Cerca de 600 crianças e adolescentes. 300 famílias.

11) - Se agravando. Famílias ainda omissas, omissão dos casos.

Poucas famílias aceitaram e se envolveram. Quem participou está mais atento.

12) - Apesar do trabalho realizado, pouco envolvimento das famílias.

Insegurança em falar com os pais e de forma aberta com os filhos

- Trouxe algumas famílias que nunca tinham vindo para a escola, possibilidade de conversar com estas pessoas sobre o tema.

13) - Sim, aumentou o número de denúncias, alguns casos foram detectados.

- Conscientização das crianças, conhecimento chegou até famílias

14) - Sim, segurança e clareza para corpo docente trabalhar o tema.

- Metodologia bastante dinâmica e envolvente, facilitando trabalho pedagógico.

15) - Material excelente, mas pouco tempo de duração.

16) - Através de palestras, cartazes, vídeos, dramatizações, coreografias, desenhos, música

- Trabalho com infantojuvenil teve que ser mais sucinto, dificuldade de compreensão

17) - Sim, foi denunciado.

18) - Muito importante. Crianças mais atentas, trabalho enriquece aprendizado de quem ensina e de quem aprende. É um dos maiores problemas sociais enfrentados em sala de aula.

19) - Não ser um trabalho isolado, ocorrer durante o ano todo, todos os anos.

- Implantar no PPP da escola.

- Projeto envolver todo sistema do município e com mais condições de trabalho.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- Uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes

- Prostituição

- Município pequeno, então mesmo os números não sendo altos, proporcionalmente são.

- Falta de oportunidade (emprego), desestrutura familiar, gravidez na adolescência, evasão escolar, prostituição

- Desestrutura familiar

- Falta de execução de políticas públicas

- Uso de bebida alcoólica entre adolescentes

- Escola como principal fonte de informação.

- Visitas às famílias em situação de maior vulnerabilidade

- Denúncias ao Conselho Tutelar e Assistência Social

- 2014

- Ministério Público

- Ação trabalhada em toda comarca de Itaporanga

- Casos levados à Promotoria

- Gestão escolar, equipe pedagógica, coordenação do Projeto

- Não aceitação dos pais em falar sobre sexualidade com os filhos.

Resolvido com palestras e vídeos.

- CAOP participou.

- Sim, com palestras.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

12) - Cerca de 630 crianças e adolescentes, 300 famílias.

Estendido para comunidade geral e área rural com mobilização, passeata, panfletos, faixas, cartazes

13) - Agravando. Medo de denunciar ainda existe

14) - Maior conhecimento por parte das famílias sobre o assunto, mas ainda omitem casos.

15) - Sim, houve um caso em que toda comunidade escolar apoiou uma criança que se defendeu e denunciou alguém que tentou violentá-la.

Mas Ministério Público não deu sequência

16) - Sim, muito bem adaptado a cada faixa etária.



- Contribuiu muito para inovar metodologia em sala de aula.
- 17) - Rico, ótimo.
- 18) - Sim, criança teve coragem de denunciar por causa do Projeto.
- 19) - Não
- 20) - Implementar no PPP
- Parceria com governo federal para fiscalizar condições de vida dos jovens.
- Trazer depoimentos pessoais em apresentações para os pais.

CONSELHO TUTELAR

- Passar para a sociedade fatores sobre exploração sexual. Foi bem explorado no município, bons resultados positivos.
- Mais projetos sobre exploração sexual nas escolas, na sociedade, no município, com acompanhamento das famílias.
- Sim.

Ano	Exploração	Abuso	Feminino	Masculino
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				

- (x) desestrutura familiar
- () ausência de políticas públicas
- () machismo
- () questões econômico-sociais (ex.: baixa renda)

Outras causas:

Falta de informação

- Não, porque na época da execução do Projeto eram outras Conselheiras que estavam no CT.

♦ SÃO JOSÉ DOS RAMOS

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 10 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 0 ☞ Não - 10 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 10 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0



Sim - 10 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 10 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

Sim. Porque ensinou muito para a gente se prevenir e ficar em alerta. Ele nos deu informação sobre a exploração. Ele ensinou a gente a se defender. Eu aprendi muito um assunto novo. Gostei muito de estudar as leis

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa - 03 ☐ Ruim - 0 ☐ Excelente - 0 ☐ Não houve articulação - 0

Sim - 03 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Sim - 02 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 01

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

A escola trabalhou com os alunos sobre violência sexual, gênero, doenças, como se prevenir.

Todos os alunos confeccionaram cartazes, participaram das palestras, fizeram entrevistas ou outras atividades.

Sim - 03 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 03 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

Sim. Porque o projeto foi muito proveitoso para todos nós. Para podermos ajudar famílias, amigos e familiares. Foi bom pelo fato de ter se aprofundado num assunto que a gente não conhecia.

Alunas e Alunos EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Boa - 05 ☐ Ruim - 0 ☐ Média - 0

Justifique sua avaliação da abordagem:

- Os alunos mais inocentes agora vão ter um comportamento diferente. Tem mais gente agora que pode denunciar.

Sim - 05 ☐ Não - 0 ☐ Superficialmente - 0

Comente de que forma

Porque agora temos uma base sobre o perigo que corremos e podemos nos defender melhor. Mais os abusos continuam acontecendo todos os dias.

Sim - 04 ➡ Não - 0 ➡ Superficialmente - 01

Boa - 05 ➡ Ruim - 0 ➡ Média - 0

Sim, porque nós adquirimos conhecimentos que antes não tínhamos e prestar mais atenção nas nossas companhias. Aprendemos como se prevenir e como a lidar com as situações de abuso.

FAMÍLIAS

- ♦ Escola - 06
- ♦ Conselho Tutelar - 0
- ♦ Ministério Público - 0
- ♦ Secretaria de Educação - 0
- ♦ Mobilização das famílias - 01
- ♦ Execução das atividades na escola - 05
- ♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) - 05

Sim - 01 ➡ Não - 05

Sim - 0 ➡ Não - 06

Quais: Mais informações sobre identificar um caso de abuso. Saber como agir diante de um caso. Adquirimos mais conhecimentos.

Saber ajudar, conversar e agir com outras pessoas.

Haver uma melhor orientação às famílias e algumas pessoas não deram muita importância às informações repassadas. Falta de empenho de alguns professores.

A participação da família na escola, mais palestras nas comunidades e que seja desenvolvido todos os anos. As escolas precisam implantar o projeto no PPP e o projeto ter continuidade

Sim.

- ♦ Familiar - 02
- ♦ Alguém próximo à criança - 02
- ♦ Um desconhecido - 02

Sim - 04 ➡ Não - 02



Sim - 0  Não - 06

Sim - 05  Não - 01

12) A presença do Conselho Tutelar no turno da noite, nas ruas. Continuação do projeto nas demais secretárias, a exemplo da Ação Social e o Conselho Tutelar que trabalham com as famílias em risco social.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

1) O alcoolismo e o abuso, profissionais qualificados para trabalhar na área da assistência e a própria falta de assistência social.

2) A dimensão é regular, mas devemos alertar a população sobre a problemática. Ter um trabalho de prevenção, com campanhas educativas.

3) Alcoolismo no lar, falta de estrutura familiar e informação e o medo de denunciar.

4) Não estão sendo combatidos totalmente, pois estão aumentando os casos. Este projeto tem sido uma forma de combate.

5) 2014.

6) Da promotoria da Justiça de Sapé e do Ministério Público.

7) Um número acentuado de casos de violência sexual.

8) Secretária de Educação, diretores, supervisores e conselheiros.

9) No início houve uma resistência por parte dos pais em trabalhar o tema com seus filhos. Mas aconteceram diálogos com os pais e a questão foi resolvida.

Outra dificuldade foi trabalhar com diferentes faixas etárias e com temas que apresentavam conteúdos novos para professores e alunos.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Em média, 150 crianças e adolescentes.

11) Houve uma diminuição porque as informações estão chegando, e as próprias crianças estão mais atentas. As informações estão mais acessíveis e as crianças mais atentas.

12) Pais e filhos estão mais informados, conscientes e querem que o projeto continue na escola.

13) Sim. Alguns casos foram resolvidos e a orientação nesse caso é **essencial**. Vemos hoje que as crianças e jovens têm mais diálogos com seus pais sobre esse assunto, antes era algo proibido de falar.

14) Sim, pois foi passado de forma dinâmica e de fácil compreensão. Facilitou as nossas atividades e trabalhos sobre gênero, sexualidade e outros temas que geram timidez.

- 15) Precisam- se de mais palestrantes e outras ações.
- 16) Trabalhamos com textos informativos, aulas escritas, explicativas, cartazes, dinâmicas, vídeos aulas, gravuras, pesquisas, paródias, uso de fantoches, produção de textos e outros trabalhos.
- 17) Sim.
- 18) Temos que alertar nossos alunos sobre essa problemática, como forma de prevenção. Quanto mais informação, mais sentiremos interesse em denunciar.
- 19) O projeto menina Abusada é excelente e que tenha mais recursos para desenvolver mais ações. Podemos repassar os conteúdos através de peças de teatro, palestras e oficinas junto à comunidade.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

- 1) Uso de drogas ilícitas, prostituição, vandalismo, alcoolismo e abuso sexual.
- 2) É muito grande por ser uma cidade pequena e por não haver mais informação à população e nenhum programa de combate por parte dos gestores municipais. Entre vários problemas, podemos citar também a falta de conhecimento sobre a problemática, falta de lazer e políticas públicas. Os índices ainda são baixos pela falta de denúncia e o medo das famílias.
- 3) Existem muitas crianças nas ruas, negligenciadas pelos próprios pais. Omissão das famílias e a ausência de políticas públicas para crianças e adolescentes.
- 4) A prefeitura vem desenvolvendo um trabalho com palestras, campanhas e vivências a fim de informar a população. Através de projetos executados nas escolas, esclarecendo as famílias e o trabalho do Conselho Tutelar.
- 5) 2013.
- 6) Da Promotoria de Justiça e Secretária de Educação.
- 7) Devido a alguns casos de abuso infantojuvenil na cidade.
- 8) A Secretária de Educação junto com a equipe da escola.(gestores, professores e coordenadores).
- 9) Os pais não aceitavam que trouxessem esse tema para a escola. Para resolver esse problema, fizemos reuniões de motivação e sensibilização. Outro problema foi a questão de tempo, o qual foi resolvido com o planejamento das ações. A falta de recursos para desenvolver outras ações.
- 10) Não.
- 11) Sim. Os alunos fizeram visitas ao órgão para coletar informações. E eles compareceram sempre que solicitados.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

- 12) Na faixa de 350 crianças e adolescentes.
- 13) Se agravando pela falta de mais atenção e interesse das autoridades
- 14) Abriu a mente dos pais, dos alunos e demais funcionários da escola, em especial, dos educadores. As crianças e adolescentes agora conversam abertamente sobre o problema, estão mais conscientes e esclarecidos.
- 15) Sim. Porque elas multiplicam o conhecimento do problema para outras crianças e pais. Perdem o medo de denunciar. Através do projeto, tivemos novas informações e formas de prevenção.
- 16) Sim. Uma metodologia facilitadora
- 17) Boa.
- 18) Sim.
- 19) Sim.

CONSELHO TUTELAR

1) Sim. O projeto tem uma ótima proposta social, ações de alerta para a sociedade envolvida, e ao mesmo tempo, recebemos com informações sobre como prevenir os abusos e de que não podemos fechar os olhos diante do problema, com ações bem definidas.

2) Palestras nas escolas e para as famílias. E eventos nas ruas da cidade. Falta a ausência de políticas públicas para melhorar o combate à violência sexual. É preciso realizar um trabalho com palestras e eventos na zona rural.

3) Um pouco, mas precisa melhorar porque o que acontece, está sendo insuficiente. Mais programas e projetos educativos que possam retirar as crianças e os adolescentes das ruas, em completa situação de risco.

4) Número de casos na tabela abaixo.

São José dos Ramos	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011				
	2012		04	04	
	2013		02	02	
	2014				
	2015		01		01

5) Desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, machismo e questões econômicas e sociais.

6) Diria que houve pouca participação dos pais.



♦ SAPÉ

O Município de Sapé realizou em 2011 a primeira etapa do Projeto. Nessa etapa destacamos a articulação da rede de proteção local, através da Audiência Pública realizada na sede da Promotoria de Justiça, Presidida pela Promotora de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente, e que até os dias atuais permanece ativa.

A segunda Etapa foi realizada no ano de 2014, na Escola Municipal Pedro Ramos. Porém não participou da avaliação em razão da mudança na gestão escolar da escola participante, na qual encontramos resistência para aplicação dos questionários.

Contudo, tentamos realizar a avaliação através da Secretaria de Educação, entregamos todos os questionários, retornamos diversas vezes mais não houve a devolução do material.

Apesar da falta de envolvimento por parte da Secretaria Municipal de Educação, Sapé foi o único município que sancionou uma Lei Municipal que obriga as Secretarias Municipais de Saúde e da Educação a elaborar um Programa Municipal de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil, fundamentada nos resultados do Projeto Menina Abusada.

Em 2015, após intervenção da Promotora de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente, a Secretaria de Educação do município apresentou um Programa Municipal de enfrentamento à violência Sexual, em cumprimento a aludida Lei. Na prática, percebemos uma fragilidade do programa que sequer teve visibilidade na gestão.

Avaliação apresentada pelo segmento - CONSELHO TUTELAR

1) O papel do Projeto está evidenciado em objetivo, no entanto o pouco conhecimento que temos com relação ao Projeto nos limita bastante a responder se de fato o seu papel foi bem sucedido em nosso Município.

2) Precisa-se do fortalecimento da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, baseada em suas atribuições;

- Precisa-se de formações para os (as) representantes de Associações Comunitárias e de Comunidades Religiosas, haja vista serem líderes da população pouco informada;

- Formação e conscientização dos Agentes Comunitários de Saúde e endemias;

- Aproximação e conscientização dos comerciantes do município;

- Cartazes, placas e outdoor com frases de combate ao abuso e exploração sexual espalhados por toda a cidade (fundamentalmente na entrada de cada bairro);

- Divulgação e debates constantes na Radio Comunitária Sapé FM.

3) Ao longo de muitos anos, as medidas são tomadas, mas são de forma mínima, pois o sistema social, cultural e econômico nesse contexto passa a ser uma barreira que impede um avanço mais significativo no processo de combate ao abuso e exploração sexual infantojuvenil.

4) Número de casos na tabela abaixo.

Serra Grande	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011				
	2012				
	2013	03			
	2014				
	2015	22			

OBS: Com o passar do tempo, o Conselho Tutelar bem como a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgou os meios de denunciar e aumentou o número de denúncias.

5) Desestrutura familiar, ausência de políticas públicas, machismo e questões econômico-sociais.

Outras causas: O crescimento descontrolado de cultura musical que faz apologia ao sexo explícito, que agride a imagem da mulher (aqui a mulher passa a ser objeto sexual, submissão da mulher ao sexo masculino e a necessidade de exibição do corpo como ferramenta sexual), que valoriza o machismo e instiga o uso de drogas e uso da agressão como forma de poder.

6) Não participamos diretamente no desenvolver do Projeto, por tanto não somos capazes de identificar se ocorreu ou não obstáculo.

♦ SERRA GRANDE

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL I

Sim - 03 ☞ Não - 03 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 04 ☞ Não - 02 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 05 ☞ Não - 01 ☞ Superficialmente - 0

Sim - 06 ☞ Não - 0 ☞ Superficialmente - 0

Boa - 06 ☞ Ruim - 0 ☞ Média - 0



Sim.

Alunas e alunos do ENSINO FUNDAMENTAL II

Boa -04 ➡ Ruim -0 ➡ Excelente -01 ➡ Não houve articulação -0

Sim -05 ➡ Não -0 ➡ Superficialmente -0

Sim -05 ➡ Não -0 ➡ Superficialmente -0

Qual (quais) prática(s) de inclusão foi (foram) trabalhada(s)?

Teatro, mobilizações, apresentações de seminários, exposições de cartazes, entre outros.

Sim -05 ➡ Não -0 ➡ Superficialmente -0

Boa -05 ➡ Ruim -0 ➡ Média -0

Sim, pois aprendemos a importância de cuidar de nossas crianças e tomar cuidado quando estiverem na rua.

Muitos alunos aprenderam o que um abuso sexual e o que deve ser feito caso aconteça um abuso.

Hoje, compreendemos melhor esse problema. Nos ajudou a compreender melhor as formas de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e nos ensinou formas de defesa, e como ajudar um amigo(a) se estiver passando por um problema igual ou semelhante.

FAMÍLIAS

♦ Escola -04

♦ Conselho Tutelar -0

♦ Ministério Público -0

♦ Secretaria de Educação -0

♦ Mobilização das famílias -0

♦ Execução das atividades na escola -02

♦ Culminância do projeto na escola (encontro de encerramento das atividades) -03

Sim -0 ➡ Não -04

Sim -03 ➡ Não -01

Quais: Conhecimentos novos adquiridos. Ficamos com mais segurança para conversar sobre o assunto.



A aprendizagem adquirida de forma coletiva. Observar o comportamento dos alunos com mais atenção e daqueles que eu percebo alguma mudança.

Melhorar a conscientização das pessoas sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Passar informações positivas para nossos filhos.

Muitas atividades para pouco tempo. Os vídeos eram muito intensos para a idade de alguns alunos.

Que fossem trabalhadas todas as ações. Um trabalho com as famílias e que fosse por um longo período.

Que outras secretarias sejam incluídas no projeto.

Formação de um grupo para multiplicar os conhecimentos da sociedade como um todo.

Sim.

♦ Familiar- 02

♦ Alguém próximo à criança- 02

♦ Um desconhecido- 01

Sim - 05 Não - 01

Sim - 0 Não - 05

Sim - 05 Não - 0

12) Ações trabalhadas diretamente com as famílias.

Deveríamos nos mobilizar e reunirmos mais vezes para esclarecer e apontar meios mais rápidos para combater o abuso e a exploração.

Que aconteçam outras parcerias com outras secretarias.

Um trabalho mais intenso do Conselho Tutelar.

PROFESSORAS E PROFESSORES

Módulo I – Implementação do projeto.

1) Falta de políticas públicas direcionadas às classes mais baixas do município. Alcoolismo entre adultos e uso de bebidas alcoólicas entre os jovens e adolescentes. Existe uma falta de motivação dos jovens para os estudos, levando-os a outros caminhos.

2) Agravante pois a cada dia vemos o aumento do número de casos. A violência sexual infantojuvenil é muito alta. Falta de estrutura familiar e uma justiça mais eficaz e ativa. A falta de informação agrava o problema do medo de denunciar por quem sofre a violência.

3) Falta de políticas públicas que protejam as crianças e adolescentes, a

mídia e os valores distorcidos da sociedade, impunidade aos agressores. Famílias desestruturadas, impunidade para os agressores.

Falta de informação para a população e poucas denúncias. Influência dos meios de comunicação e uso de drogas.

4) A partir de projetos nas escolas e outras ações. Campanhas nas comunidades e um bom trabalho do Conselho Tutelar. Precisa de mais agilidade dos órgãos competentes para punir o agressor.

5) 2014.

6) Parceria do Ministério Público com a secretária de educação.

7) Devido a alguns casos que aconteceram no município.

8) Secretário de Educação, diretoria da escola e os professores.

9) A formação sobre o tema facilitou nossa timidez e dificuldade para trabalhar esse tema. Existia uma timidez por parte de alunos e professores em trabalhar o tema, mas com um bom material e boas aulas práticas, os resultados se mostraram satisfatórios e essa dificuldade foi superada. O material disponibilizado foi muito avançado para a faixa etária dos alunos e a resistência por parte de alguns alunos em participar das atividades dificultou o trabalho.

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

10) Em torno de 500 alunos.

11) Vem se agravando. Um dos fatores é o descaso dos gestores municipais e da sociedade com a problemática. Houve caso na nossa cidade e o agressor ficou impune.

12) . Houve um maior esclarecimento sobre a temática, com descobertas de vários casos de abuso e as escolas ficaram mais atentas a essa problemática. Trazer essa problemática para ser trabalhada na escola foi essencial e esclarecedora.

13) A partir desse trabalho, podem surgir efeitos positivos no futuro. Foram descobertos casos e agora sabemos lidar melhor com o problema. Mais informação para a comunidade escolar e a redução do número de vítimas. A conscientização de alguns alunos que eram vítimas e conseguiram denunciar. Essa parte foi a mais importante.

14) Sim, pois uma temática muito discutida na sociedade atual, facilitando assim o trabalho pedagógico. O ótimo material facilitou nossa prática em sala de aula.

15) Precisa melhorar, pois alguns materiais de apoio estão avançados para a faixa etária de alguns alunos.

16) Através de aulas discursivas, videoaulas, construção de desenhos e filmes, peças teatrais, palestras com o Conselho Tutelar. A execução foi produtiva e os assuntos foram bem explanados em sala de aula.

17) Sim. Durante a execução do projeto, ocorreu um caso.

18) É de vital importância, pois a escola é o principal meio de transmissão de conhecimento.

19) Sim, melhoria no material didático. Uma maior divulgação e que seja implantado em todas as escolas do município. Fazer um trabalho mais sistemático com as famílias.

GESTORES(AS) ESCOLARES E TÉCNICOS(AS)

Módulo I – Implementação do projeto.

1) O uso de bebidas alcoólicas e outras drogas por parte de adolescentes e adultos, falta de emprego, prostituição e problemas sociais da população.

2) A dimensão é grave, também por falta de respostas do Ministério Público dos casos encaminhados. A questão da violência aqui no município ainda é camuflada. O que vemos mais aqui é a prostituição.

3) A falta de estrutura das famílias e de compromisso de alguns pais para com seus filhos. São criados em completo abandono.

4) Não tem nenhum projeto específico, mais há alguns encontros com os pais na escola com o objetivo de informá-los. Quando chega ao conhecimento da escola ou a outros órgãos, como Conselho Tutelar e /ou assistência social, acontecem visitas domiciliares e quando os problemas não são solucionados, são encaminhados para o Ministério Público.

5) 2014.

6) Ministério Público

7) Acredito que por ser um assunto relevante, foi escolhido no intuito de combater e prevenir a violência e também para esclarecimentos de todos os envolvidos.

8) Secretário de educação, diretores, equipe pedagógico e professores.

9) Medo de que as famílias não aceitassem. A metodologia deve que ser adequada para cada faixa etária. Outros problemas foram resolvidos com planejamento para a execução do projeto.

10) Sim. Mais deveria ter sido mais atuante. Houve a participação do CREAS e do Ministério Público, que reforçaram a conscientização sobre a violência e os procedimentos para denunciar.

11) Sim, fazendo palestras nas turmas

Módulo II – Efeitos/Resultados/Acompanhamento.

12) 400 alunos aproximadamente.

13) Mesmo sendo trabalhado, estar se agravando. Temos muitos casos de prostituição.

14) Me sinto mais segura e confiante para ajudar a solucionar os casos.

15) Sim. Pois tivemos casos de adolescentes que estavam sendo vítimas de abusos e depois do projeto tiveram coragem de falar, levando em conta a conscientização.

16) Com certeza, uma vez que abriu caminhos para a introdução do tema em sala de aula, principalmente a sexualidade.

17) Bom, mais deveria ter sido mais específico para cada faixa etária.

18) Sim. Foi descoberto um caso entre pai e filho.

19) Sim.

20) Que tenha um maior acompanhamento da equipe de execução e que disponha mais material. Mais envolvimento das famílias nas ações.

CONSELHO TUTELAR

1) Sim. Orienta e conscientiza as famílias.

2) Palestras nas escolas e com a população para informar mais a sociedade sobre a problemática.

3) Sim. Mas precisamos de pessoas mais capacitadas para melhor informar a sociedade.

4) Número de casos na tabela abaixo.

Serra Grande	Ano	Exploração	Abuso	Fem.	Masc.
	2011				
	2012				
	2013	03			
	2014				
	2015	22			

5) Desestrutura familiar e várias outras questões.

6) Não tivemos obstáculos. O projeto continua sendo desenvolvido e foi bem aceito pela população.



POSFÁCIO

A violência sexual pode trazer consequências sérias ao desenvolvimento de crianças e adolescentes de diferentes formas, algumas apresentam consequências mínimas ou aparentemente nenhuma, outras podem apresentar consequências emocionais, sociais ou psiquiátricas, e em alguns casos, irreversíveis. Daí a razão de urgentemente ser prevenida.

O projeto Menina Abusada é uma proposta de ação de contracultura com a finalidade de promover mudanças e conscientização social, contribuindo para uma cultura de paz, sem dor, sem violência e mais respeito as nossas crianças e adolescentes.

Durante toda experiência vivenciada no PMA, constatamos a fragilidade da rede de proteção local, a situação disfuncional do Sistema de Garantia de Direito - SGD, que fragmenta o atendimento ao público infantojuvenil.

A conduta omissiva do Estado na destinação de recursos públicos para implementar políticas públicas resulta na desproteção da classe.

Pois é dever do Poder Público assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, colocando-as a salvo de todas as formas de violência, negligência, crueldade e opressão (cf. art. 227, *caput*, da Constituição Federal e art. 5º, da Lei nº 8.069/1990);

Em várias situações, verificamos que são as ONGs que, mesmo com dificuldades enfrentadas, assumem a obrigação do Poder Público, atendendo diretamente as crianças, adolescentes e famílias no âmbito dos municípios.

Identificamos a necessidade de elaboração e implementação de uma política pública intersetorial destinada à prevenção e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase nos casos de violência sexual, de modo a permitir a rápida e eficiente apuração das denúncias recebidas, com a subsequente responsabilização dos agentes e adequada proteção às vítimas, dando assim efetividade ao disposto no art. 227, *caput* e § 4º, da Constituição Federal;

Cabe ao município adequar seus órgãos, programas, estruturas e orçamento às disposições da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da criança e ao adolescente, conforme disposto nos arts. 88, inciso I, e 259, par. único, ambos da Lei nº 8.069/1990.



Frente ao sentimento de descaso e abandono por parte do ente federativo, as mobilizações sociais fomentam a unificação de recursos de pessoas físicas e jurídicas para o patrocínio de ações inovadoras, que visam atividades benéficas à população em geral. O fator financeiro é indispensável para implementação de quaisquer, ação, campanha, projeto, programas ou políticas públicas. São os objetivos e os resultados que distinguem a relevância e a necessidade de cada proposta elaborada.

A parceria entre Entidades do Terceiro Setor tem sido uma estratégia de fortalecer iniciativas inovadoras, que independente de sua linha de atuação tem promovido a sustentabilidade de muitas ONGs, consideradas os pilares da política social em nosso país.

Neste sentido, o cofinanciamento da Proposta do PMA pela Fundação Luterana de Diaconia, de Porto Alegre-RS, possibilitou a expansão do PMA para 16 municípios paraibanos, consolidando como uma proposta necessária para prevenção da violência sexual infantojuvenil em nosso Estado.

Toda essa repercussão do projeto devemos ainda, ao apoio e a parceira firmada com o Ministério Público do Estado da Paraíba, que através do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente e da Educação e das Promotorias de Justiça locais, nos possibilitou maior abertura e receptividade por parte dos municípios envolvidos.

Tendo em vista que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme arts. 127 e 129, inciso II, alínea “m”, da Constituição Federal e arts. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/1990. Trazê-lo para mais perto do povo, para um diálogo aberto junto à rede de proteção foi estratégia plausível de grande impacto social que favoreceu aceitação da abordagem sobre o tema, bem como a continuidade das ações propostas pelo PMA.

A atuação em parceria entre o Ministério Público, Associação Missão Restaurando Vidas e a Fundação Luterana de Diaconia justifica o sentido amplo de uma democracia institucional fundamentada na igualdade e na liberdade.

Todo processo só foi possível pela sensibilidade e compromisso firmado entre os grandes parceiros MPPB e FLD, que acreditaram no Projeto MA e trouxeram para si a responsabilidade de tornar uma ideia em realidade, colaborando, participando, sem qualquer vaidade, solidificando o PMA como uma proposta séria e necessária para coibir a violência sexual de crianças e adolescentes no Estado da Paraíba.

Associação Missão Restaurando Vidas

ANEXOS



Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

Políticas Públicas de Prevenção à violência Sexual infantojuvenil no âmbito Municipal

Maricelia Pinto Ferreira

Historiadora/Bacharela em direito

Especialista em Gestão Pública e Políticas Públicas

A Constituição de 1988, declara a obrigatoriedade ao Poder Público em todos os seus níveis, que crianças e adolescentes devem ser prioridade no governo, não apenas em ações e programas mais em seus orçamentos públicos fundamentado em seu Art. 227, que traz o *Princípio Constitucional da Prioridade Absoluta*.

Para materialização do dispositivo infraconstitucional os entes federativos devem efetivar os direitos da criança e do adolescente através da implementação de políticas públicas para garantia da ordem e da segurança social. Deve ainda, destinar serviços para diminuição das desigualdades de classes e promover o crescimento econômico.

As intervenções e as ações planejadas do Estado, com objetivo de promover o impacto nas relações sociais, são o que chamamos de políticas públicas sociais, que beneficiam além de outras categorias, a criança e o adolescente, concedendo-lhes a primazia tanto no atendimento quanto dos orçamentos.

As políticas públicas são custeadas pelos recursos públicos, ou seja, pelos recursos arrecadados através dos impostos de pessoas físicas e jurídicas.

No tocante à violência sexual, cabe ao poder público municipal a elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de Políticas Públicas Preventivas.

Prevenir é buscar mecanismos que impeçam que a violência contra crianças e adolescentes seja consumada ou continuada. Essa prevenção deve ocorrer de forma gradativa, contínua, integrada e articulada.

Nesta perspectiva, o Projeto Menina Abusada, em consonância com o Plano Nacional, sugere o trabalho preventivo sobre três aspectos:

Informação - **Prevenção Primária** - Envolvimento Escola-família-sociedade - Disseminação da proposta pedagógica.

Denúncia - **Prevenção Secundária** - Implementação da Notificação compulsória - Educação e Saúde - Banco de dados para monitoramento dos casos - Assistência Social.

Legislação - **Prevenção Terciária** - responsabilização ao agressor - Atuação dos Órgãos de Justiça

A elaboração de uma política municipal de prevenção à violência sexual deve apresentar alguns requisitos essenciais para que seja eficiente e que alcance resultado. Um dos requisitos essenciais é a elaboração de uma proposta intersetorial, através da Rede de Proteção.

O atendimento deve ter como parâmetro a Proteção Integral e a Proteção Integrada, ou seja a prática da atuação em rede, conforme dispõe o art. 86 Estatuto da Criança e do adolescente:

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

O Sistema de Garantia e Direito de acordo com o Art. 1º, Resolução 113/06 CONANDA, constitui-se na **articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil**, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de **promoção, defesa e controle** para efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal”.

Quando existe um compartilhamento das ações entre todos os atores sociais que integram o Sistema de Garantia de Direito, as discussões temáticas, os planejamentos de ações, a elaboração/implementação de políticas públicas atenderão às demandas sociais nas diversas áreas de abrangência, tais como: educação, saúde, desenvolvimento econômico e social.

O princípio basilar da atuação em rede é a transversalidade dos direitos fundamentais, promovendo a obrigatoriedade de que o atendimento à criança e ao adolescente vise permear iniciativas, envolvimento e resultados em todos os eixos.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PARA REDE DE PROTEÇÃO

- Elaborar Diagnóstico;
- Mapeamento das violações de direitos
- Definir Prioridades;
- Definir fluxos de atendimento;
- Elaborar um plano operacional;
- Definir metas;
- Monitoramentos das ações planejadas;
- Avaliação dos resultados;
- Avaliação dos impactos;

Elaborar a política pública está entre as estratégias para uma atuação em rede. O processo de elaboração, também é conhecido como ciclo das políticas, que compreende:

- Formação da agenda do gestor, ou seja, etapa que deve definir as prioridades da ação do governo;



- Formulação de política. Etapa em que são apresentadas as soluções para o problema a ser enfrentado;

- Processo de tomada de decisões. Nessa etapa serão escolhidas as ações que compreendem a política pública.

- Implementação da política. Etapa de execução das ações propostas.

- Avaliação. Nesta etapa serão analisados todas as ações executadas e os resultados alcançados.

Durante todo o processo da construção à avaliação, deve a rede de proteção está comprometida e diretamente envolvida, pois na prática esses momentos estão interligados e o monitoramento é fundamental.

Caso os resultados sejam positivos e os indicadores sociais apontem para uma mudança na realidade a ser enfrentada, o ideal é que a proposta seja objeto de Lei Municipal. Daí a grande necessidade de também envolver para atuação em rede, o Legislativo Municipal.

Deve-se, essencialmente, dá publicidade a todo processo, divulgar é indispensável para prestação de contas dos serviços à comunidade local, para possibilitar o acompanhamento e a participação da sociedade civil em todos as etapas da Construção da política. Envolver a sociedade civil nesse processo é democraticamente indispensável, já que tornar a gestão participativa e democrática é um desafio para todos os gestores.

Cuidar, proteger e defender as crianças e adolescentes deve ser o primeiro desafio a ser vencido estrategicamente, pelas ações de governo.

Apesar dos avanços jurídicos correlatos a concepção garantista da proteção e dos direitos da criança e do adolescente brasileiro, percebe-se que seus direitos fundamentais, ainda permanecem no campo das promessas futuras, distante do que foi idealizado, distante de ser materializado.

O problema atual da infância e juventude no Brasil consiste na impossibilidade da efetivação do direito já declarado. Não se trata mais de discursos juridicissociais, trata-se de uma questão meramente política.

O grande desafio agora é fazer da lei um instrumento de empoderamento capaz de garantir os direitos da criança e ao adolescente através da tutela jurídica.



Projeto Menina Abusada
Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

O Papel do Psicólogo na Prevenção da Violência Social

Julieny Meireles de Oliveira

Psicóloga - CRP 13/6497

A efetivação dos direitos das crianças e adolescentes conta com diversos profissionais das mais variadas áreas do conhecimento humano. Dentre as quais destacamos a Psicologia que é a ciência que estuda processos mentais e do comportamento do ser humano e as suas interações com o ambiente físico e social. A psicologia por sua vez possui diferentes campos de atuação, aqui contextualizamos a área da psicologia social frente à prevenção e o atendimento às vítimas violência sexual.

A psicologia social é definida por Moscovici (1984) como a ciência que estuda o conflito entre a sociedade e o indivíduo. Nesse sentido, de acordo com o CRP, o Psicólogo especialista nessa área deve basear-se na compreensão dos fenômenos subjetivos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com a finalidade de problematizar e propor ações no âmbito social.

Contudo, o abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes é um problema de saúde pública, que pode causar várias consequências drásticas no processo de desenvolvimento físico, psicológico e afetivo, podendo se prolongar por toda a vida.

No tocante ao atendimento da criança e do adolescente no âmbito socioassistencial municipal, os psicólogos sociais atuam dentre outros programas, nos Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). Este tem como objetivo principal o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O trabalho é desenvolvido nas comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social (BRASIL, 2006a).

Não obstante, o Centro de Referência e Assistência Social Especializada (CREAS), oferecer serviços de atendimento à criança, adolescente e a sua família diante da ameaça ou violação dos direitos, sendo referência no atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual (CRP, 2009).

Todavia, para dar conta de um problema tão grave e complexo como o abuso sexual, há a necessidade de uma rede articulada de serviços e programas, que possa oferecer suporte adequado às vítimas e suas famílias. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

Um das ações essenciais para a superação dos traumas em decorrência da violência sexual é o acompanhamento clínico de natureza psicoterapêutica. Para isso o psicólogo deve acessar outros pontos da rede de serviços públicos



existentes no seu território de abrangência ou no plano municipal, uma vez que de acordo o Guia de Orientação Técnica – SUAS N° 1 (BRASIL, 2005), esse tipo de atendimento não pode ser feito no âmbito social, uma vez que foge dos seus objetivos.

Frente a esse e outros tipos de violência o psicólogo tem o compromisso ético e profissional de trabalhar em prol da proteção integral das crianças e adolescentes, conforme propõe a legislação brasileira (ECA, 1990). Portanto, sugiro aos caros colegas de trabalho mais envolvimento, sensibilidade e proatividade frente às ações que envolvem a prevenção ao abuso e exploração sexual.

A proximidade com a comunidade frente ao trabalho social do psicólogo através do fortalecimento de vínculos nos permite conhecimento mais apurado da realidade. Por isso é tão importante o trabalho de campo. Que estejamos atentos ao realizar uma simples visita domiciliar, ou até mesmo uma escuta psicossocial. Um olhar e uma escuta mais apurados e científico sobre os fatos, acabam nos dando pistas do que pode está acontecendo no contexto intrafamiliar ou extrafamiliar. Bem como, subsídios para montarmos o nosso plano de ação. A realização de palestras e oficinas sobre a temática, a sensibilização de pais, educadores e da própria comunidade tornam-se essenciais para um trabalho preventivo eficiente.

Enfim, trabalhar esta temática seja no âmbito social, saúde ou até mesmo educacional significa compreender o sujeito como alguém que, ao ampliar seu conhecimento e sua compreensão sobre a realidade que o cerca, torna-se capaz de intervir, transformar, atuar, modificar a realidade.

Os Profissionais de Educação e de Saúde no Enfrentamento à Violência

Maricleide Pinto Ferreira da Silva

Psicopedagoga

Mestranda em Filosofia da Educação.

A educação é uma política pública de caráter universal que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, abrange todos os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, devendo inclusive, vincular-se à prática social.

O objeto da política educacional permeia tanto o campo do processo de ensino/aprendizagem quanto o campo do exercício da cidadania plena. Cidadania no sentido amplo alcança o âmbito dos direitos à Igualdade e à liberdade, que alcança o campo da subjetividade através do sentimento de justiça social.

Neste sentido, a Escola desempenha um papel fundamental para construção de uma nova ordem social, pois é no ambiente escolar que são difundidos os valores e saberes, qualificação e ética, cidadania e conscientização. A escola é um espaço onde a sociedade nasce, cresce e se constrói.

A escola assume um novo papel social, possibilitando a construção da cidadania através das ações e mobilização socializadoras, envolvendo a comunidade em que está inserida, e assim apresenta-se como um instrumento de transformação da sociedade. Portanto integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGD e nele, compreende o eixo da promoção – pois executa a política educacional.

Uma das principais ações da escola é implementar atividades pedagógicas correlatas aos maus tratos de crianças e adolescentes, dentre estas atividades a de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil, devendo, necessariamente, ser partilhadas com os eixos educação x saúde, pela aproximação e forte vínculo existente com as crianças e adolescentes, famílias e comunidade.

Ressalta-se, que ações preventivas na escola sobre violência sexual de crianças e adolescentes configura uma obrigação legal, constante na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases e



nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais. Mas não apenas de ações pedagógicas de natureza preventiva, como na implementação da notificação compulsória, por parte das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, em que seus profissionais têm o dever legal de denunciar os casos de maus tratos contra crianças e adolescentes, dentre eles casos de violência sexual, conforme o Art. 245 da Lei Federal de 08.069/1990 – ECA.

O fato é que a escola é um espaço fundamental para promoção de ações preventivas pois promove o debate sobre a temática com toda comunidade escolar viabilizando o encaminhamento dos casos concretos ou de mera suspeita para proteção às vítimas e a responsabilização do agressor.

Um dos grandes desafios da escola para ações pedagógicas nessa linha de atuação é a implementação da educação sexual no Currículo de Ensino Fundamental.

É indispensável a inclusão da educação sexual no ensino fundamental para coibir, através da informação, a proliferação da violência sexual, que inclusive deve ser parte de uma política preventiva, previstas nos documentos oficiais que devem ser trabalhados na escola, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria LDB.

Diante da cruel realidade vivenciada por crianças e adolescentes em nosso país, que se encontram em situação de violência, caracterizando a transgressão do Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, que, obrigatoriamente, deve ser tutelado pelo Estado, família e pela própria sociedade. Para que essa proteção seja efetivada de forma integral e prioritária, destaca-se o espaço escolar que viabiliza a formação de indivíduos providos de consciência crítica e, de forma salutar, do conhecimento do seu próprio corpo, à sua própria sexualidade e a todo e qualquer fator que a ela se remeta, de forma a constituir uma cultura renovadora, desmistificando toda ação discriminatória ou preconceituosa que impacta o desenvolvimento da educação e o princípio de liberdade.

É válido salientar que a quebra de tabus é, sem dúvida, o primeiro obstáculo a ser combatido, a informação deve nortear escola x família, tendo em vista que a Educação Sexual provém de um contexto histórico muito antigo, todavia desprovido de progresso ou desenvolvimento social pelo fato de ainda não ser reconhecida como uma proposta de importante papel para a diversidade, aliada à garantia do combate às discriminações de gênero, inclusiva, não preconceituosa, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica,

elevando um conhecimento de construção de novos padrões sociais, desde que se divulguem conceitos relativos à sexualidade, que é inerente à vida e a saúde, e como dimensão positiva, favorecendo à comunicação interpessoal.

No âmbito da Educação, é indispensável o envolvimento sistemático de todos os profissionais, programas e serviços, partindo da Secretaria de Educação às unidades de ensino, das creches ao Ensino Fundamental regular e EJA, sendo adequado às faixas etárias a assimilação de conteúdos, de forma progressiva e sobretudo, permanente, devendo, inclusive, que todas as ações sejam registradas no Projeto Político Pedagógico, Plano de Gestão, Plano de Metas e Estratégias da Escola.

Já na saúde, o desenvolvimento de ações educativas podem abranger muitos temas em atividades amplas e complexas, o enfoque educativo é um dos elementos fundamentais na qualidade de atenção prestada na saúde básica. É essencial ações educativas como visitas domiciliares individual ou em grupo, em espaços sociais na comunidade, que estimulam o conhecimento e o cuidado de si mesmo, prevenção através de informação.

Para implementar a Educação Sexual no ensino fundamental, se faz necessário parceria entre os atores sociais, sendo esses profissionais de atendimento que compreendem a saúde básica e os agentes comunitários de saúde e todos os profissionais de educação. Podemos citar como modelo de um trabalho em parceria o PSE – Programa de Saúde na Escola, que viabiliza essas ações educativas da saúde na escola, tendo sido muito eficaz e eficiente.

A escola, ao trabalhar a Educação Sexual, deve estar em constante parceria com todo Sistema de Garantia de Direitos SGD para o êxito do processo de ensino-aprendizagem. O ideal seria que a Secretaria Municipal de Educação implementasse um programa municipal de enfrentamento à Violência Sexual.



Projeto Menina Abusada

Prevenindo a Violência Sexual Infantojuvenil

O Ministério Público e a Implementação da Política de Atendimento à Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual

Soraya Soares da Nóbrega Escorel

Promotora de Justiça da Criança e do Adolescente de João Pessoa
Coordenadora Estadual das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação – CAOP/CAE/MPPB

Crianças e os adolescentes são públicos vulneráveis as várias situações de violências, devido a sua condição peculiar de seres em desenvolvimento. A violência contra criança e adolescente é um tema que vem sendo alvo de diversas discussões, em razão dos impactos que suas consequências produzem e que poderão deixar marcas e sequelas profundas, muitas vezes irreversíveis. Por tudo isso, se não ocorrer um atendimento adequado e fundamentado em uma política de atendimento integral e protetivo, impossível não ocorrer uma violação.

É fato que no Brasil há uma deficiência no atendimento a criança e ao adolescente vítima de violência, sobretudo em razão de não haver uma padronização nos serviços, mais ainda em relação aos meios de coleta de provas em crimes sexuais, sendo necessária a concretização de ações que possibilitem a construção de uma rede de atenção integral à criança e ao adolescente vítima de violência.

Sabe-se que a política de atendimento à criança e ao adolescente estabelecida na Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – **ECA** - exige a integração e a intervenção de diversos órgãos que possuem atribuições específicas e diferenciadas a desempenhar para efetivar as políticas planejadas. Há uma enorme responsabilidade desses órgãos e também de autoridades na identificação e construção de soluções para os problemas existentes, tanto sob o ponto de vista individual quanto coletivo do atendimento.

A co-responsabilidade existente entre os atores que compõem essa política exige esforços conjuntos e não fragmentados, mas também exige uma mudança de mentalidade de muitos profissionais, que ainda pensam e agem como no antigo “*Código de Menores*” de 1927. Isso, infelizmente, algumas vezes continua ocorrendo, violando sobremaneira os direitos humanos de crianças e adolescentes. Pelas mudanças trazidas pelo **ECA**, em 1990, não é mais possível nem admissível aguardar que a violação de direitos aconteça para se começar a agir. A atuação deve ser preventiva - Livro I, Título III, arts. 70 a 85, da Lei Federal nº 8.069/1990:

“Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” - Lei 8069/1990.



Significa que a proteção à criança e ao adolescente é integral e acontece na prática através da implementação das políticas públicas previstas no art. 4º, par. único, alínea “c”, c/c art. 87, incisos I e II, do referido Diploma Legal:

***Art. 4º** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

***Parágrafo único.** A garantia de prioridade compreende:*

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

E o Estatuto da Criança e do Adolescente diz claramente em seu artigo 87 as linhas de ação dessa política de atendimento:

***Art. 87.** São linhas de ação da política de atendimento:*

***I** - políticas sociais básicas;*

***II** - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;*

***III** - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;*

***IV** - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;*

***V** - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.*

***VI** - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)*

***VII** - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).*

É, pois, necessária a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao atendimento de casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes. E somente se garante tais políticas com a pressão coletiva, de forma a não haver descontinuidade dos serviços e programas, que devem ser permanentes, com a participação popular e o controle social.

O Art. 88, do ECA, é claro.

São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

VI - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista na sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

VII - mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

A lei fala que o atendimento deve ser integral, mas além de integral ele não pode ser também “fragmentado”, permitindo que as crianças, adolescentes e suas famílias sejam atendidas sem critérios e sem continuidade pelos diferentes órgãos e encaminhadas de um órgão para o outro, como se fossem descartáveis, sem o efetivo atendimento integral descrito pela lei, ou seja, sem a escuta qualificada, por exemplo, revitimizando a criança e a sua família. Ora, se a lei mesmo fala de proteção integral, não se pode admitir na prática um trabalho isolado, superficial, e algumas vezes até preconceituoso com a criança/adolescente pobre e excluída. O atendimento de uma criança ou adolescente

não pode ser dissociado do atendimento de suas famílias, pois não se pode desqualificar ou prescindir a importância do papel da família no processo de reintegração.

Não estamos falando de um atendimento meramente “formal”, sem qualquer compromisso com o resultado, mas de um atendimento humanizado e acolhedor, que se foca numa intervenção de qualidade, ou seja, sem criminalizar a pobreza e culpabilizar a vítima.

E foi pensando nesse atendimento humanizado que surgiu a Lei 13.431/2017, que prevê a obrigatoriedade da escuta das vítimas e testemunhas de crimes sexuais “por meio de escuta especializada e depoimento especial”, assim como a instituição de parcerias/integração operacional entre os órgãos de saúde, assistência social, educação, segurança pública e Justiça, para escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, assim como para seu atendimento posterior na esfera “protetiva”, de modo a evitar sua “revitimização”.

Diga-se de passagem que tal lei só entra em vigor um ano após a sua publicação e dentre os direitos expressamente reconhecidos, estão o de permanecer em silêncio; de receber assistência jurídica e psicossocial qualificada, resguardando-as “contra comportamento inadequado adotado pelos demais órgãos atuantes no processo”; de terem prioridade na tramitação do processo e limitação das intervenções; de serem ouvidas em horário que lhes for mais adequado e conveniente, de ter segurança, com a contínua avaliação das possibilidades de intimidação e outras formas de violência; de serem assistidas por profissionais qualificados, tendo sua participação na diligência devidamente planejada e preparada, em especial em se tratando de criança/adolescente com deficiência ou que não compreenda a língua portuguesa.

A Lei 13.431/2017 estabelece uma diferença conceitual entre “*escuta especializada*” e “*depoimento especial*”, que passam a ser considerados igualmente válidos como instrumentos de coleta de provas, sendo a primeira realizada junto à “rede de proteção” à criança e ao adolescente local e o segundo em Juízo, seguindo procedimento específico definido pela própria lei, com a expressa previsão de ser realizado - uma única vez - através do “*rito cautelar de antecipação de prova*”, a ser utilizado, em especial, em se tratando de criança com “menos de 07 (sete) anos” ou “em caso de violência sexual”.

Reafirma-se com a referida lei a necessidade de integração entre as políticas de segurança pública, assistência social, educação e saúde, bem como entre estas e o Sistema de Justiça, de modo a assegurar que, desde o primeiro momento, crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência sejam atendidas de forma adequada, qualificada e não revitimizante, com a capacitação de todos os profissionais responsáveis, criação de mecanismos de registro e compartilhamento de informações, inclusive para fiscalização/monitoramento da qualidade e eficácia do atendimento, que deve abranger todas as necessidades das vítimas, apuradas em avaliação técnica interdisciplinar prévia, a ser realizada da forma mais célere possível após a notícia do fato.

Trata também a lei sobre a obrigatoriedade da criação, pelo Poder Público, nas mais diversas esferas de governo, de programas, serviços e/ou outros equipamentos especializados no atendimento desta demanda, com a previsão de uma série de ações a serem implementadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da entrada em vigor da lei, pelos setores de saúde, assistência social e segurança pública, bem como pelo Sistema de Justiça, cujo eventual descumprimento pode levar à "responsabilidade" civil e administrativa do agente ao qual se atribui a ação ou omissão lesiva aos interesses infantojuvenis, nos moldes do previsto nos arts. 208 e 216, da Lei nº 8.069/1990.

Embora a lei somente venha a entrar em efetiva vigência 01 (um) ano após sua publicação, a verdade é que a sistemática por ela estabelecida já vem sendo defendida (e em muitos casos até já implementada) em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul por exemplo já existe o atendimento qualificado à criança e ao adolescente há muitos anos, independente da lei, inclusive tem um centro de referência próprio pra atender essa demanda de crimes sexuais – **CRAI – Centro de Referência ao Atendimento Infanto-Juvenil**.

Por evidente, as ações previstas na Lei 13.431/2017 e que vão muito além da atuação de um único órgão ou sistema, irão demandar o reordenamento e mesmo a criação e/ou especialização de programas e serviços em âmbito municipal, para o que será necessário adequar as propostas orçamentárias em fase de elaboração nos municípios (Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária de 2018), razão pela qual devem desde logo ser alertados os gestores públicos e Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, de Saúde e de Assistência Social.

Importante é acreditar que com a nova lei haverá uma sistemática diferenciada, especializada e qualificada para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência. Espera-se que a atuação dos órgãos públicos competentes ocorra de forma célere, adequada e não revitimizante, contribuindo assim para reverter os vergonhosos índices de impunidade e violação de direitos que, infelizmente, ainda permeiam na prática.

SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO PRÁTICA EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

1 - Elaborar em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA** -, um Plano Municipal especificamente destinado à prevenção e ao atendimento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência, em suas mais variadas formas, com ênfase para os casos de abuso e exploração sexual, compreendendo ações integradas desenvolvidas pelos mais diversos setores da administração, com a mais *absoluta prioridade*, em respeito ao disposto no art.4º, *caput* e par. único, do ECA e art.227, *caput*, da CF;

O referido Plano Municipal deverá contemplar:

I - A realização de campanhas de conscientização e orientação sobre como identificar casos e como proceder diante da suspeita da prática de maus-tratos e violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo como público-alvo professores, médicos, enfermeiros e outros profissionais das áreas de saúde e educação, pais e alunos das redes municipal e estadual de ensino, bem como de escolas particulares;

II - A elaboração e implementação, nas escolas e unidades de saúde, públicas e privadas, em funcionamento no município, de uma “Ficha de Notificação Obrigatória” dos casos em que há mera *suspeita* da prática de violência contra crianças e adolescentes, a ser preenchida e encaminhada às autoridades competentes pelos profissionais de educação e saúde, nos moldes do previsto nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/1990;

III - A adequação dos serviços de saúde, educação e assistência social, no sentido de proporcionar atendimento prioritário aos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, em atendimento ao disposto no art. 4º, *caput* e par. único, alínea “b” c/c art. 259, par. único, da Lei nº 8.069/1990;

IV - A contratação e qualificação de profissionais das áreas da saúde e da assistência social, para realização, em parceria com a autoridade policial, Ministério Público e Poder Judiciário, do atendimento e oitiva da criança ou adolescente vítima, na perspectiva de colher o relato dos fatos e outras provas da forma mais eficaz e menos traumática possível, tudo com observância da nova Lei 13.431/2017.

V - A previsão do acompanhamento dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes pelos profissionais referidos no item anterior, com a orientação das vítimas e suas respectivas famílias, realização de exames e sindicâncias, a pedido da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar, com a elaboração de relatórios e sugestões de encaminhamento;

VI - A criação de serviços de orientação e apoio psicológico para crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias, assegurado, em qualquer caso, seu atendimento prioritário, nos moldes do acima previsto;

VII - A qualificação profissional dos responsáveis pelos abrigos em atividade no município, na perspectiva de identificação de casos suspeitos de violência e atendimento das vítimas inseridas no programa respectivo;

VIII - A definição, após amplo debate, do papel de cada um dos integrantes da rede de proteção, com o estabelecimento de fluxos e rotinas de encaminhamento e atendimento, sem prejuízo da articulação de ações entre os mesmos e de sua integração operacional, como forma de agilizar e otimizar o atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência e suas respectivas famílias;

IX - A identificação e discussão, entre todos os integrantes da rede de proteção, dos casos de difícil solução e/ou que não apresentam os resultados positivos esperados, após o atendimento regulamentar, com a definição de estratégias específicas para superação dos obstáculos encontrados;

X - A coleta e sistematização de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes, com o monitoramento permanente dos programas e ações desenvolvidas e a reavaliação periódica de sua efetividade.

3 - Uma vez concluído, o Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente será imediatamente submetido à análise e aprovação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

4 - O Conselho Municipal de Direitos da Criança do Adolescente, por seu Presidente, deverá aprovar o Plano Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua conclusão e apresentação pelo comprometente, devendo para tanto designar tantas reuniões extraordinárias quantas se fizerem necessárias, tudo com observância da Lei 13.431/2017.

5 - As reuniões destinadas à discussão e aprovação do Plano Municipal serão comunicadas, com a antecedência devida, ao Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Autoridade Policial, sendo facultada sua manifestação, na forma prevista no Regimento Interno do referido Conselho de Direitos.

6 - Adequação dos serviços de saúde, educação e assistência social ao atendimento das demandas específicas da população infanto-juvenil de forma prioritária e articulada, nos moldes do acima definido, bem como, desde logo, prever os recursos necessários à execução da política municipal de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

7 - Caso o Município não disponha em seus quadros de profissionais com a habilitação necessária para a execução dos programas e serviços referidos no presente Termo ou previstos no Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra a Criança e o Adolescente, deverá providenciar sua contratação, após prévio concurso público. Para os programas de avaliação, apoio, orientação, acompanhamento temporário e tratamento de crianças e adolescentes vítimas de violência deverá ser contratada equipe técnica multidisciplinar consistente em, ao menos, 01 (um) psicólogo e 01 (um) assistente social, que ficarão encarregados de realizar visitas às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, elaborando relatórios e efetuando atendimento técnico profissional necessário¹.

¹A contratação de tais profissionais deve obedecer, logicamente, as regras relativas à contratação dos servidores públicos em geral. Em não sendo possível, por qualquer razão, a contratação imediata, poderão ser estabelecidos convênios com entidades públicas ou particulares que disponham de tais profissionais.

08 - Quando da execução orçamentária, deve o Gestor Público dar absoluta prioridade na implementação dos programas e ações acima referidos, além de outras voltadas à área da infância e juventude, a teor do contido no art. 4º, par. único, alíneas “c” e “d”, da Lei nº 8.069/1990 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal.

09- Aos médicos, profissionais da área de saúde, professores, diretores e responsáveis por estabelecimentos de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola, creche ou entidades de atendimento, que comuniquem através da Notificação Compulsória ao Conselho Tutelar local ou à Promotoria de Justiça local, tão logo tenham conhecimento, os casos de suspeita ou confirmação de violência (agressões físicas, agressões psicológicas, maus-tratos, negligência, abuso e exploração sexual), contra crianças e adolescentes de que tenham conhecimento, para adoção das providências cabíveis. E que quando da comunicação, sejam fornecidos os dados relativos à situação da criança ou adolescente e/ou à violência por ela sofrida de que tenham conhecimento, inclusive, se possível, nome e endereço dos pais ou responsável, nome e endereço do agressor/abusador, etc.

10 – O Conselho Tutelar, ao receber a notificação, leva o fato diretamente ao conhecimento do Ministério Público (art.136, inciso IV, do ECA), para que seja instaurado procedimento destinado à apuração do fato pela polícia, com a colaboração, para fins de oitiva da vítima, de profissionais das áreas da psicologia, pedagogia e assistência social a serviço do Poder Judiciário ou do município, sem prejuízo do acionamento de outros serviços e programas municipais destinados ao atendimento da mesma e de sua família.

Importante e necessário na prática que sejam confeccionados Protocolos de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência no âmbito municipal para o direcionamento dos trabalhos dos profissionais. E para efetivar tal proposta, mister a realização de algumas reuniões com a rede local de proteção à criança e ao adolescente. Por fim, destaque-se a importância da articulação para elaboração e concretização de tal protocolo, que possibilitará aos profissionais um norte de atuação para as situações de violência que porventura ocorrerem. Trata-se de um instrumento de consolidação de direitos de crianças e adolescentes.

Até a aprovação da Lei 13.431/2017 os métodos de oitivas especiais de crianças e adolescentes não possuíam regramento nacional, ficando a critério de cada juiz seguir ou não seguir a Resolução 33, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomendou aos Tribunais a implantação de sistema de depoimento vídeo gravado para as crianças e os adolescentes, realizado em ambiente separado da sala de audiências, com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática.

Agora, para os efeitos da Lei 13.431/2017, a criança e o adolescente serão

ouvidos sobre a situação de violência por meio de escuta especializada e depoimento especial. Vejamos:

Art. 6º *A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.*

Art. 7º *Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.*

Art. 8º *Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.*

Art. 10. *A escuta especializada e o depoimento especial serão realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.*

Art. 11. *O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.*

§ 1º *O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova:*

§ 2º *Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.*

Art. 12. *O depoimento especial será colhido conforme o seguinte procedimento:*

I - *os profissionais especializados esclarecerão a criança ou o adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhe os seus direitos e os procedimentos a serem adotados e planejando sua participação, sendo vedada a leitura da denúncia ou de outras peças processuais;*

II - *é assegurada à criança ou ao adolescente a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos;*

III - *no curso do processo judicial, o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo;*

IV - *findo o procedimento previsto no inciso II deste artigo, o juiz, após consultar o Ministério Público, o defensor e os assistentes técnicos, avaliará a pertinência de perguntas complementares, organizadas em bloco;*

V - *o profissional especializado poderá adaptar as perguntas à linguagem de melhor compreensão da criança ou do adolescente;*

VI - *o depoimento especial será gravado em áudio e vídeo.*

Enfim, espera-se com a publicação da Lei 13.431/2017 que sejam articuladas em conjunto pela rede de proteção de cada Estado da Federação as políticas públicas capazes de proteger de fato nossas crianças e adolescentes brasileiros para que seja efetivamente cumprida, garantindo-se que os métodos de escuta especializada e o depoimento especial seja uma realidade em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. (1990).Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei número 9. 394, 20 de dezembro de 1996.

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002. 59 p. (Série Subsídios, 5).

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.Brásíla: Theasaurus, 2000. GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de Pais Contra Filhos: a tragédia revisitada . 6. Ed. São Paulo : Cortez, 2008.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. IN: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade . 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

ALFERES. Valentim Rodrigues. O Objeto da Psicologia Social: Análise comparativa de dez definições de Psicologia Social. Psicologia social I&II.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. de 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Versão Preliminar. Brasília: MDS/SNAS, 2006a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. 1905.

MOTA, Maria Veranilda S. e CAMPOS, Júlio Cesar C. A energia corporal resignificando as relações pedagógicas: lições de Reich para a educação. In:



DAMIANO, G., PEREIRA, L. H. e OLIVEIRA, W. (org.). Corporeidade e Educação: Tecendo sentidos. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde . NOB-SUS 96 : norma operacional básica do sistema único de saúde - SUS. Brasília, DF, 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia escolar : métodos para identificação de sinais de abuso e exploração de crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

CUNHA, Edite da Penha. PAIR: uma experiência no campo das políticas de defesa e proteção às crianças e aos adolescentes. In: FRANÇA, Cassandra Pereira(Org.) Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

